

As obras coletivas e seus impactos no mundo do trabalho



Leia nesta edição

Editorial **pg. 2**

Tema de capa

Entrevistas

Paolo Virno: "O cérebro social como interação direta entre sujeitos de carne e osso" **pg. 3**

Robert Kurz: "Novas relações sociais não podem ser criadas por novas tecnologias" **pg. 9**

Jimmy Wales: "Wikipédia para uma sociedade livre e aberta" **pg. 14**

Carlo Vercellone: Um panorama sobre a nova divisão cognitiva do trabalho **pg. 16**

Eduardo Batalha Viveiros de Castro: "O conceito vira griffe, e o pensador vira proprietário de griffe" **pg. 20**

Carla Schwingel: A lógica diferenciada de se relacionar com o conhecimento **pg. 24**

Destaques da semana

Entrevista da Semana:

Gianni Vattimo: "Pós-moderno: uma reivindicação de multiplicidade de visão de mundo". **pg. 29**

Livro da Semana:

Evilázio Borges Teixeira. *A fragilidade da razão: pensiero debole e nihilismo hermenêutico em Gianni Vattimo.* Porto Alegre: Edipucrs, 2005 **pg. 35**

Teologia Pública:

Rosino Gibellini: A controvérsia não é a última palavra **pg. 40**

IHU em revista

Eventos pg. 45

IHU Repórter pg. 63

Sala de Leitura pg. 66

Editorial

As novas tecnologias têm permitido desenvolver obras coletivas, de livre acesso, sem direitos autorais. A Wikipédia é um exemplo disso. Trata-se de uma enciclopédia livre e gratuita, feita por pessoas do mundo todo, em quase 80 idiomas. O seu conteúdo pode ser modificado e distribuído livremente. Exemplos como a Wikipédia serviram de alerta para abriremos o debate na atual edição da *IHU On-Line*. Qual é a importância dessas obras e do trabalho imaterial que elas demandam. Como controlar a qualidade? Que modificações o trabalho cognitivo introduz na vida do trabalhador e da trabalhadora? Como são entendidos os direitos autorais em casos de autoria coletiva? “A relação entre Wikipédia como obra coletiva, e cada autor em particular, levanta um problema teórico muito interessante: a relação entre o que é comum e o que é individual”, afirma o filósofo italiano Paolo Virno. Já o sociólogo alemão Robert Kurz questiona, “A ideologia do software livre vem sendo ampliada a textos teóricos e literários, direciona-se menos contra as empresas, porém, primeiramente, contra os próprios produtores. Quem abre mão de seus ‘direitos autorais’, deve ser mero amador e obter dinheiro de outras fontes, porque, caso contrário, não pode viver no capitalismo.” Além de Kurz e Virno, as entrevistas com Jimmy Wales, fundador da Wikipédia, o economista italiano, residente na França, Carlo Vercellone, Eduardo Batalha Viveiros de Castro, professor do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Carla Schwingel, doutora em Comunicação e Cultura Contemporânea pela UFBA contribuem para o debate da presente edição. Confira ainda, a entrevista com Gianni Vattimo concedida à *IHU On-Line* na sua recente visita a Porto Alegre por ocasião de sua estada em Porto Alegre, na véspera da palestra que proferiu no evento *Metamorfoses da cultura contemporânea, realizado em* 18 de outubro. A todas e todos uma boa leitura e uma ótima semana.

O cérebro social como interação direta entre sujeitos de carne e osso

Entrevista com Paolo Virno



O filósofo Paolo Virno afirma, em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, que “é preciso cortar o nexo entre ‘general intellect’ e economia, substituindo-o por um nexo inédito, aquele entre ‘*general intellect*’ e ação política”. Virno nasceu em Nápoles, Itália, e teve uma importante participação na vida intelectual e na autonomia operária italiana. Em fins de 1970 e princípios dos anos 1980, foi perseguido e aprisionado pelo estado italiano durante três anos, acusado de “associação subversiva e constituição de quadrilha armada”. Foi absolvido. Seus estudos estão orientados para a filosofia da linguagem e a ética da comunicação lingüística, sobretudo no que se refere às formas de vida metropolitana da modernidade pós-fordista. Ensina Ética da Comunicação e Filosofia da Linguagem na Universidade de Cosenza, Calábria; colabora com o suplemento cultural do **II Manifesto**; fundou a revista e editora **Derive Aprodí**, além de **Metropoli** e **Luogo Comune**. Virno é autor de vários livros, entre os quais se encontram: **Grammaire de la multitude. Pour une analyse des formes de vie contemporaines** (Gramática da multidão. Por uma análise das formas de vida contemporâneas) Editions de l’Eclat/Conjonctures, 2002; **El recuerdo del presente** (A recordação do presente) Buenos Aires: Paidós, 2003; e **Quando il verbo si fa carne. Linguaggio e natura umana** (Bollati Boringhieri, 2003), traduzido ao espanhol sob o título **Cuando el verbo se hace carne. Lenguaje y naturaleza humana**. Buenos Aires: Tinta Limón y Cactus, 2004. **IHU On-Line** entrevistou Paolo Virno na 98ª edição, de 26 de abril de 2004. Também publicamos a resenha de dois livros do filósofo: **Gramática de la Multitud** e **El Recuerdo del presente**, na 71ª edição, de 18 de agosto de 2003. Dele também reproduzimos uma entrevista concedida ao jornal **Clarín**, em 24-12-04, na edição número 132, de 14 de março de 2005.

IHU On-Line – Qual é sua opinião sobre obras construídas coletivamente, como a Wikipédia, por exemplo?

Paolo Virno – Parece-me que Wikipédia e outras obras análogas sejam um bom exemplo do que se deva entender por *general intellect*, por intelecto geral ou cérebro social. Esta expressão de Marx indica, sobretudo, o caráter suprapessoal do pensamento e da linguagem humana. Pensamento e linguagem são recursos coletivos, bens comuns: da mesma forma como há um tempo eram bens comuns, na Europa, as terras não demarcadas, das

quais todos podiam livremente usufruir. Comumente se retém que o poder ou a liberdade sejam fenômenos públicos, enquanto a reflexão e a elaboração intelectuais sejam algo privado, íntimo, não manifesto. Não é assim. A mente humana é constitutivamente social. O **nós** precede o **eu**, também do ponto de vista da psicologia do desenvolvimento. Mais do que do intelecto em geral, eu falarei precisamente de um *intelecto público*. A publicidade do intelecto, ou seja, o caráter comunitário da força-invenção e do saber, pode constituir a base de uma esfera pública que não coincida mais

com o Estado. Torna-se uma observação colateral. Marx usa a expressão inglesa *general intellect* para indicar a ciência retida no capital fixo, isto é, no sistema de máquinas. Na nossa época, esta equação “intelecto geral” = sistema de máquinas não é mais verdadeira. O “intelecto geral” manifesta-se, em ampla medida, na atividade do trabalho vivo, na cooperação inteligente de uma pluralidade de corpos humanos que falam e agem. Wikipédia e outras obras do gênero exemplificam – em alto e refinado grau – uma realidade mais ampla, que vale também em muitos setores industriais: o cérebro social como interação direta entre sujeitos de carne e osso.

IHU On-Line - Como se entendem, nesse tipo de obra, os direitos autorais e o copyright

Paolo Virno – Não creio que as categorias econômicas, muito menos aquelas ligadas à propriedade privada, possam resolver o problema da compensação a cada autor. Não podemos mensurar um produto do pensamento com base no tempo de trabalho necessário à sua execução. Quando falamos de “tempo de trabalho”, falamos sempre de tempo homogêneo, de uma pura e simples qualidade; enquanto a elaboração intelectual tem uma intensidade qualitativa típica, conecta o passado e o presente, em suma, requer um lapso de tempo descontínuo e não-homogêneo. Com a Wikipédia e obras semelhantes, termina, em princípio, a economia política, a sua “racionalidade”. Somente uma norma política pode servir para enfrentar a retribuição aos colaboradores. Creio que a escrita dos textos seja remunerada pelo modo mais generoso, mas creio também que sobre os textos não deva subsistir nenhum *copyright*.

O comum e o individual

A relação entre Wikipédia como obra coletiva, e cada autor em particular, levanta um problema teórico muito interessante: a relação entre o que é *comum* e o que é *individual*. Em grande

escala, este é um problema da multidão: de fato, por “multidão” devemos entender uma pluralidade de indivíduos muito diferentes entre si, que, no entanto, chegam a um recurso comum, compartilhado, pré-individual. O *general intellect* é o âmbito do *comum*, os autores de Wikipédia exemplificam o âmbito da *singularidade*. A multidão é uma rede de singularidades que, em vez de convergir na unidade postiza do Estado, perduram como tais, justamente porque fazem valer sempre de novo, nas formas de vida e no espaço-tempo da produção social, a realidade pré-individual que têm nas costas, ou seja, o comum do qual derivam. Longe de contrapor-se, o comum (*general intellect*) e o singular (cada um dos “muitos” em que consiste a multidão) referem-se um ao outro. Os indivíduos, únicos e irrepitíveis, não seriam tais se não tivessem algo que os unisse. A dificuldade está em compreender em que consiste, precisamente, a relação recíproca entre comum e singular. Limito-me a levantar questões “filosóficas”. O comum seria talvez o resultado de uma abstração mental, que isole e condense certos traços presentes em muitos indivíduos? Ou, vice-versa, isso é algo realíssimo em si e por si, independente das nossas representações? E depois e, sobretudo: o singular é distinto dos seus semelhantes por que, *ao lado* das faculdades comuns de linguagem e de pensamento, faz valer características ulteriores, essas, sim, únicas e irrepitíveis (por exemplo, um desejo ou uma paixão)? Ou então, ao contrário, aquele singular é distinto dos seus semelhantes única e exclusivamente porque representa uma modulação peculiar *das* faculdades comuns de linguagem e de pensamento? A individuação advém em virtude de algo que se adiciona ao comum, ou tem lugar no seio deste último? Perguntas abstratas, por certo, mas nelas, repito, está colocado o problema de qual seja a relação entre *general intellect* e os indivíduos particulares que compõem a multidão.

IHU On-Line - Hardt e Negri disseram no livro *Multitude* isto: "tudo o que podemos dizer no estado no qual nos encontramos é que a ampla difusão social e a importância econômica dessas práticas oferecem condições que tornam possível um projeto para a criação de uma democracia fundada sobre a livre expressão e a vida em comum. O projeto de *multitude* é a realização desse projeto". Como o senhor explicaria essa afirmação? Qual é a sua opinião sobre ela? Que exemplos poderia citar?

Paolo Virno - Imagino que Michael e Toni se refiram à possibilidade de traduzir a cooperação produtiva, baseada na comunicação lingüística e no saber, numa República não mais estatal, pois a questão delicada (com a qual se mensura o movimento neoglobal, de Seattle aos vários *meetings* de Porto Alegre) está, precisamente, na transposição do que emerge no processo do trabalho numa ordem constitucional alternativa à que caracteriza o Estado soberano moderno. A socialidade do processo de trabalho apresenta-se, hoje, como um recurso apreciado do qual se apropria a empresa capitalista. Todavia, esta mesma socialidade tem características tais, que se podem delinear virtualmente novas instituições democráticas, ou melhor, instituições democráticas não mais baseadas na delegação e na representação, mas na capacidade da multidão de padronizar saberes, técnicas, informações. Procuro explicar-me melhor. O verdadeiro problema, hoje, é que o *general intellect* continua a manifestar-se como trabalho assalariado. As leis da economia continuam a aplicar-se a isto (saber, invenção, pensamento), que o excede e contradiz. É preciso cortar o nexo entre *general intellect* e economia, substituindo-o por um nexo inédito, aquele entre *general intellect* e ação política. A crítica do trabalho assalariado requer a criação de instituições baseadas na publicidade do intelecto.

IHU On-Line - As novas tecnologias exigem o trabalho de *multitude*, o *general intellect* de Marx. Exigem

trabalho coletivo, mas no sistema capitalista individualista, privado, parece ser muito difícil. Há uma contradição entre o sistema que vivemos e a necessidade de socialização que demandam as novas tecnologias? Que rumos se podem vislumbrar para sair dessa contradição?

Paolo Virno - Marx, diante das primeiras sociedades por ações, escreveu que se tratava de "uma superação da propriedade privada sobre a própria base da propriedade privada". Hoje se poderia dizer algo semelhante a propósito do *general intellect*, ele exprime a superação do trabalho assalariado sobre a própria base do trabalho assalariado, a saber, quando ainda predominam as regras e as unidades de medida que contradistinguem este último. Tanto no que se refere às sociedades por ações, quanto no que se refere ao *general intellect*, são possíveis dois erros especulares. O primeiro consiste em pôr unilateralmente o acento na palavra "superação": finalmente se superou a propriedade privada ou o trabalho assalariado, vencemos de modo indolor, o desenvolvimento técnico dissolveu o domínio capitalista. Segundo erro possível: dar unilateralmente importância ao trabalho assalariado que continua a subsistir também em presença do *general intellect*. dir-se-á, então, que tudo é como antes, sem nenhuma diferença de relevo. É preciso evitar ambos os erros: o *general intellect* mostra a superabilidade concreta, realista, do trabalho assalariado, mas este continua a subsistir também quando se afirmaram as condições materiais que poderiam decretar-lhe o fim. Esta situação é cheia de paradoxos, mas é encarada sem simplificações.

A cooperação subjetiva

Uma outra consideração. Desde sempre o capitalista se apropria diretamente, sem pagá-la de nenhum modo, daquela gigantesca força produtiva que é a cooperação social. O capitalista paga o salário a cada trabalhador singular, mas se apossa gratuitamente da interação

entre os trabalhadores singulares, uma interação cujo resultado é muito maior do que a soma aritmética das partes. Hoje, a apropriação privada de um processo de trabalho constitutivamente social é impulsionada ao grau máximo. Também porque hoje a cooperação não consiste só na coordenação objetiva entre as atribuições singulares, mas representa uma tarefa subjetiva que cada trabalhador deve absolver. Eu me explico: uma parte do trabalho consiste, hoje, em melhorar, afinar, desenvolver a cooperação complexiva. Quando o trabalhador singular produz, além dos bens materiais, também uma melhoria na interação entre o seu trabalho e o dos outros, estamos diante de algo que chamarei de *cooperação subjetiva*.

IHU On-Line - Como se entende a apropriação da mais-valia nestes casos?

Paolo Virno - O mais-valor, ou mais-valia, é o resultado de um processo produtivo mais amplo da jornada de trabalho estritamente entendida. O mais-valor é gerado por uma cooperação social que compreende também o tempo de não-trabalho, o tempo de aprendizagem, o tempo dos afetos, o tempo do consumo cultural. Esta cooperação social extratrabalho não é paga pelo salário, obviamente, mas constitui uma força produtiva fundamental. A ela se deve a gênese do mais-valor. Seria conveniente uma teoria do mais-valor (e do lucro) que vá além da jornada de trabalho individual. Deveríamos considerar o “processo de trabalho” somente como uma parte de um “processo de produção” mais geral, que compreende, em si, a vida como tal.

IHU On-Line - O que acontece com aquelas pessoas preparadas, exclusivamente, para um trabalho fordista? Que alternativas existem para o desemprego em massa que não tem sido resolvido pelo governo de "esquerda" como foi prometido?

Paolo Virno - O direito à vida é afirmado independentemente de o ter ou não ter um emprego. A precariedade

crônica, ou seja, a alternância entre trabalho e não-trabalho, não é mais um fenômeno da economia obsoleta, mas caracteriza as pontas avançadas do desenvolvimento capitalista. Se é assim, a exigência de um “retorno de cidadania”, de um *basic income*, não tem nada de utópico: é realista e razoável (como, em outros tempos, foi realista e razoável falar de *liberdade e igualdade*). Gostaria de aproveitar esta pergunta para clarear um ponto delicado. O pós-fordismo não se reduz, certamente, a figuras profissionais particulares, que se contradistinguem de refinamento intelectual ou de dotes “criativos”. É óbvio que os trabalhadores da mídia, os pesquisadores, os engenheiros, os operadores ambientais etc., são e sempre serão uma minoria. Por “pós-fordismo” entendo, ao invés disso, características que se referem a *toda* a força de trabalho contemporânea, incluindo os coletadores de frutas e os mais miseráveis emigrantes. Eis algumas características: capacidade de reagir intempestivamente à inovação constante de técnicas e modelos organizacionais, um acentuado “oportunismo” em arranjar-se entre as diversas possibilidades oferecidas pelo mercado de trabalho, familiaridade com o possível e o imprevisto, aquela iniciativa mínima que permite decidir qual será “a coisa justa” a fazer no interior de um fluxo produtivo não-linear, uma certa familiaridade com as redes comunicativas e informativas. Como se vê, estes são dotes genericamente humanos, e não fruto de uma “especialização”. O que defendo é que o pós-fordismo mobiliza todas as faculdades que caracterizam a nossa espécie: linguagem, pensamento abstrato, disposição à aprendizagem, plasticidade, hábito de não ter hábitos sólidos. Quando falo de “intelectualidade de massa”, não me refiro, por certo, a biólogos, artistas, matemáticos etc., mas ao intelecto humano em geral, ao fato de que este foi posto a trabalhar como jamais o foi anteriormente. Olhando atentamente, o pós-fordismo se serve de capacidades aprendidas antes e independentemente da entrada no

mundo do trabalho: capacidade induzida da incerteza da vida metropolitana, do desenraizamento, dos choques perceptivos devidos à mudança tecnológica, e mesmo dos jogos de vídeo e do uso dos celulares. Tudo isso está na base da “flexibilidade” pós-fordista. Essas experiências extravalorativas se tornam depois, na produção *just in time*, verdadeiros e próprios requisitos profissionais.

IHU On-Line - Que novos sentidos poderia estar tomando a política a partir das novas tecnologias socializadas (como o exemplo da Wikipédia)?

Paolo Virno - Não é fácil individuar as formas de resistência dentro e contra a “sociedade de controle”. Após Seattle, Gênova, Porto Alegre, vimos emergir uma “nova espécie” social e produtiva: a *intelectualidade de massa*, ou seja, aquela multidão de homens e mulheres que, usando o pensamento e a linguagem como utensílios e matéria-prima, constituem o autêntico pilar da riqueza das nações. Migrantes, precários de todo gênero, fronteiros entre trabalho e não-trabalho, sazonais dos McDonalds e conversadores por tarefa dos *chat-lines*, pesquisadores e informatas: todos eles são, a pleno título, o “intelecto geral”, o *general intellect* (saber, iniciativa subjetiva, força-invenção) que é, conjuntamente, a principal força produtiva do capitalismo pós-fordista e a base material para acabar com a sociedade mercantil e com o Estado como sinistro “monopólio da decisão política”. Em fins do século XIX, os tipógrafos, os curtidores, os têxteis etc. - em suma, os membros das inúmeras associações profissionais - descobriram o que os unia: serem, todos, dispêndio abstrato de energia psicofísica, *trabalho em geral*. Hoje, uma multidão de “indivíduos sociais” - tanto mais ativos da própria singularidade irrepitível quanto mais correlacionados entre si numa espessa trama de interação cooperativa - se reconhecem como *intelecto geral* da sociedade.

Como organizar uma pluralidade de “indivíduos sociais”?

O *general intellect* - “pensamento que deseja, e desejo que pensa”, para utilizar uma bela expressão de Aristóteles - mostra a sua face política com a razoável pretensão de um *basic income* [renda básica] universal e com a recusa de qualquer *copyright* sobre os produtos do recurso comum, que é a mente humana. Resta o problema mais espinhoso: como organizar uma pluralidade de “indivíduos sociais” que, no momento, é ainda fragmentada, exposta ao recato, em suma, *não-organizável*? A intelectualidade de massa sofre para converter o próprio poder produtivo em poder político. A primeira questão na ordem do dia é a das *formas de luta*. É estúpido quem crê que individuar as modalidades do conflito (como greve, sabotagem etc.) seja um problema técnico, simples corolário do programa político. Bem ao contrário: a discussão sobre as formas de luta é a mais intrincada, verdadeiro banco de prova de qualquer teoria política de qualquer orientação. Interdependência, conhecimentos compartilhados, capacidade de correlacionar-se e interagir: esses “dotes profissionais” da multidão pós-fordista devem tornar-se temíveis instrumentos de pressão. As plataformas reivindicadoras, em síntese, o “que coisas queremos”, dependem por inteiro do “como podemos agir” para modificar as relações de força no interior *desta* organização social deste tempo e espaço. Tudo depende, então, da invenção, sem preconceito, de novos “piquetes” e novos “cortejos internos”, que estejam à altura da necessária flexibilidade e do modelo de acumulação baseado no *general intellect*.

IHU On-Line - Como descreveria o perfil do trabalhador do século XXI?

Paolo Virno - Parece-me que, no atual processo de trabalho, sejam valorizadas todas as faculdades que caracterizam a espécie *homo sapiens*. A “natureza humana” torna-se, como tal, um recurso econômico. O conceito de “força-

trabalho” compreende, pela primeira vez, não só os aspectos corpóreos (força física e nervosa), mas também o pensamento, a linguagem, a imaginação, os afetos. O trabalhador do século XXI aplica, no processo produtivo, os mesmos dotes, graças aos quais está no mundo, tem relações com os seus semelhantes, faz frente ao imprevisto. Tudo isso se exprime, mas de modo completamente mistificado, no grande uso que os patrões fazem do termo “profissionalismo”. Note-se: *profissionalismo*, não *especialização*. A diferença é de grande monta. “Especialização” indica um conjunto de atribuições pré-definidas que exigem um certo número, mais ou menos alto, de conhecimentos técnicos; que requer um aprendizado e, em certos casos, estudos adicionais. A “especialização” é uma prerrogativa objetiva que pode ser avaliada com base em parâmetros socialmente compartilhados. O “profissionalismo”, ao invés, é entendido como uma *bagagem subjetiva*, um saber-fazer indistinguível da pessoa singular, a síntese de conhecimentos, experiências vividas, atitudes, sensibilidade.

“Profissionalismo” pós-fordista: dotes de caráter

Bem entendido, o “profissionalismo” pós-fordista não corresponde a nenhuma profissão definida. Ele resolve-se antes em certos *dotes de caráter*. Longe de indicar qualquer competência particular, “profissionalismo” é um termo recatado (e confuso) com o qual se designa a canalização ao trabalho de traços mais genéricos da pessoa. Com uma ressalva: nada mais e nada menos que a arte de *estar no mundo*, de orientar-se nas mais variadas situações, de aparar os golpes do acaso. E é tanto mais significativo que esta arte de estar no mundo, transfigurada em “profissionalismo”, se apresente como precioso *recurso produtivo*. Nas entrevistas de admissão, por exemplo, conta mais a avaliação das propensões e dos hábitos, das ambições e dos “valores” do candidato, do que sua efetiva familiaridade com uma atribuição determinada. O objetivo, note-se, não é

tanto o de apurar a disponibilidade em submeter-se, quanto comprovar a capacidade de reagir com prontidão e senso de oportunidade às contingências não programáveis da empresa de rede ou da produção *just in time*.

IHU On-Line – Qual é, segundo sua visão, a situação do movimento *new global*?

Paolo Virno – O movimento global, de Seattle em diante, assemelha-se a uma pilha voltaica de funcionamento reduzido: acumula sem gastar energia, mas não sabe como e onde descarregá-la. Está-se diante de um admirável entesouramento, ao qual não correspondem, por enquanto, investimentos adequados ou diante de um novo aparelho tecnológico, potente e refinado, do qual, todavia, ignoram-se as instruções de uso. A dimensão simbólico-midiática tem sido, ao mesmo tempo, ocasião propícia e limite. De um lado, garantiu a acumulação de energia, do outro a impediu ou diferiu ao infinito a sua aplicação. Todo ativista sabe: o movimento global não consegue ainda incidir – entendo: incidir com o garbo de um ácido corrosivo – sobre a atual acumulação capitalista. De onde nasce a dificuldade? Por que a questão do lucro, mas também o funcionamento dos poderes constituídos, já não foram mais tão conturbados pelo movimento *new global*? A que se deve este paradoxal “duplo vínculo”, com base no qual o âmbito simbólico-comunicativo é, ao mesmo tempo, mola propulsora e fonte de paralisia? O *impasse* que atormenta o movimento global brota da sua inerência às atuais relações de produção. E não da sua indiferença ou marginalidade, como reputam alguns.

Um movimento ético

O movimento é a interface conflitante do processo de trabalho pós-fordista. Precisamente por isso (e não malgrado isso) ele se apresenta na cena pública como um movimento *ético*. Eu me explico. A produção capitalista contemporânea mobiliza, em benefício

próprio, todas as atitudes que distinguem a nossa espécie, põe a trabalhar a *vida* como tal. Ora, se é verdade que a produção pós-fordista se apropria da “vida”, ou seja, das faculdades especificamente humanas, é óbvio que a insubordinação em seus confrontos se direciona para este mesmo fato, inclusive a vida, na produção flexível, vem contraposta à instância de uma “boa vida”. E a busca da “boa vida” é, precisamente, o tema da ética. Eis aí a dificuldade e, ao mesmo tempo, o desafio realmente interessante. O primado da ética é o fruto direto das relações materiais de produção. Este primado, porém, parece, de saída, afastar-se daquilo que o provocou. Um movimento ético procura interferir com o modo pelo qual hoje se forma o mais-valor. A força-trabalho que é o coração do pós-fordismo globalizado – precário, flexível, fronteiro entre ocupação e desocupação – defende alguns princípios generalíssimos que dizem respeito à “condição humana”: liberdade de

linguagem, compartilhar daquele bem comum que é o conhecimento, paz, salvaguarda do ambiente natural, justiça e solidariedade, aspiração a uma esfera pública na qual sejam valorizadas a unicidade e irrepitibilidade de cada existência singular. A instância ética, que ainda tem suas raízes na jornada social de trabalho, sobrevoa esta última em alta quota, sem alterar as relações de força que vigem em seu interior. Erra quem desconfia da carga ética do movimento, acusando-o de negligenciar a luta de classes contra a exploração, mas erra também, por motivos especulares, quem se gaba desta carga ética, pensando que ela ponha finalmente fora de jogo categorias como a “exploração” e a “luta de classes”. Em ambos os casos se deixa escapar o decisivo: o nexos polêmico entre a instância da “boa vida” (que se encarnou em Gênova e Porto Alegre) e a vida colocada a trabalhar (fulcro da empresa pós-fordista).

“Novas relações sociais não podem ser criadas por novas tecnologias”

Entrevista com Robert Kurz



Robert Kurz, sociólogo e ensaísta alemão, foi entrevistado pela revista *IHU On-Line*, por e-mail, sobre a discussão que levantamos na matéria de capa da presente edição. Kurz manifesta-se de maneira muito crítica em relação ao *software* livre e ao *copyleft*. Ele argumenta que sua crítica se refere a experiências negativas que ele teve na Alemanha com os defensores do software livre. “Espero, no entanto, que minhas respostas possam contribuir para uma discussão controversa.

Quero, com isso, procurar, de modo não meramente negativo, tomar uma posição alternativa. Mas nosso tatear por uma alternativa social exige, precisamente, também um debate crítico”, explica. Nascido em 1943, Kurz estudou Filosofia, História e Pedagogia. Atualmente, vive em Nuremberg como publicista autônomo, autor e jornalista. Foi co-fundador e redator da revista teórica *Krisis - Beiträge zur Kritik der Warengesellschaft* (Krisis - Contribuições para a Crítica da Sociedade da Mercadoria). A área dos seus trabalhos abrange a teoria da crise e da

modernização, a análise crítica do sistema mundial capitalista, a crítica ao Iluminismo e a relação entre cultura e economia. Publica regularmente ensaios em jornais e revistas na Alemanha, Áustria, Suíça e Brasil. O seu livro *O Colapso da Modernização* (São Paulo: Paz e Terra, 1991), também editado no Brasil tal como *O Retorno de Potemkin* (São Paulo: Paz e Terra, 1994) e *Os Últimos Combates* (Petrópolis: Vozes, 1998), provocou grande discussão, e não apenas na Alemanha. Publicou *Schwarzbuch Kapitalismus* (O Livro Negro do Capitalismo) em 1999, *Weltordnungskrieg* (A Guerra de Ordenamento Mundial) e *Die Antideutsche Ideologie* (A Ideologia Antialemã) em 2003, não-editados em português. *IHU On-Line* entrevistou Robert Kurz na 98ª edição, de 26 de abril de 2004, quando tratou da crise da sociedade do trabalho. Robert Kurz disponibilizou a referida entrevista, em alemão, no sítio www.exit-online.org.

Publicamos um artigo de Robert Kurz na 117ª edição, de 27 de setembro de 2004.

***IHU On-Line* - Como as novas tecnologias a serviço de obras coletivas, o copyleft e a vida online podem contribuir para construir a utopia na forma em que o senhor a entende?**

Robert Kurz - Neste tema, receio haver grandes mal-entendidos. Em primeiro lugar, não se trata de uma “utopia”. As utopias são sempre modelos abstratos que devem ser concretizados, mas uma convulsão social é algo bem diferente. O ponto de partida não é um modelo positivo, porém a “força da negação”. Da análise das contradições reais e da crítica com isso relacionada pode se formar um movimento social que ingressa num processo prático de convulsão [*Umwälzung*]. A teoria crítica pode desenvolver critérios para isso. O resultado, porém, não está garantido *a priori* como modelo, e por isso um pensamento realmente transcendente não pode ser utópico. O mundo capitalista que nós criticamos não é, ele próprio, resultado da concretização de um modelo, mas o resultado de um processo histórico de complexas intermediações. Para poder sair deste mundo, é necessária uma “contramediação” igualmente complexa, um processo histórico de transformação. Aí fracassa um pensamento por modelos positivos. Em segundo lugar, novas relações sociais não podem ser criadas por novas tecnologias. As novas tecnologias da microeletrônica conduzem de modo imanente aos limites do capitalismo, porque tornam o trabalho amplamente

supérfluo, impossibilitando, com isso, a ulterior expansão da mais-valia. São tecnologias da crise. Entretanto, com isso, não se conecta nenhum automatismo tecnológico como postulado de uma outra sociedade, apenas a crise da sociedade vigente. A emancipação social não pode orientar-se em tecnologias, pois isso seria continuar a coisificação capitalista. Trata-se precisamente de libertar as relações sociais da submissão às coisas mortas e torná-las soberanas em face das tecnologias.

***IHU On-Line* - Como se relaciona o “trabalho abstrato” na visão de Marx com o trabalho imaterial da atualidade?**

Robert Kurz - O “trabalho abstrato” não é imaterial em Marx. O conceito designa antes a indiferença em face do conteúdo, porque ele se dirige unicamente ao próprio fim irracional do emprego de capital, pela reversão de um “sujeito automático” (Marx) sobre si mesmo. Por isso, o trabalho é um fim em si mesmo, que consiste precisamente no “desgaste dos nervos, músculos, cérebro” (Marx). Esta abstração é, pois, real, totalmente material. A redução social do processo de produção à consumação abstrata de energia humana por ela mesma, não leva em consideração o conteúdo nem as necessidades. Apenas por esta redução sobre a materialidade de energia humana abstrata é que realmente pode o “trabalho abstrato” ser a “substância do capital” (Marx). A terceira revolução industrial da

microeletrônica não torna imaterial o “trabalho abstrato”, mas precisamente supérfluo. Os mais avançados setores da tecnologia informacional, mídia, analítica simbólica etc. não podem mobilizar novas massas de “trabalho abstrato”. O resultado é não só a crise do emprego de capital, mas também a crise do positivo conceito marxista de trabalho. A tradicional “ontologia do trabalho” marxista deve ser criticada radicalmente. Antonio Negri e Michael Hardt somente criaram o não-conceito do “trabalho imaterial” para contornar esta crítica necessária e salvar a velha “ontologia do trabalho”. Também na ideologia do software livre¹ este novo conceito do “trabalho imaterial” é determinado como pretensa nova base da velha ontologia, em vez de criticar a própria abstração real “trabalho” como forma capitalista de reprodução.

IHU On-Line – As novas tecnologias exigem trabalho coletivo compartilhado, o *general intellect* em Marx, mas, no sistema capitalista privado e individualista, parece ser muito difícil dar conta dele. Existe uma contradição entre o sistema no qual vivemos e a necessidade da socialização exigida pelas novas tecnologias? Como se pode solucionar esta contradição?

Robert Kurz – O conceito de *general intellect* em Marx não se relaciona com uma forma imediata de organização, mas com uma modificação da relação universal de ciência e produção: os homens avançam progressivamente ao lado e antes do processo de produção. Esta é precisamente a crise do “trabalho abstrato” e, com isso, da forma do valor e do dinheiro. Marx quer superar o indivíduo abstrato do capitalismo, que só se relaciona com outros indivíduos pela abstração do dinheiro. Para Marx, porém, não se trata da negação, ao contrário, da libertação da individualidade dessa forma abstrata. Marx não substitui o

¹ A revista *IHU On-Line* número 136, de 11 de abril de 2005, dedicou sua matéria de capa ao tema das novas tecnologias e do software livre. (Nota da *IHU On-Line*)

individualismo abstrato por um coletivismo também abstrato. “Socialização” significa um “indivíduo socialmente livre”, e não um “apático coletivo co-agente”. Um coletivismo mediado apenas tecnologicamente sempre é co-agente. Historicamente, o coletivismo não foi a superação da individualidade capitalista abstrata, mas o modo de sua imposição nas ditaduras da “modernização retroativa” na periferia do mercado mundial. Um coletivismo eletrônico amplamente anônimo é uma representação terrível, o oposto de uma emancipação social e uma simples prorrogação do “trabalho abstrato”. Não é por nada que os *internet-freaks*, que promovem tais representações, são, em geral, homens mais jovens, pois a gênese histórica do “trabalho abstrato” teve uma conotação estruturalmente masculina, vinculada com o surgimento do patriarcado moderno. Além disso, esta representação de uma produção imediatamente coletiva, aparentemente exigida pelas novas tecnologias, vive pelo fato de que o caráter específico do software é absolutizado bem unilateralmente e tomado como modelo para todos os outros objetos. Isso é impossível, não se podem criar objetos das necessidades materiais ou produtos culturais (por exemplo, textos teóricos ou literários) segundo o esquema da modelagem por software.

IHU On-Line – As obras construídas coletivamente, como, por exemplo, a Wikipédia, abrem mão dos direitos autorais. Que sentido e que força o capitalismo atribui a esses direitos autorais nos diferentes campos do saber e da produção? Em que sentido eles são uma forma de poder?

Robert Kurz – A forma universal do direito na modernidade é a forma jurídica da propriedade privada, mas esta forma é apenas a expressão jurídica das relações capitalistas de produção, que repousam sobre o “trabalho abstrato”. A ilusão do marxismo tradicional consistia em que ele queria suspender apenas exteriormente a forma jurídica da propriedade privada, enquanto ontologizava a base do “trabalho

abstrato”. Isso significa “amansar o cavalo pelo rabo”. Somente com a superação do próprio “trabalho abstrato” sua forma jurídica perde sua base. O procedimento inverso, no entanto, só pode conduzir a um aparelho burocrático abstrato do não-superado “trabalho abstrato”. A ideologia de um software livre contorna o problema, porque ela está restrita à Internet e absolutamente não possui um conceito crítico da reprodução social global. Contudo, também no caso da Wikipédia absolutamente não é possível que cada um insira “livremente” suas obras. Há um código e um controle não transparente do acesso. Um outro problema é o *status* dos produtores individuais. Eles precisam vender seus produtos a empresas como Microsoft ou Bertelsmann para poderem viver. Esta dependência, no entanto, só pode ser superada por uma reviravolta das relações sociais de produção, e não por uma “renúncia a direitos autorais” isolada e exterior. A ideologia do software livre, que entretanto vem sendo ampliada a textos teóricos e literários, direciona-se menos contra as empresas, porém, primeiramente, contra os próprios produtores. Quem abre mão de seus “direitos autorais”, deve ser mero amador e obter dinheiro de outras fontes, porque, caso contrário, não pode viver no capitalismo. É desleal ofuscar este fato.

IHU On-Line - Que tipo de compreensão de sociedade e de trabalho existe por trás de um trabalho coletivo “sem direitos de autor”, que pode ser apropriada e modificada ao bel-prazer, enquanto ocorre sem a intermediação de dinheiro?

Robert Kurz - Trata-se de um utopismo neopequeno-burguês, que se restringe à esfera da circulação. O que aqui é designado como “produção”, não é mais do que um prolongamento da circulação e do consumo. A Internet é essencialmente um meio de circulação. Por isso, esse utopismo também vai superar o dinheiro de modo meramente circulante, como um “dar e receber” sem custos e sem controle, enquanto o “trabalho” é retido como ilusão, ao invés de criticá-lo. O propagado caráter “imaterial” se refere aí a uma posse

meramente combinatória de módulos pré-fabricados. Já que as condições sociais do capitalismo continuam sendo pressupostas, só podem ser sujeitos de concorrência que exercem o pretenso “livre apossar-se”. A “disposição abstrata” de textos e de outros produtos, separada do conteúdo da “apropriação”, é apenas o prolongamento do formalismo juridicamente vazio, mas sem “direitos autorais” individuais. Os produtores intelectuais são transformados em caça livre; cada “galo” concorrente pode copiar sem receio e apresentar os produtos como seus. A crise do “trabalho abstrato” também é uma crise da identidade masculina; por isso esta ideologia não se dirige por último contra as autoras, que devem ser intelectualmente despojadas por homens precarizados. Isso não é emancipação, e sim falta de vergonha. Ao mesmo tempo, é uma pretensão formalizada de poder. A força repressiva das empresas só é substituída pelo poder igualmente repressivo de um coletivo co-agente de sujeitos concorrentes desoprimidos. Não existe uma modificação emancipadora por um princípio universal formal e abstrato. Outra coisa seria uma livre associação de indivíduos, que se uniriam numa associação, na qual determinadas regras capitalistas deveriam ser eliminadas (por exemplo, o livre aproveitamento de recursos de uma biblioteca administrada coletivamente). Tais elementos de uma concreta contracultura não têm, no entanto, nada a ver com um formalismo abstrato como o princípio do *copyleft*.

IHU On-Line - Em que sentido as novas tecnologias podem contribuir para que o trabalho seja inclusivo, e não continue crescendo o desemprego?

Robert Kurz - “Trabalho”, como um conceito abstrato, sem conteúdo, em si mesmo não tem sentido, é um fim capitalista autônomo. Trabalho significativo seria uma contradição em si mesmo. As novas tecnologias não dão nenhum sentido a este “trabalho abstrato”, porém o tornam supérfluo. Somente na

forma capitalista isso aparece como “desemprego”. Além do trabalho como fim em si mesmo também já não há mais “desemprego”.

***IHU On-Line* – Como surgem os atuais *workaholics*? Que conseqüências têm tal forma de vida?**

Robert Kurz – *Workaholics* são pessoas que levam ao extremo sua sujeição ao fim em si mesmo do “trabalho abstrato”. Podem ser administradores, bem como assalariados ou “empreendedores autônomos”. Eles se transformam em “máquinas funcionais” humanas, que se entregam até o esgotamento a um fim alienado. Com isso, é compensada a falta da vivência pessoal e a atrofia das relações sociais. É a total auto-entrega ao “sujeito automático” do emprego de capital. Na *new economy* esta síndrome foi elevada a modelo. Atualmente, a *new economy* sofreu um lastimável naufrágio, mas este modelo destrutivo é entrementes estendido a todos os setores. Isso tem algo a ver com o fato de que a relação do capital, na crise da aplicação, retorna da prioridade do “mais-valor relativo” à prioridade do “mais-valor absoluto”, ao prolongamento do tempo de trabalho e à intensificação do trabalho. Quanto menos a força de trabalho humana ainda pode ser empregada de maneira rentável, tanto mais este resto deve ser espoliado, até a auto-espoliação do trabalho formalmente “autônomo”. Socialmente, surge uma atmosfera da pressa febril sem perspectiva e da falta de consideração consigo mesmo e com os outros. São sinais típicos de um colapso. Esta síndrome de *workaholics* não deveria, no entanto, ser confundida com o esforço por fins autodeterminados, por exemplo, na produção literária ou teórica no sentido de uma crítica social. Penetrar criticamente num objeto, é sempre um assunto intensivo. Opostamente à auto-entrega sem conteúdo ao “sujeito automático”, também pode haver uma erótica do conteúdo, que conduz a uma espécie bem diferente de ocupação intensiva. Numa sociedade liberta poderia ser normal que períodos

de esforço mais intenso por objetos pessoalmente escolhidos se alternem com períodos de ócio prazeroso. Uma “preguiça abstrata” seria apenas a imagem especular do “trabalho abstrato”.

***IHU On-Line* – No Brasil, pode-se observar agora uma profunda decepção política. As promessas de um governo de esquerda foram tão pouco satisfeitas como as dos governos anteriores, seja com respeito ao mundo do trabalho, seja em relação à corrupção política ou aos problemas econômicos. Como vê esta situação?**

Robert Kurz – No futuro, somente haverá decepções políticas, porque a esfera política do capitalismo na globalização e na crise da terceira revolução industrial é incapaz de regular a sociedade. Estado e política formam apenas o outro lado do emprego de capital e do mercado. O fracasso do mercado é também o fracasso da política. Não é um fracasso das pessoas, porém uma barreira interior da relação social. Por isso, não adianta substituir as pessoas ou fundar novos partidos políticos. O que atualmente é vivenciado no Brasil é uma experiência universal em todo o mundo, também na Europa. Além disso, a política é estruturalmente tão “masculinamente” determinada como o “trabalho abstrato”. Um movimento social emancipador deve direcionar-se tanto contra a política como contra o “trabalho abstrato”. O marxismo tradicional não esteve envolvido apenas numa ontologia do “trabalho, mas também numa ontologia da política e do patriarcado moderno. Para escapar desta prisão, o movimento social deve constituir-se de maneira autônoma. A resistência contra as exigências da administração da crise não pode mais apoiar-se nas instituições patriarcais da modernidade. Um movimento social autoconsciente contra o “trabalho abstrato” e contra a moderna relação sexual talvez faça, no processo da crise, alianças parciais com forças políticas, mas ele não mais se deixará estrangular pelas coações estruturais do sistema político.

Wikipédia para uma sociedade livre e aberta

Entrevista com Jimmy Wales



Há um imaginário de sociedade que está por trás de obras coletivas como a Wikipédia. Nas palavras do seu fundador, Jimmy Wales, a Wikipédia foi criada para uma sociedade livre, uma sociedade aberta. O fundador da Wikipédia, a mais famosa enciclopédia livre da internet, e diretor da Wikimedia Foundation, o americano Jimmy Wales, concedeu entrevista à *IHU On-Line*, por telefone, na semana passada. A Wikipédia é uma enciclopédia livre e gratuita, feita por pessoas do mundo todo, em quase 80 idiomas. O seu conteúdo pode ser modificado e distribuído

livremente. A versão da Wikipédia em língua portuguesa pode ser acessada no endereço http://pt.wikipedia.org/wiki/P%C3%A1gina_principal. A Wikimedia Foundation (<http://wikimediafoundation.org/wiki/Home>) é uma organização que engloba diferentes projetos dentro da linha “free knowledge”, conhecimento livre, entre eles a Wikipédia, o Wiktionary, um dicionário multilingual; o Wikibooks, uma coleção de livros gratuitos na internet; e o Wikinews, um site gratuito de notícias. Wales graduou-se pelas universidades de Auburn e Alabama e cursou a pós-graduação nos programas de finanças das universidades de Alabama e de Indiana. Ensinou em ambas as universidades durante seus estudos, mas não escreveu a tese doutoral requerida para ganhar o doutorado nestas instituições. Tornou-se comerciante em Chicago, e em poucos anos, tinha ganhado o suficiente para o sustento seu e de sua esposa para o resto de suas vidas. Atualmente, se dedica exclusivamente aos projetos da Wikimedia Foundation.

***IHU On-Line* – Como surgiu a idéia de criar a Wikipédia?**

Jimmy Wales – Observando o crescimento do movimento do software livre, que é um grupo de voluntários que cria todos os softwares que realmente fazem a Internet rodar², percebi que as pessoas podem colaborar em vários tipos de trabalho. Tenho orgulho do site, mas tenho interesse em desenvolver nosso trabalho em países menos desenvolvidos.

² GNU/Linux e Apache, por exemplo. (Nota do tradutor).

Creio que tornar o conhecimento livre muda a forma como o mundo funciona. Enfim, nosso trabalho é acabar com a exclusão digital.

***IHU On-Line* – Qual é o principal desafio da Wikipédia?**

Jimmy Wales – O desafio maior é lidar com o crescimento. O projeto ficou muito popular cedo demais, e nós sempre tivemos mais pessoas navegando no site do que podíamos imaginar, sem podermos dedicar-lhe a atenção devida. Então, tem sido um desafio comprar

computadores em quantidade suficiente para suprir todas as demandas.

IHU On-Line - Quais são os assuntos favoritos dos co-autores da Wikipédia?

Jimmy Wales - Os tópicos favoritos para contribuição são geralmente eventos/fatos atuais, que são muito populares. Sempre que há algo importante acontecendo no mundo, como, por exemplo, o Tsunami, ou o terremoto no Paquistão, e também tópicos sobre tecnologia, que são muito populares, muito bem-vindos.

IHU On-Line - Quando é hora de parar de acumular informações sobre um assunto específico?

Jimmy Wales - Nunca é hora de parar, porque há sempre a oportunidade de editar novas informações, novos fatos descobertos, mas depende muito de os editores voluntários discutirem o que escrever e quando devem parar o trabalho.

IHU On-Line - O que garante a credibilidade das informações nesse ambiente virtual?

Jimmy Wales - A qualidade de nosso trabalho, na média é muito bom. Uma das razões disso é que é revisado por centenas (*dúzias de centenas*) de pessoas. Mas é um método não tradicional de criar conteúdo e, portanto, as pessoas se questionam sobre a confiabilidade. A melhor resposta é que na média é muito bom, mas é claro que é preciso olhar cada caso, pensar muito a respeito da origem da informação. Toda mudança no site vai para uma “página de pesquisa das mudanças” (*research changes page*), que é revisada pela comunidade de colaboradores. Cada mudança é revisada por várias pessoas que determinam se é uma boa mudança ou não.

IHU On-Line - Alguns membros da Academia têm feito duras críticas à obra...

Jimmy Wales - A maioria dos acadêmicos está bem empolgada com a

idéia da Wikipédia. Para qualquer um envolvido com conhecimento, com ensino, é uma coisa realmente fantástica este esforço global para o compartilhamento de informações. Claro que há gente cética com relação aos nossos métodos, mas é preciso que entendam o que estamos tentando fazer.

IHU On-Line - Seu trabalho declara o fim dos direitos autorais?

Jimmy Wales - Tudo o que fazemos está baseado em licenças livres. As pessoas são livres para copiar, modificar e redistribuir nosso trabalho, o que é uma abordagem diferente dos *copyrights* tradicionais, que tentam controlar informações confidenciais/restritas. Nossa missão toda é compartilhar informações. Todas as pessoas que contribuem para o site com seu trabalho o fazem sob licença livre, então a motivação delas para isso é especificamente contribuir com o conhecimento que elas têm. Tudo o que usamos no site é software livre, somos grandes apoiadores do software livre, nós fazemos isso porque respeitamos sua liberdade, e também por ser o melhor software disponível para rodar no site.

IHU On-Line - Como caracterizaria a sociedade que está por trás da Wikipédia?

Jimmy Wales - Para uma sociedade livre, uma sociedade aberta. É o objetivo da Fundação Wikimedia. Queremos que as pessoas tenham acesso às informações, que tenham habilidade de usar os programas para que possam usar as informações, porque esta é a base para a cultura crescer a partir daí. Acho que o sucesso da Wikipédia vem da pureza e da simplicidade do conceito. Quando as pessoas começaram a ouvir sobre a Internet, todos pensaram: “Uau, isso é fantástico, a Internet é uma grande ferramenta para que indivíduos de todo o mundo compartilhem informações!”. Aí entramos em todo esse “*ponto com*”, e parecia que a Internet estava mais para *pop ups*, *spam* e coisas do tipo. A Wikipédia retorna às raízes do que deveria se tratar a Internet: um lugar

onde as pessoas se unem para compartilhar informações. Isso é muito empolgante.

***IHU On-Line* - Qual é o perfil das pessoas que trabalham na Wikipédia?**

Jimmy Wales – Nesta área, o principal é que as pessoas sejam amigáveis e que reflitam. Na Wikipédia, estas duas características têm maior importância, porque estamos tentando trabalhar juntos, colaborativamente, não estamos apenas tentando gastar tempo discutindo, não estamos exatamente tentando ter um trabalho produtivo-lucrativo. Então as características pessoais são ser gentil, solícito e reflexivo com os outros.

***IHU On-Line* - Como as novas tecnologias transformaram o mundo do trabalho, na sua percepção?**

Jimmy Wales – Eu diria que, quando as pessoas têm acesso ao conhecimento, e a uma maneira de se auto-educar, se tornam muito mais hábeis para o trabalho produtivo, o que ajudaria a acabar com o desemprego. Se elas tiverem acesso à educação e ao conhecimento, poderão aprender habilidades ou aquilo que as ajude a ser mais produtivas, qualquer que seja a área de trabalho que tenham escolhido. Na economia moderna, as pessoas devem aprender o máximo que podem sobre as mais diferentes áreas do mundo, porque existem muitas coisas que demandam muito conhecimento. Tentamos nos concentrar em tornar nosso trabalho acessível para qualquer indivíduo que queira aprender. As pessoas podem aprender sobre tecnologia, história, política, sobre o que quer seja para se tornarem mais qualificadas em suas vidas.

Um panorama sobre a nova divisão cognitiva do trabalho

Entrevista com Carlo Vercellone

O economista italiano, residente na França, Carlo Vercellone, concedeu, por e-mail, a entrevista exclusiva, que segue, à revista *IHU On-Line*. Nela, ele afirma que “na nova divisão cognitiva do trabalho, o fator determinante da competitividade de um território depende do “estoque” de trabalho intelectual mobilizável de maneira cooperativa”. Mestre de conferências na Universidade de Paris I Panthéon-Sorbonne, Vercellone é membro da Unidade de Pesquisas Matisse-Isys (<http://matisse.univ-paris1.fr>). Especialista da história econômica da Itália, é o organizador da obra coletiva **Sommes-nous sortis du capitalisme industriel?** (Estamos saindo do capitalismo industrial?) Paris: La Dispute, 2003. Vercellone é membro do Comitê de Redação da Revista **Multitudes** e também autor de **Accumulation primitive du capital (1861-1980), industrialisation et rapport salarial: une application au cas italien**. Paris: L'Harmattan, 1999.

***IHU On-Line* - Quais são os principais sinais, nas sociedades contemporâneas, de que se começa a sair do capitalismo industrial, e quais**

são os sinais de que ainda estamos nele?

Carlo Vercellone – Muitas mutações assinalam a transição do capitalismo industrial para o capitalismo cognitivo,

mas, a mais importante é, sem dúvida, a que diz respeito à relação capital/trabalho, pois ela determina, em grande parte, as transformações paralelas ocorridas nas relações de propriedade, o ritmo e as modalidades de inovação, e a divisão internacional do trabalho. Proponho começar por este aspecto crucial. No capitalismo industrial, o desenvolvimento da divisão do trabalho foi caracterizado por um processo de polarização do saber e de parcelização – desqualificação do trabalho de execução. A cisão do trabalho intelectual e do trabalho manual andou unida com uma forte tendência à expropriação dos saberes laborais, a incorporação do saber no capital fixo e a organização das empresas, segundo uma dinâmica histórica que desembocará, sob muitos aspectos, no modelo fordista. A dimensão cognitiva do trabalho (concebida como unidade do pensamento e da ação), que constitui, no sentido de Marx, a própria essência do trabalho humano, foi, assim, estropiada e transformada em seu contrário, em atividade repetitiva. O trabalho, separado da subjetividade do trabalhador, tornou-se abstrato, não somente na sua forma, mas também no seu conteúdo, esvaziado de todo interesse e de toda qualidade intelectual expansiva.

O retorno da dimensão cognitiva e intelectual do trabalho

A meu ver, a maior transformação que, após a crise do fordismo, marca uma saída do capitalismo industrial, encontra-se precisamente no forte retorno da dimensão cognitiva e intelectual do trabalho. É preciso notar, também, que esta reconquista da dimensão cognitiva do trabalho se manifesta em todo tipo de atividade produtiva, pouco importando que ela seja material ou imaterial. É também por essa razão que a noção de trabalho imaterial, muitas vezes utilizada para caracterizar a mutação atual do trabalho, é insuficiente e, na minha ótica, imprecisa. A ascensão do trabalho cognitivo está longe de ser o apanágio de

uma elite de trabalhadores da R&D³ ou da pesquisa científica. Ela diz respeito a todas as atividades produtivas e a toda a sociedade, como mostra a difusão das tarefas de produção de conhecimentos e de tratamento da informação em todos os setores econômicos, inclusive os de fraca intensidade tecnológica.

O controle do capital

Certamente existem tendências contrárias: a história não é um processo linear, mas procede por solavancos e hibridações. Assim, a tendência para uma nova organização cognitiva do trabalho não marca, *ipso facto*, o fim do taylorismo, aí incluído o domínio do trabalho intelectual. O capital se esforçará sempre em limitar, na medida do possível, o controle real exercido pelos trabalhadores sobre seu trabalho. No novo capitalismo (cognitivo), diferentes modelos produtivos e de organização do trabalho continuarão a coexistir e a imbricar-se. Não obstante, no capitalismo contemporâneo, a principal fonte da criação de valor e da competitividade das empresas não repousa mais no trabalho e no capital material, mas sobre o saber e as atividades intangíveis. Essa evolução corresponde à afirmação de uma nova preponderância qualitativa dos conhecimentos vivos, incorporados e mobilizados pelos trabalhadores, em relação aos saberes formalizados, incorporados no capital fixo e na organização das empresas.

Pontos essenciais

É preciso ainda sublinhar, a esse respeito, dois outros pontos essenciais:

1. O elemento determinante dessa transformação está longe de poder ser explicado por um determinismo tecnológico que faria das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) o principal fator de passagem a uma nova organização da divisão do trabalho e das relações sociais. A este propósito, também é preciso lembrar que as TIC só podem

³ R&D: Acrônimo de Research and Development (Pesquisa e Desenvolvimento). (Nota da *IHU On-Line*)

funcionar corretamente na base de um saber vivo capaz de mobilizá-las, pois é o **conhecimento** que governa o tratamento da informação, que, caso contrário, permaneceria estéril. O seu ponto de partida encontra-se num processo de difusão do saber gerado pelo desenvolvimento da escolarização de massa e a alta do nível médio de formação. Temos, então, o que se pode chamar de constituição de uma intelectualidade difusa. É esta nova qualidade da força de trabalho que impulsionou a ascensão do trabalho imaterial e intelectual e a passagem da muda cooperação do fordismo à cooperação **comunicante**, própria de uma divisão cognitiva do trabalho.

Uma economia fundada no conhecimento

2. As condições sociais e os verdadeiros setores impulsionadores de uma economia fundada no conhecimento não se encontram nos laboratórios privados de R&D, mas nas instituições e produções coletivas do *Welfare State* (saúde, educação, pesquisa pública e universitária etc.). Desses dois setores, tanto nos países do centro como nos da periferia, dependem, de fato, duas funções essenciais de uma política de desenvolvimento durável: a) a de assegurar a competitividade de longo prazo sobre produtos não-submetidos à concorrência pelos preços e a uma especialização rígida; b) a de autorizar a satisfação das necessidades internas e a reprodução das condições sociais de uma sociedade e uma economia intensiva em conhecimentos ligados à formação de uma intelectualidade difusa. O desenvolvimento econômico e o progresso social, longe de serem antieconômicos, repousam sobre uma política de redução progressiva das desigualdades no acesso ao saber e na repartição do lucro. Trata-se, a meu ver, de um ensinamento maior para repensar as políticas do desenvolvimento na era do capitalismo cognitivo e chegar a um modelo que permitisse conciliar as exigências de um outro desenvolvimento

nos países do Norte e de uma nova política de saída do subdesenvolvimento no Sul.

IHU On-Line – Quais são as diferenças e as conseqüências do funcionamento do “capitalismo cognitivo” e do capitalismo comum para o desenvolvimento e o desemprego da população mundial?

Carlo Vercellone – Na nova divisão cognitiva do trabalho, o fator determinante da competitividade de um território depende do “estoque” de trabalho intelectual mobilizável de maneira cooperativa. Esta evolução tem um impacto crucial sobre as especializações internacionais e a localização das atividades. Atualmente, os espaços com dificuldades são os de tipo neotaylorista, em razão da sua vulnerabilidade, volatilizada ao extremo, do capital. Inversamente, as atividades intensivas em conhecimento estão muito mais ancoradas territorialmente. De fato, nesse caso, é o capital que depende de uma reserva de trabalho intelectual e imaterial, quando pré-existe à atividade das empresas e se concentra notadamente nas metrópoles. Utilizando o jargão dos economistas, pode-se dizer que, atualmente, a lógica de exploração de *vantagens comparativas* recua em proveito da detenção, por um território, de elementos de monopólios ou *de vantagens absolutas* fundadas sobre o saber.

A situação dos países em desenvolvimento

É por isso que o impulso do capitalismo cognitivo está ligado a uma forte tendência de polarização da geografia do desenvolvimento, que ameaça condenar os países em vias de desenvolvimento (PVD), menos providos de trabalho qualificado, a uma verdadeira “desconexão forçada”. Esta tendência é tanto mais forte, quanto o permite a revolução biotecnológica. Agora, as empresas do Norte se apropriam vantajosamente dos recursos genéticos e dos saberes tradicionais do Sul,

substituindo por “novas mercadorias” muitos produtos tradicionalmente importados dos PVD. No entanto, também aqui não estamos diante de um processo unívoco. Uma lógica de deslocalização, baseada na redução dos custos do trabalho, parece, agora, penetrar também nos setores mais intensivos do conhecimento, como mostra, por exemplo, o impulso da indústria da informática na Índia. De maneira mais geral, um certo número de países, dispendo de uma importante reserva de mão-de-obra intelectual, têm, pelo menos em teoria, a possibilidade de pôr em prática uma política de desenvolvimento susceptível de se inserir na nova divisão cognitiva do trabalho. É o caso da Índia, do Brasil, da China e de um certo número de países do antigo bloco soviético.

IHU On-Line – Quais são os novos dispositivos de dominação que o senhor assinalaria? Não se deveria repensar a maneira de remuneração de um trabalhador que tem sua personalidade e subjetividade organizadas e comandadas para o lucro?

Carlo Vercellone – Responderei a estas questões destacando, primeiro, certas contradições maiores da atual regulamentação do capitalismo cognitivo. Depois darei uma proposta que pode contribuir para a elaboração de uma alternativa.

1º) Na nova organização do trabalho, o controle pela obrigação de resultado tende a substituir os mecanismos fordistas tradicionais do controle pela prescrição dos meios e dos procedimentos. Neste movimento, a prescrição taylorista do trabalho é substituída pela “prescrição da subjetividade”, ou seja, pela injunção feita aos assalariados de se envolver no trabalho, pondo sua criatividade a serviço da empresa, como se se tratasse do espaço duma atividade livre e independente. A eficácia deste modo de gestão dos recursos humanos se choca,

portanto, com duas contradições maiores. Prescrever a subjetividade corresponde, de fato, a uma “injunção paradoxal” que consiste em exigir qualquer coisa e seu contrário ao mesmo tempo: resulta uma “clivagem do eu” que corre o risco de afetar a capacidade de aprendizagem dos assalariados e, por ricochete, a das empresas. Além disso, a prescrição da subjetividade é, em geral, operada por um sistema de incitações individuais, em prejuízo da coesão do coletivo do trabalho, do qual depende um processo de acumulação dos conhecimentos. Esta contradição é tanto mais pesada quanto a nova lógica da “competência” (substituindo a do cargo), preconizada pelas empresas. Concretiza-se, com frequência, numa negação dos saberes adquiridos pela qualificação, bem como numa individualização da relação salarial que nega e entrava a dimensão coletiva dos conhecimentos mobilizados pelo trabalho.

A reivindicação sobre a propriedade do produto do trabalho

2º) Nas atividades em que a dimensão cognitiva e imaterial do trabalho se torna dominante, nós assistimos a uma desestabilização de uma das condições primárias do contrato salarial: a saber, a renúncia, da parte dos trabalhadores, em troca do salário, a toda reivindicação sobre a propriedade do produto de seu trabalho. No trabalho cognitivo produtor de conhecimentos, o produto do trabalho continua, de fato, incorporado no cérebro do trabalhador e, em consequência, indissociável de sua pessoa. Este fato contribui, entre outros aspectos, para explicar a pressão exercida pelas empresas para obterem um reforço dos direitos de propriedade intelectual e enclausurarem os mecanismos sociais que permitem a circulação dos conhecimentos.

Um deslocamento do conceito de trabalho produtivo

Terminarei esta entrevista ressaltando como, no capitalismo cognitivo, o caráter

social dos mecanismos da produtividade e da inovação determina, a meu ver, um deslocamento do conceito de trabalho produtivo (como no de exploração, no sentido de Marx). Nesse quadro, as fronteiras tradicionais entre trabalho e tempo livre, entre produção e consumo, se esboroam. O tempo de trabalho imediato, consagrado diretamente a uma atividade de produção (durante o horário oficial de trabalho) constitui agora apenas uma fração do tempo efetivo de trabalho. O conceito de trabalho produtivo e sua remuneração deveriam, pois, estender-se ao conjunto dos tempos sociais e das atividades que participam na criação de valor e de riquezas. Nessa ótica, importa, a meu ver, refletir sobre a proposição de uma extensão do salário socializado, fundado sobre a constituição de um Retorno Social Garantido (RSG), independente do emprego assalariado e cumulativo com outras retribuições de atividades, bem como com as transferências saídas do atual sistema de seguros da proteção social. Do ponto de vista do próprio desenvolvimento de uma economia fundada sobre o conhecimento, este Retorno Social Garantido deveria ser considerado como sendo, ao mesmo

tempo, um investimento coletivo da sociedade no saber e uma remuneração primária para os indivíduos, isto é, um salário social saído diretamente da produção e, assim, não provindo da redistribuição e da assistência. A este respeito, o Retorno Garantido corresponderia à instituição de um novo direito, fundado ao mesmo tempo na cidadania e no trabalho (num sentido amplo que não se reduz ao conceito de emprego assalariado). Ele favoreceria a elevação do nível de formação da mão-de-obra e a criação de formas de cooperação não-mercantis, impelindo “para o alto” a escala das remunerações por atividade e o poder de negociação dos assalariados com o mercado de trabalho.

“O conceito vira grife, e o pensador vira proprietário de grife”

Por Eduardo Batalha Viveiros de Castro



Eduardo Batalha Viveiros de Castro, professor do Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, concedeu a entrevista que segue à revista *IHU On-Line* desta semana. Ele afirma que é radicalmente contra a idéia de propriedade intelectual. “Acho que a noção de direito é um objeto não-evidente do ponto de vista antropológico e que a expressão das relações sociais em termos de ‘direitos’ é uma invenção ocidental muito curiosa e muito perigosa”. Viveiros de Castro é graduado em Ciências Sociais pela PUC-Rio, mestre e doutor em Antropologia Social pela UFRJ, com a tese *Arawete: uma visão da cosmologia e da pessoa tupi-guarani*. Coursou pós-doutorado na Université

Paris X Paris-Nanterre (França). Escreveu inúmeras obras, entre elas *A inconstância da alma selvagem (e outros ensaios de antropologia)*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002, *Arawete: Os Deuses Canibais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/ANPOCS, 1986 e *Antropologia do Parentesco: Estudos Ameríndios*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995, estes dois últimos por ele organizados. Viveiros de Castro atua, igualmente, como consultor científico da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, a FAPESP. O professor é autor do projeto de um livro que já acumulava 600 páginas escritas por ele e se transformou num texto coletivo abrigado numa página da internet. Quem acessa o endereço amazone.wikicities.com/wiki/Projeto_AmaZone pode ler e, se quiser, modificar o texto livremente para, por sua vez, ter sua própria modificação também modificada, aceita ou rejeitada. O livro de autoria individual se chamaria *A Onça e a Diferença*.

IHU On-Line - Após escrever mais de 600 páginas, o senhor decidiu que a melhor maneira de dar continuidade ao seu pensamento seria colocá-lo à disposição de outras contribuições, que modificassem seu texto e construíssem uma obra coletiva, permitindo o acesso e a intervenção de quem quiser nos trechos levados à rede. Como surgiu essa idéia e o que a motivou?

Eduardo Viveiros de Castro - A idéia surgiu por uma certa insatisfação minha com a dinâmica da produção intelectual escrita. Primeiro, insatisfação com o tempo que leva entre a redação de um texto e sua publicação: na melhor (menor) das hipóteses, um ano. Àquela altura, já estamos pensando em outra coisa, e as reações dos leitores, que também demoram a chegar, terminam criando uma defasagem semelhante à que vigora em astronomia, em que a luz daquela estrela que vemos agora foi emitida há milhões de anos, por exemplo. Segundo, insatisfação com a falta de ferramentas para trabalhar a intertextualidade intrínseca do texto acadêmico; o recurso básico que usamos para suscitar/conjurar a presença da palavra alheia no interior de um discurso são as aspas das citações. Invenção genial (e radical), diga-se de passagem; mas é preciso ir adiante e inventar outros recursos, criando articulações mais flexíveis. Talvez seja necessário explorar, muito mais intensivamente do que já vem sendo feito, o discurso indireto livre (no

sentido conceitual mais que meramente estilístico), por exemplo. Terceiro, insatisfação com a associação excessiva, em todos os sentidos da palavra, entre um nome de autor e textos, situação que tende a favorecer um manejo identitário dos conceitos, virados emblemas de personalidades antes que multiplicidades ativas. O conceito vira grife, e o pensador vira proprietário de grife.

IHU On-Line - O senhor afirma que esse modelo de colaboração reflete melhor a criação acadêmica. Pode explicar melhor como a produção intelectual pode estar associada a esse tipo de trabalho imaterial coletivo?

Eduardo Viveiros de Castro - A produção intelectual, em particular a acadêmica, é, por definição, coletiva. Cada pessoa pensa sozinha, sem dúvida — ou pelo menos deveria — mas sozinha em rede, como um nó só de uma singularidade enlaçada em uma rede cuja malha se espalha em diversas direções e se dobra em múltiplas dimensões (de tempo, de espaço). O modelo de colaboração que estamos experimentando procura desempacotar, explicar ou desdobrar a rede, de modo a tornar mais visíveis e manejáveis os laços entre os textos, os conceitos, os movimentos. A idéia é produzir uma intertextualidade mais sintagmática, ou horizontal, no lugar da intertextualidade usual, antes paradigmática e vertical, do texto autorado e publicado, em que o nome do

autor vem no começo, a bibliografia no fim, e as aspas encerram os outros, não o eu. "Autor" é o que escreve sem aspas, presença pura a si; "bibliografia" é o que está presente entre aspas, mediatizado. O que estamos buscando é uma espécie de hipertexto (não apenas no sentido usual do termo), no qual essa organização seja colocada para derivar e variar. Um princípio construtivo desse hipertexto é o princípio hermenêutico clássico de que todos os escritores que tratam do mesmo objeto são o mesmo escritor.

IHU On-Line - Qual o perfil das pessoas que interferem no "texto-piloto" e que tipo de colaboração é mais comum? Como tem sido o aproveitamento das interferências?

Eduardo Viveiros de Castro – Por ora, a maioria esmagadora das pessoas que interfere são aquelas que conhecemos pessoalmente. Gente que já estava no bonde antes de ele começar a andar e que compartilha o interesse pelos temas, o conhecimento do contexto, o horizonte de referências. Entretanto, de vez em quando, passa um cometa. E de qualquer modo o interessante é ver a interdigitação de várias vozes em um mesmo plano eletrônico-palimpséstico. Por mais que as vozes já se tenham ouvido umas às outras, o novo ambiente de produção sugere inflexões inéditas, e encontros inesperados. Quanto ao aproveitamento, por ora quase tudo é incorporado. Ainda está muito cedo para saber o que ficará e o que será descartado. De qualquer modo, é importante *se notar* que nosso *wiki* não é um projeto popular, que interessa a um número enorme de pessoas. Tampouco é apresentado de maneira a atrair colaborações aleatórias dos transeuntes. Primeiro, está escrito principalmente em português; segundo, é bastante técnico; terceiro, não é um lugar onde se trocam opiniões ou se "debatem" pontos de vista sobre questões candentes da *doxa* contemporânea.

IHU On-Line - De que forma o senhor vê que o resultado final do livro vai refletir o seu próprio regime de produção?

Eduardo Viveiros de Castro – Não sei ainda se isso que está no *wiki* vai se transformar em um livro no sentido usual do termo. Se o for, de qualquer forma, será um livro "assinado" por um actante chamado AmaZone. Ele precisará envolver novas soluções gráficas. De qualquer modo, queremos ver se criamos algo realmente inovador, um outro gênero antropológico, nem monografia, nem tratado, nem enciclopédia, algo onde a conceitualidade indígena possa repensar realmente a conceitualidade antropológica.

IHU On-Line - Como é o relacionamento virtual dos co-autores?

Eduardo Viveiros de Castro – Como eu disse, os co-autores se conhecem pessoalmente, em sua imensa maioria, não tão imensa assim, pois até agora somos poucos, uma vintena no máximo. Há grande respeito mútuo; talvez até demais (por ora), no que concerne ao modo como se interfere nos textos já publicados (no *wiki*). Em geral, as pessoas pensam parágrafos aos parágrafos já escritos, hesitando muito em interferir na trama do que já foi tecido, mas creio que é preciso avançar por ali, até um certo ponto, pois o objetivo não é nunca o de chegarmos a um texto consensual, uma redação média que agrade a todos ou que desagrade o mínimo a todos. É fundamental preservar marcas de heterogeneidade, que não precisam ser, aliás, simplesmente as assinaturas dos diferentes redatores. Há outras formas de heterogeneizar.

IHU On-Line - O senhor é o administrador? Qual o seu papel? Qual o respeito com o texto original que há? E como é feita a edição das interferências?

Eduardo Viveiros de Castro – Sou o "fundador" do *wiki*, isto é, seu administrador e moderador. Só eu posso suprimir uma página, por exemplo, isto é, fazê-la desaparecer da memória do *wiki*, se julgar que ela é inadequada aos seus propósitos, ou ofensiva, agressiva etc. Só

eu posso carregar imagens, documentos etc. Tudo isso é provisório. Minha idéia é ampliar o consórcio de administradores para uns três ou quatro. Contudo, agora, como é próprio de um *wiki*, todo mundo pode editar todos os textos, modificá-los, cortar pedaços, pendurar páginas novas... As grandes mexidas editoriais, de caráter organizacional, ainda sou eu quem está fazendo, praticamente, sozinho.

IHU On-Line - Segundo Hardt e Negri, o "trabalho imaterial" dos trabalhadores do conhecimento difere do trabalho na era industrial, porque não produz objetos, mas relações sociais. É inerentemente comunitário, o que implica que ninguém pode legitimamente se apropriar dele para objetivos particulares. O senhor afirma que, em seu trabalho, em algum momento indefinível, a obra terá um autor múltiplo. Como fica aí a questão dos direitos autorais?

Eduardo Viveiros de Castro - Não pensei muito nos aspectos jurídicos do *wiki*. Estamos subscrevendo automaticamente, ao sermos abrigados no *site wikicity*, o regime do *Creative Commons*, iniciativa pela qual tenho, em princípio, a maior simpatia. Sublinho, porém, que sou, mais que em princípio, por princípio, radicalmente contra a idéia de propriedade intelectual. Acho que a noção de direito é um objeto não-evidente do ponto de vista antropológico e que a expressão das relações sociais em termos de "direitos" é uma invenção

ocidental muito curiosa e muito perigosa, uma vez que o único direito originário é o direito de propriedade — "direito de propriedade" me parece um pleonasma. A obra *wiki*, cujo título é homônimo de seu autor (AmaZone é o autor de "AmaZone"), é, como vocês dizem, a obra feita por *um* autor *múltiplo*, e *não* por "múltiplos autores". O autor é uma multiplicidade relacional. Não estamos interessados em direitos, mas em relações.

IHU On-Line - E qual sua opinião sobre a confiabilidade das informações em ambientes virtuais, em que não se sabe ao certo quem elaborou o conteúdo, já que essa é a principal crítica de quem não apóia esse sistema?

Eduardo Viveiros de Castro - Não confie em nada. Nem no que está na Wikipédia, nem alhures. Não confie - confira.

IHU On-Line - Quais as características fundamentais que o trabalhador desse novo sistema deve ter?

Eduardo Viveiros de Castro - Gostar mais da antropologia do que de "ser antropólogo", para usar o exemplo de minha própria profissão: estar mais interessado no mundo do que em si mesmo, ou dito de outra forma, estar mais preocupado com o que faz do que com a própria carreira. Achar que o texto faz o autor e não, vice-versa.

A lógica diferenciada de se relacionar com o conhecimento

Entrevista com Carla Schwingel

Para a jornalista Carla Schwingel, “o fato de deixar disponível o código-fonte para qualquer pessoa alterar, trocar, é um dos fatores instigantes da cultura que emerge das práticas sociais do ciberespaço”. A afirmação foi dada em entrevista por e-mail à *IHU On-Line*, na qual ela fala sobre a construção coletiva do conhecimento na Internet. Carla é professora na Universidade Federal da Bahia (UFBA). É graduada em Comunicação Social – Jornalismo pela UFRGS, e mestre e doutora em Comunicação e Cultura Contemporânea pela UFBA, com a tese Sistemas de publicação no jornalismo digital. Na opinião da professora, “quando a pessoa tem idéias e as compartilha, outras idéias são agregadas e novas surgem. É sair da lógica da escassez para a da abundância. Esta é a lógica do excesso que o ciberespaço nos proporciona”. Confira, a seguir, a entrevista na íntegra.

***IHU On-Line* – Qual sua opinião sobre as obras construídas coletivamente, como a Wikipédia, por exemplo? Como se entendem, nesse tipo de obras, os direitos autorais e o *copyright*?**

Carla Schwingel – As obras de autoria coletiva representam uma forma diferenciada de relação com o conhecimento. Nelas, a informação é de todos, ou seja, qualquer informação inclusa naquelas páginas (sítio, publicação) é responsabilidade daquela comunidade associada. Nenhum integrante daquele grupo pode se eximir de qualquer responsabilidade sobre o conteúdo. Também são uma forma de publicação de informações, pois por meio das tecnologias de postagem, o *wiki*, qualquer pessoa pode publicar, retirar, alterar o conteúdo. Essas tecnologias distribuídas permitem o que alguns pesquisadores denominam de liberação do pólo de emissão. A Wikipédia é uma grande enciclopédia onde as pessoas podem encontrar informações incluídas por outras pessoas, mas também, ao se considerarem especialistas naquela área, podem alterar algum dado incorreto. É resultado de uma comunidade internacional de desenvolvedores de softwares, que busca lidar com o conhecimento de forma diferenciada, de

acordo com os preceitos do software livre. Os direitos autorais são coletivos, ou seja, pertencem àquela comunidade. Agora, como elas representam outra lógica, não se pode mais falar de *copyright*, a lógica vigente é a do *copyleft*, do deixar copiar, e a regulamentação é a do *Creative Commons*⁴, com licenças que salvaguardam alguns direitos, não todos. As pessoas quando entram no projeto sabem quais são os preceitos e aceitam tais condições.

***IHU On-Line* – E como a senhora avalia a questão da confiabilidade das informações em ambientes virtuais em que não se sabe ao certo quem elaborou o conteúdo?**

Carla Schwingel – Gosto muito da visão dos propositores desses projetos e dessas tecnologias, como Ward Cunningham,

⁴ O projeto *Creative Commons* se propõe a ser uma alternativa ao *all rights reserved* (todos os direitos reservados), com base na idéia de que, com a Internet, o direito precisa ser mudado. As licenças de bens intelectuais, como software, músicas, livros, filmes, teriam diversos níveis de acesso, desde a livre distribuição à permissão apenas para *download*, vedação de circulação e uso comercial, segundo escolha dos autores. O Brasil é o terceiro país a abraçar o projeto, depois da Finlândia e do Japão. A expectativa é de que, até o final deste ano, mais de 50 países tenham aderido ao *Creative Commons*. (Nota da *IHU On-Line*)

inventor do *wiki*, de que são ferramentas colaborativas nas quais todos podem acrescentar, alterar o conteúdo. Por isso, a responsabilidade editorial, se assim quisermos falar, é da comunidade. Se é uma comunidade, são várias as pessoas responsáveis, podendo todas atuar como editores. Assim, quando uma informação está imprecisa, cabe à pessoa que percebeu a imprecisão fazer a correção. É a idéia de que o conhecimento de muitos é maior do que o de um, ou seja, da inteligência da coletividade. Participo de algumas comunidades que utilizam a tecnologia *wiki* para produção de conteúdos, e a questão da confiabilidade é, muitas vezes, bem maior do que a de uma publicação editorial tradicional, como esta que vocês estão produzindo aqui, que é feita pelo repórter e passa pelo editor ou pelos editores. Em um projeto *wiki*, todos os demais, não somente o editor, comentam, acrescentam, criticam a informação postada. Se a publicação é anônima, a crítica é para a comunidade em si, se não é anônima, como na maioria dos *wikis*, que a pessoa precisa se cadastrar e os administradores do projeto sabem quem postou aquela informação, a resposta é direcionada e, muitas vezes, se quem postou teve uma atitude considerada destoante da comunidade, pode ser banido do projeto. O que algumas pessoas esquecem é que a lógica do ciberespaço, da construção coletiva é a mesma das relações pessoais, ou seja, um grupo, uma comunidade possui regras, e, se alguém não se enquadra, é banido. Algumas pessoas passam a utilizar a Internet sem conhecer a “etiqueta” da rede. Isso significa, por exemplo, não usar letras maiúsculas nas mensagens, porque significa que estamos gritando. Nos projetos de desenvolvimento colaborativo, a sensibilidade para essas “normas”, “regras” da Internet é muito apurada, pois são comunidades formadas por técnicos, desenvolvedores, *hackers*, pessoas que utilizam há muito tempo a rede, que não possuem paciência para ações que não venham agregar em prol do objetivo do projeto, por isso que são projetos

específicos. A confiabilidade passa também a ser responsabilidade do leitor. E isso é muito interessante, pois modifica totalmente uma relação, um contrato de leitura estabelecido.

***IHU On-Line* - Qual a sua opinião sobre o software livre o fato de os seus idealizadores considerarem o código-fonte como um bem cultural da humanidade? Que tipo de reflexos esse pensamento pode acarretar na sociedade? Ou ele já é um reflexo da sociedade contemporânea?**

Carla Schwingel - Os desenvolvedores de software livre consideram o código-fonte um bem cultural da humanidade porque ele é um ferramental a ser aplicado a distintas situações. Essa é a lógica diferenciada de relacionar-se com o conhecimento. Richard Stallman⁵, ao defender o software livre, ressalta que a comunidade de desenvolvedores da Internet trocava códigos-fontes como se trocam receitas culinárias. Em outras palavras, a efervescência e diversidade da cozinha nos restaurantes internacionais, por exemplo, somente existe em função da troca, da alteração, da mistura. Eles falam sobre o patenteamento das fórmulas matemáticas. Se outras ciências não pudessem usar a matemática, como seria nossa ciência e evolução? Bens imateriais são difíceis de serem avaliados. O código-fonte é um bem simbólico intangível, então como poderia ser avaliado? O fato de deixar disponível o código-fonte para qualquer pessoa alterar, trocar, acredito, é um dos fatores instigantes da cultura que emerge das

⁵ **Richard Stallman** é conhecido no mundo inteiro pela sua defesa e desenvolvimento do software livre. Ele é o fundador do projeto GNU lançado em 1984, para desenvolver o sistema operacional do software livre. Estudou Física em Harvard e trabalhou no Instituto Tecnológico de Massachusetts (MIT) antes de se converter no grande libertário da informática. Em 1984, fundou a Free Software Foundation (www.fsf.org). Publicamos uma entrevista com Richard Stallman no *IHU On-Line*, 69ª edição, de 4 de agosto de 2003, em que discutimos a questão do software livre. Ele concedeu uma entrevista exclusiva à revista *IHU On-Line* na edição número 136, de 11 de abril de 2005. Sua página pessoal na Internet é <http://www.stallman.org/>

práticas sociais do ciberespaço. Essas práticas não são desvinculadas das questões sociais mais amplas, mas não concordo com a visão de alguns sociólogos de que essas comunidades estão juntas pelo simples prazer do estar junto, sem um objetivo comum. No ciberespaço, grupos como o dos desenvolvedores de software livre têm objetivos bem definidos, os projetos de desenvolvimento colaborativo também têm objetivos. O acesso à informação, ao conhecimento, é um dos preceitos muito interessantes dessa cultura. E está sendo muito bem apropriado pela sociedade de forma mais ampla com a adoção das licenças do *Creative Commons* para a produção intelectual. Do meu ponto de vista, porém, o fator diferenciador e extremamente instigante dessa cultura, que denomino de cultura livre, é o desenvolvimento colaborativo, ou seja, a forma diferenciada de se lidar com processos criativos, de construção do conhecimento. E obviamente que para isso o acesso à informação (ao código-fonte, no caso de desenvolvimento) é fundamental. Todavia, o desenvolvimento colaborativo somente é revolucionário se estiver associado aos preceitos da economia solidária, que busca formas diferenciadas de produção.

***IHU On-Line* - Qual sua opinião sobre a máxima de Linus Torvalds: "libere cedo e frequentemente, delegue tudo o que você possa"?**

Carla Schwingel - Esse é um dos preceitos do desenvolvimento colaborativo, é a inversão da produção cheia de segredos, de silêncio da catedral para a efervescente, ruidosa forma do bazar, da feira. Acho interessantíssima a idéia de não haver a necessidade de se esperar que algo fique "pronto" para ser divulgado. É a lógica do digital, da atualização constante. Não há mais a necessidade de um horário de fechamento, nos produtos do jornalismo digital, por exemplo, onde há vários "fechamentos" durante o dia. Sempre considere que quem faz segredo de suas idéias é porque tem medo de que outro

as roube, ou seja, de ficar sem nenhuma. Quando a pessoa tem idéias e as compartilha, outras idéias são agregadas e novas surgem. É sair da lógica da escassez para a da abundância. Esta é a lógica do excesso que o ciberespaço nos proporciona. O liberar cedo é o partilhar idéias; quanto mais se partilha, mais se tem. Quando há uma nova alteração, uma nova agregação de conhecimento, partilhe novamente e delegue a outros a construção daquelas partes em que são especialistas. Se outra pessoa possui conhecimento maior do que você em determinado assunto, delegue a ele. Essa é a lógica do desenvolvimento colaborativo, por isso que a confiabilidade também é responsabilidade do leitor, do usuário, do agente. Há uma idéia muito interessante sobre como, em poucos anos, o leitor passa a ser também escritor. É a noção do *screener* que não mais compreenderia uma função de leitor e outra de escritor. Elas seriam indissociáveis, e as tecnologias colaborativas mostram muito disso.

***IHU On-Line* - Um projeto coletivo não precisa de um líder que coordene as informações?**

Carla Schwingel - O líder de um projeto é quem coordena, direciona, motiva as ações dos demais envolvidos. Ele é uma das condições para o desenvolvimento de projetos colaborativos, de acordo com Eric Raymonds, quem sistematiza o modo de criar da comunidade de código aberto. O que eu coloco em questão é esta necessidade de um líder. Será que esta liderança é tão necessária? Será que não se pode chegar a formas diferenciadas de liderança?

***IHU On-Line* - Como o jornalismo pode ser pensado nessa estrutura? Como o senhor vê a experiência dos blogs jornalísticos em relação à confiabilidade da informação? Esse novo sistema pode representar, para o jornalista, a perda do controle do processo de produção de informações no ciberespaço?**

Carla Schwingel – O jornalismo está sendo pensado nesta estrutura. O jornalismo *open source* é um exemplo. O Centro de Mídia Independente, o *OhMyNews*, o *SlachDot* são exemplos de publicação distribuída, de usuários produzindo notícia. Com as tecnologias de publicação de conteúdos na Internet, o jornalismo digital pode efetivamente ter um sistema diferenciado e próprio de produção. A questão da confiabilidade da informação no jornalismo é uma, a confiabilidade da informação no jornalismo digital já é outra, e a confiabilidade da informação nos *blogs* jornalísticos é outra. Hoje, ela é muito atrelada à representatividade do profissional, à sua história profissional, que geralmente é feita em outra mídia. Quando, porém, se fala em confiabilidade da informação, gosto muito da resposta que os coletivos do CMI elaboraram, ou seja, qual é a confiabilidade da informação passada por um jornalista que possui determinadas crenças, educação, cultura; que escreve para um veículo com determinados interesses comerciais, pertencente a pessoas (grupos) com outros negócios e que, muitas vezes, nem possui um posicionamento editorial claro? No caso dos projetos colaborativos, que é meu foco principal de interesse, a

confiabilidade se dá pela comunidade, pela livre-postagem, pelos mecanismos interativos.

***IHU On-Line* – Qual a diferença entre um hipertexto cooperativo e um hipertexto-colagem?**

Carla Schwingel – Estes são conceitos do professor Alex Primo, da UFRGS. No hipertexto cooperativo, a produção do conteúdo é de todos, conforme descrevo nos exemplos dados da tecnologia *wiki*, em que todos são os autores de todos os textos de determinado produto/projeto. Já no hipertexto-colagem, cada autor faz um texto, produz uma informação e eles passam a compor um produto.

***IHU On-Line* – Que relações podem ser estabelecidas entre o trabalho colaborativo e a economia solidária?**

Carla Schwingel – A relação a ser feita aqui se dá no sentido de que o trabalho colaborativo estabelece uma lógica diferenciada de produção, em que a troca, a construção coletiva é evidenciada. A economia solidária também propõe uma lógica distinta de produção. Na base desta relação, está a teoria sistêmica e a compreensão da economia como parte do ambiente em que vivemos: um ambiente vivo, interdependente, cooperativo.

destaques da semana

entrevista da semana pg. 29

livro da semana pg. 35

Teologia Pública pg. 40

Entrevista da semana

“O pós-moderno é uma reivindicação de multiplicidade de visão de mundo”

Entrevista com Gianni Vattimo



Balizando-se em Nietzsche, o filósofo italiano Gianni Vattimo disse que a morte de Deus significa a morte do Deus único, como valor supremo. Assim, há que se abrir espaço para a multiplicidade. “Assim como as diferentes culturas são as diferentes maneiras de tratar o real. É bom que tenhamos muitos meios terapêuticos para que possamos nos defender das ameaças da natureza”. Sobre as questões relacionadas à ética, Vattimo disse que “ou nos tornamos cristãos, ou não sobrevivemos”, pensando

numa ética cristã que prega “sobretudo, a caridade, o respeito ao outro em sua liberdade”. As afirmações foram feitas na entrevista concedida pessoalmente à *IHU On-Line* por ocasião de sua estada em Porto Alegre, na véspera da palestra que proferiu no evento *Metamorfoses da cultura contemporânea*, em 18 de outubro. Vattimo recebeu a reportagem de *IHU On-Line* no Hotel Intercity, momentos após Michel Maffesoli ser ouvido pela revista.

Gianni Vattimo nasceu em Turim, em cuja universidade se formou em Filosofia e ministra aulas até hoje, após uma especialização na Universidade de Heidelberg (Alemanha), e, algumas passagens por universidades americanas, como professor visitante. Foi deputado no Parlamento Europeu, integrando várias comissões, como as de cultura, educação e justiça, entre outras. Estudioso do pensamento de Nietzsche, Heidegger e Gadamer, Vattimo é conhecido como o mentor do “pensamento fraco” (*pensiero debole*), que ele mesmo define como “uma filosofia fundada sobre a idéia do enfraquecimento das estruturas do ser como sentido da emancipação da história humana; emancipação que vai exatamente na direção de um enfraquecimento das estruturas objetivas, ou seja, daquilo que a metafísica chamava o ser”. O filósofo propõe uma maior liberdade de reflexão sobre a realidade e o ser opondo-se às certezas da metafísica clássica a respeito do fundamento único da realidade - para construir, assim, uma filosofia que dá margem a interpretações mais largas (os três grandes mestres da hermenêutica da modernidade, Nietzsche, Freud e Heidegger, estão presentes na idéia de “pensamento fraco”).

Gianni Vattimo concedeu duas entrevistas exclusivas ao *IHU On-Line*, uma na 88ª edição, de 15 de dezembro de 2003, e outra na 128ª edição, de 20 de dezembro de 2004. Dele também publicamos uma entrevista na 121ª edição, de 1º de novembro de

2004, um artigo no *IHU On-Line* número 53, de 31 de março de 2003 e outro no número 80, de 20 de outubro de 2003. A editoria *Livro da Semana*, do número 149 da *IHU On-Line* de 1º de agosto de 2005, abordou a obra *The future of religion*, escrita por Gianni Vattimo, Richard Rorty e Santiago Zabala. Da produção de Vattimo, destacamos *Más allá de la interpretación*. Barcelona: Paidós, 1995; *O fim da modernidade: nihilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna*. São Paulo: Martins Fontes, 1996; *Introdução a Heidegger*. Lisboa: Instituto Piaget, 1998 e *Diálogo con Nietzsche: Ensayos 1*.

***IHU On-Line* - Quais são as principais metamorfoses pelas quais passa a cultura contemporânea?**

Gianni Vattimo - Basicamente, penso que há o pós-moderno, que não está encerrado. Estamos na pós-modernidade, na medida em que não há mais uma crença na linearidade da história do progresso, ou seja, a pós-modernidade começou quando o povo das ex-colônias começou a se revoltar com a idéia de ser somente fases anteriores do desenvolvimento representado pela civilização européia. E isso se tornou importante, pois, mesmo que a globalização pretenda unir, haverá, no futuro, uma multiplicação de cultura e não somente a unificação. Os movimentos antiglobalização não são contra a comunicação mundial, mas contra a economia total das relações internacionais. É preciso aceitar alguns aspectos da comunicação e recusar outros. Existe a tendência, mesmo na União Européia, de reduzir tudo o que se exporta e se importa sob o ponto de vista do mercado. Então, por exemplo, os serviços essenciais, como a saúde e a educação, não podem ser submetidos a isso. É necessário que a globalização seja espontânea. Devido aos movimentos políticos, há uma corrente em direção ao reconhecimento da diversidade, da multiplicidade etc. Esta é a tendência mais positiva da globalização.

***IHU On-Line* - Como a cultura e a política são afetadas pela pós-modernidade, pela globalização e pelo pragmatismo?**

Gianni Vattimo - O pragmatismo é um problema. O termo poderia se aplicar ao "mensalão" no Brasil. Por outro lado, o

pragmatismo filosófico é outra coisa. É a idéia de que não há realidade estabelecida para sempre, há ajustes de grupos ou de pessoas às situações. É um pouco como a revolução darwiniana. Na história, há posições, atitudes, culturas que sobrevivem melhor que outras. Então, não é um critério absoluto, não se pode falar de verdade absoluta. No pragmatismo, na pós-modernidade, digamos, a política e a cultura são chamadas a reconhecer e a mover-se na multiplicidade. Na política, não há somente a necessidade de que os partidos políticos se multipliquem, mas que se respeitem e, sobretudo, que respeitem os cidadãos, o que é outra coisa. É a multiplicidade, sobretudo, da sociedade em si. O pós-moderno é uma reivindicação de multiplicidade de culturas, de visão de mundo. Isso pode ser definido contra as tendências unificadoras que certas grandes potências de hoje, os Estados Unidos, por exemplo, querem cultivar. Há um inimigo, os islâmicos, e há nós. Mas quem somos nós? Em princípio, a política e a cultura pós-moderna são atitudes pluralistas, mesmo sendo disseminatórias. É justamente a isso que me proponho em minhas atividades. Não identidades locais, o que se torna seguidamente muito fechado, muito comunitarista, mas uma multiplicidade que produz, é o que eu dizia antes. Nietzsche, quando disse que Deus morreu, disse que queremos que vários deuses vivam após a morte de Deus único, ou seja, do valor supremo. Nós queremos multiplicar as culturas mesmo sob o ponto de vista da vida no planeta. Tais como as diferentes culturas, são as diferentes maneiras de tratar o real. É bom que tenhamos muitos meios

terapêuticos para que possamos nos defender das ameaças da natureza. É preciso manter a multiplicidade da cultura ao máximo.

IHU On-Line - Como se pode pensar a ética em uma sociedade que tem necessidade de dizer a Deus que, na verdade o homem não é, ele acontece?

Gianni Vattimo - Eu compreendo, no mínimo, a significação do problema de uma ética em uma condição desse tipo, pluralista. Acredito que (digo isso sempre de uma forma um pouco terrorista) ou nos tornamos cristãos, ou não sobrevivemos. Quer dizer que a ética cristã é a que prega, sobretudo, a caridade, o respeito ao outro em sua liberdade. Deve ser possível organizar toda a ética coletiva e individual sobre essas bases, mesmo nos casos como a eutanásia, o aborto, a manipulação de embriões etc. E nos questionamos: Como fazer para respeitar a liberdade do embrião, do doente terminal, do deficiente? Existe sempre a possibilidade de consultar as pessoas que são tutoras naturais dessas entidades sem expressão, como o embrião. A quem falaremos? Ao Papa? À mãe? Ao pai? É o respeito da liberdade e da decisão livre, argumentada. É a base de toda a ética possível. É como respeitar o princípio que vem da caridade. O que quer dizer “amar ao próximo”? É respeitar sua liberdade. Então, seguidamente os intérpretes oficiais, os da ética cristã, nos impedem, por exemplo, de praticar a eutanásia, mesmo que alguém queira morrer, porque a vida deve ser respeitada antes de tudo. Por quê? Se as células de câncer estão vivas? Mas eu não respeito isso. Não respeito os mosquitos, por exemplo. Então, não é a vida que deve ser respeitada, mas a vida como condição de liberdade. Quando a liberdade está em conflito com a vitalidade, com a sobrevivência, eu sou livre de escolher a liberdade, e não a sobrevivência a qualquer preço. E isso implica muitas coisas, em todas as políticas sobre a família, sobre a biociência. É uma questão

de consentimento livre e não de correspondência a uma realidade natural que, diga-se de passagem, ninguém reconhece além das autoridades que afirmam reconhecê-la, como o Papa, por exemplo. Acredito que há muito a ser feito, como reduzir toda a ética, como sempre digo, ao princípio da caridade e as regras de trânsito. A única coisa absoluta é a caridade, em relação a todos. Depois, há as regras de trânsito. Eu, por exemplo, não atravesso no sinal vermelho. Atravesso as ruas no sinal verde, porque não quero causar danos aos outros. Mesmo a idéia de que tudo pode se reduzir ao princípio da caridade e de que todo o resto são princípios em relação, evidentemente, convenções que se devem respeitar, por amor ao próximo, e não por respeito à naturalidade das coisas.

IHU On-Line - Em que sentido o pensamento de Nietzsche seria pertinente para se pensar a sociedade pós-moderna?

Gianni Vattimo - Nietzsche disse muitas coisas. E não é muito fácil unir suas idéias de mundo, que não são tão contraditórias como se acredita. Por exemplo, ele anunciou o niilismo, ou seja, a morte de Deus, que não tem nada a ver com o Deus dos cristãos, e sim, com a morte da pretensão de ter um princípio único para toda a realidade. Este princípio único era também o valor supremo. E se o valor supremo cair? O que nos restará fazer? Será a luta de todos contra todos? Talvez. Mas, sobretudo, isso deverá ser o princípio de interpretação livre do mundo que se confronta com outras interpretações. Digamos que Nietzsche escreveu também frases muito violentas. É por isso que os nazistas acreditavam poder reconhecê-lo como seu mestre. Entretanto ele também disse que a luta entre a vontade de poder não era a luta de vontade de afirmação de uma força física, pois a força bruta é um absoluto natural. É como dizer “eu sou o mais forte, eu luto”. Ele passou a uma luta de interpretação do mundo. E na situação de niilismo completo que ele descreve:

“se não nos tornamos um único homem, perecemos, estaremos perdidos”. Tornar-se um único homem, porém, quer dizer tornar-se intérprete, livre de verdade no mundo. Propor-se como um modelo de existência, construir-se como uma proposta de formas de vida diante dos outros. É principalmente a luta, a sede de poder e o fato de assumir a responsabilidade de sua própria existência. Felizmente ou infelizmente, estamos nessa condição.

IHU On-Line - Então, o senhor vislumbra no pensamento de Nietzsche uma esperança?

Gianni Vattimo - Como digo, estudei muito tempo Nietzsche e não teria coragem de dizer que sou nietzschiano a qualquer preço. Entre seus ensinamentos, escolhi os que me parecem adequados a um mundo multicultural e multipolar, onde, digamos, a recomendação ética é saber viver nesse mundo sem voltar a ser absolutista, pois o que fazem as pessoas? Não há mais religião. É preciso refugiar-se em religiões absolutistas. Então há cristãos, há os islâmicos... Nada disso. Acredito que, em Nietzsche, há também o princípio de uma consideração de um mundo plural, de um mundo democrático. O que Nietzsche não teria jamais dito, mas é verdade, é que se não nos tornarmos um único homem, não sobreviveremos e não nos organizaremos em uma comunidade de pensamento. Não sobreviveremos como indivíduos, mas nos tornaremos parte de uma máquina mundial. Acredito que muitos ensinamentos de Nietzsche são muito úteis hoje.

IHU On-Line - Como o conceito de pensamento fraco, de sua autoria, pode ajudar a compreender a sociedade atual?

Gianni Vattimo - Não sei se a compreendemos, pois, no fundo, nunca compreendemos nada se não há projeção de uma transformação. Como na famosa sentença de Marx: “até hoje os filósofos puderam interpretar o mundo, mas chegou a hora de mudá-lo”. Interpretar o

mundo significa também, mudá-lo. Não se interpreta nada sem um projeto de transformação. Não sei se o *pensamento fraco* me ajuda a interpretar o mundo, mas certamente me ajuda a tratar de transformá-lo em relação à menor violência, menor periculosidade, menor vontade de dominação dos outros, até mesmo contra a tentação de explorar a natureza. Nietzsche também escreveu o seguinte: “na luta que se desenvolve no niilismo completo, quem vai ganhar?” O mais forte? O mais violento? Não. O que possui maior ironia, mesmo em relação a si mesmo, o que já é algo. O *pensamento fraco* é a idéia de que a única emancipação possível da humanidade seja a redução da violência. E isso não é tão absurdo assim.

IHU On-Line - De que maneiras a globalização e suas conseqüências podem resultar em uma nova compreensão do sujeito contemporâneo?

Gianni Vattimo - Se a globalização não for ouvida como a afirmação do pensamento único, mas como a difusão de certos meios de comunicação, como a Internet, que nos colocam em comunicação com muitas pessoas. Se então conseguirmos resistir à tentação de poder, de unificar no sentido da homologação de todos, o sujeito em si deve tornar-se alguém múltiplo. Por exemplo, os filhos dos funcionários de organizações internacionais aprendem, no mínimo, duas línguas em casa, ou seja, eles já são diferentes. Vamos aprender inglês, pois a própria Internet nos conduz a isso, embora continuemos falando nossas línguas em nossos países. Isso é uma profunda transformação da subjetividade. Quer dizer que, mesmo para ser frágil, é preciso ser capaz de multiplicidade. Não posso acreditar em minha verdade absoluta se devo ser tolerante. Talvez a psicanálise seja uma disciplina que tenha nascido com o princípio de pós-modernidade. Muitos psicanalistas pensam, hoje, que, quando vou ao analista não é porque finalmente unifiquei toda a minha personalidade, e

sim, porque comecei a compreender que há muitos planos diferentes. Quando se diz: “Eu era um bêbado. Era terrível. Hoje faço análise, continuo bebendo, mas não tenho mais sentimento de culpa”. Trata-se de algo muito mais complexo, acredito que tudo isso é seja o nosso futuro. O fato de viajar à Antártida, de poder passar de um mundo cultural a outro, mesmo pensar em viagens interplanetárias, é algo que afeta profundamente nossa subjetividade. Não vejo isso sempre num sentido negativo. Isso nos permite viver muitas vidas. Uma outra frase de Nietzsche: “... não uma alma imortal, várias almas mortais”. Nada mal, não?

IHU On-Line - Sobre o cenário mundial, qual seria a missão do Parlamento Europeu?

Gianni Vattimo - Estive muito tempo no Parlamento Europeu. Hoje não sou mais membro. No Parlamento Europeu, há muitas fraquezas, mas a Europa unificada seria a primeira vez em que um grande assunto político e histórico se resolve sem violência. Todas as grandes unificações do mundo, mesmo as colônias americanas, que se tornaram os Estados Unidos, são fruto de uma revolta contra a Grã-Bretanha. A unificação da Itália no século XIX foi a obra de uma dinastia que dominou todo o país. Então, devido a isso, torna-se um processo muito lento e difícil. O Parlamento Europeu deveria hoje tratar de uma Constituição, não de uma limitação de Estados Unidos, o que constitui o problema pelo qual a Constituição não foi aprovada pelos franceses. Tivemos o *referendum*, e os franceses recusaram a Constituição Européia. O que gerou muitos problemas, pois não se sabe agora o que fazer com a França. O motivo para esquerda é que se trata de uma Constituição que protege sobretudo o livre mercado, sem ter idéias sociais, de assistência social, de participação pública e socialismo. Escrevi um pequeno livro que traz uma relação dessas políticas, nos últimos meses, (sob a ótica) de minha posição como deputado. Chama-se ***Le socialisme ou l'Europe***, não no sentido “ou o socialismo, ou a

Europa”. A Europa somente pode viver se tiver um horizonte socialista com uma participação popular, uma verdadeira democracia, uma economia suficientemente estatal. Os europeus deveriam engajar-se em um processo de construção que visa somente a tornar-se uma cópia dos Estados Unidos? Na Europa, há muito do que Bush e seus amigos chamaram de “velha Europa”, que é a Europa liberal, pouco socialista, de pouca assistência pública, e intervenção do estado na economia. Tudo o que os americanos não conhecem e, por essa razão, estão se arruinando. Paradoxalmente, se considerarmos que a história dos Estados Unidos contemporânea é a profecia de Marx que se realiza: o número de riscos reduz, em contrapartida o número de pobres aumenta e a desigualdade entre o mais rico e o mais pobre aumenta a cada dia. Ou encontramos uma alternativa, como o socialismo europeu, ou vamos em direção à uma catástrofe, também militar, pois da maneira como vão as coisas, os Estados Unidos não podem deixar de fazer guerra. É preciso fazer algo diferente.

IHU On-Line - O Brasil está vivendo um período de decepção política com a esquerda. O que o senhor pensa dessa noção de esquerda e direita? Ela é ultrapassada?

Gianni Vattimo - Em geral, quando se diz que a diferença entre esquerda e direita é ultrapassada, desconfio da direita. A esquerda sempre foi baseada nos ideais dos pobres, na igualdade, nos ideais da Revolução Francesa. Evidentemente, os homens de esquerda não são, às vezes, suficientemente de esquerda. E aí não sou otimista, pois o que vejo, mesmo na situação brasileira atual, não somente na crise de Lula, é uma crise da democracia. Revela-se que mesmo a esquerda, que era apoiada pelo povo, não pode deixar de se submeter ao mecanismo de democracia formal que exige dinheiro. Então, o que se pode fazer nesse mundo? Em princípio, suspeitar um pouco dos que querem a democracia formal a qualquer preço. Quem prega e impõe a democracia

com os votos em todo o mundo? Mesmo no Iraque? Os Estados Unidos. Com o quê? Com as bombas, ou seja, sou um sincero democrata, mas vejo o risco horrível de que a democracia funcione somente como órgão das classes ricas, que pagam os políticos para seus próprios interesses. Então, estou pessoalmente em uma situação bastante crítica. Torno-me cada vez mais comunista. Um dos meus slogans eleitorais das eleições européias era: “O comunismo real está morto. Viva o comunismo ideal”. O princípio pelo qual se podia ser comunista, na época de Stalin, era o de que existia o terror. Isso não existe mais. Recomeçamos a pensar qual é o sistema econômico e político que pode sobreviver. O sistema americano mostra que está em uma crise crescente. Eles dizem que não é verdade, mas é visível. O antiamericanismo não é ilusão. As pessoas sentem essa imposição. Além disso, Bush ganhou as eleições trapaceando como um louco. Na Itália, o processo é o mesmo. Temos um presidente que é um dos homens mais ricos do mundo, que possui grande parte da mídia. Ele ganhou as eleições com seus próprios meios. O que a esquerda vai fazer? Vai aceitar compromissos com os moderados, com o centro, com a ajuda das classes ricas. O que mais podemos esperar? É verdade que a esquerda não ganha na Itália, pois os pobres não são maioria no país. Aqui Lula ganhou porque os pobres eram a grande maioria. Eu admirava muito Lula e estou decepcionado com o fato de seu partido ter tido todos esses problemas. Mas atenção! É preciso ver o que vai acontecer após Lula no Brasil. As pessoas que apostaram em Lula, deveriam continuar acreditando. Caso contrário, haverá uma economia dominada por estrangeiros.

Uma economia de exploração. Confesso que sou atualmente “chavista”. Conheci a Venezuela de Chaves. É verdade que ele é um ditador. Pode ser. Mas o presidente da Itália, que é quase a mesma coisa, que comanda a mídia, não constrói hospitais, escolas, como faz Chaves na Venezuela. Se tiver que escolher entre esses dois democratas, prefiro Chaves.

IHU On-Line - O senhor acredita ser necessário ultrapassar o niilismo? Quais as conseqüências desse fenômeno na pós-modernidade?

Gianni Vattimo - O niilismo é um termo com péssima reputação. Nietzsche falava de duas formas de niilismo: uma negativa e uma construtiva, ativa. O niilismo ativo, é o que falava antes, “Deus morreu, mas não devemos continuar de luto”. Construimos novos deuses, sistemas de valor. O problema de nossa sociedade não é o de sermos niilistas, mas de não o sermos o bastante. Há muita necessidade de absoluto em nossa sociedade, como a lei do mercado, as afirmações da Igreja Católica, a história da família como base, a propriedade privada. Tudo isso é absoluto. Enquanto não destruímos esses absolutos, não seremos niilistas o bastante. Quando isso acontecer, teremos, provavelmente, um mundo mais livre, no qual a liberdade consiste em partilhar sistemas de valores sobre os quais se discute, não se assume como naturais. Quando me dizem “seja homem”, se eu o sou, tudo bem. Mas se não sou? Por que deveria sê-lo? Nisso consiste o ciclo vicioso de todas as éticas absolutistas. Quando me dizem: “seja homem”? Quando querem me mandar para a guerra. Então, querem expor minha natureza para me fazerem executar algo que não quero. A liberdade é justamente o niilismo verdadeiro e social.

Livro da semana

A debilitação do ser e a fragilidade da razão

A fragilidade da razão: pensiero debole e niilismo hermenêutico em Gianni Vattimo. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.



Esta semana a *IHU On-Line* entrevistou o vice-reitor da PUCRS, Evilázio Borges Teixeira, sobre seu livro recém-lançado *A Fragilidade da Razão: Pensiero debole e niilismo hermenêutico em Gianni Vattimo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

O livro se insere no quadro da problemática da filosofia contemporânea, tendo como pano de fundo o pensamento de Gianni Vattimo, sintetizado na fórmula *pensiero debole* (pensamento fraco). A proposta vattimiana encontra nesta metáfora a sua concentração e

na ontologia niilista da hermenêutica a sua explicitação.

Na entrevista concedida por e-mail, Evilázio destaca alguns pontos da obra. De acordo com Teixeira, para Vattimo, o surgimento do niilismo é condição ou mesmo efeito da desconstrução que atingiu o pensamento ocidental com base no pensamento de Nietzsche. Esta postura questionadora diante do estabelecido ocasiona outros desdobramentos, chegando até Heidegger e aos demais pensadores do movimento existencialista.

Evilázio é bacharel e licenciado em Filosofia, e Teologia e mestre em Filosofia pela PUCRS. É mestre e doutor em Teologia pela *Pontificia Università Gregoriana* (Roma) e doutor em Filosofia pela *Pontificia Università Santo Tommaso d'Aquino* (Roma) com o projeto de pesquisa: *Pensiero debole e niilismo hermenêutico: a provocação filosófica de Gianni Vattimo*. Foi professor de Filosofia e Teologia na PUCRS, diretor do Centro de Pastoral da PUCRS da qual atualmente, é vice-reitor. Dentre as suas obras publicadas no Brasil, destacamos: *O gemido de Jô, gemido do povo*. São Paulo: Paulinas, 1997; *Educação do homem segundo Platão*. São Paulo: Paulus, 1999; *Imago Trinitatis. Deus Sabedoria e Felicidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. Para breve deve acontecer o lançamento de *Aventura Pós-Moderna* pela editora Paulus.

***IHU On-Line* - Como o conceito vattiminiano de pensamento fraco expressa a condição da sociedade atual?**

Evilázio Borges Teixeira - Nos tempos atuais, emerge a consciência de viver-se

numa espécie de labirinto interpretativo. Se de um lado a modernidade não parece estar à altura de seu programa, marcado, de modo especial, por conceitos como subjetividade e racionalidade, a pós-modernidade, por sua vez, se descobre

incapaz de responder às estâncias de uma contemporaneidade livre do peso das ideologias. Da configuração contemporânea emerge um paradoxo. De um lado, está presente, no impasse da modernidade e suas conquistas tidas como irreversíveis: subjetividade e racionalidade. De outro lado, a pós-modernidade parece não sair da «parte destrutiva» do seu projeto, demasiado ligado à tarefa de uma metamorfose indefinida.

O pensamento filosófico de Gianni Vattimo é sintetizado na fórmula “*pensiero debole*”, porque nos encontramos no fim da aventura metafísica do pensamento; porque o pensamento não pode exibir aquela “força” que sempre acreditou dever atribuir em nome de seu acesso privilegiado ao ser como fundamento. O que muda, em síntese, é a imagem da racionalidade. Embora Vattimo se diferencie de outros autores pós-modernos, este pensamento vem traçado dentro da *Pós-modernidade*.

IHU On-Line- Quais seriam, para Vattimo, as bases filosóficas da pós-modernidade?

Evilázio Borges Teixeira - O autor considera Nietzsche⁶ e Heidegger⁷ como

⁶ Friedrich Nietzsche (1844-1900): filósofo alemão, conhecido por seus polêmicos conceitos “além-do-homem”, transvaloração dos valores, niilismo, vontade de poder e eterno retorno. Entre suas obras figuram como as mais importantes *Assim Falou Zarathustra*. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998; *O Anticristo*. Lisboa: Guimarães, 1916; *A Genealogia da Moral*. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2004. Escreveu até 1888, quando foi acometido por um colapso nervoso que nunca o abandonou, até o dia de sua morte. A Nietzsche foi dedicado o tema de capa da edição número 127 da *IHU On-Line*, de 13 de dezembro de 2004. (Nota da *IHU On-Line*).

⁷ Martin Heidegger de Messkirch (1889-1976.): filósofo alemão. Doutorou-se em Filosofia sob a orientação de Edmund Husserl. Em 1933, acontecimentos políticos levaram-no a aderir ao partido nazista e assumir a reitoria da Universidade de Friburgo, cargo do qual se demitiu alguns meses depois. A seus olhos, o que define a ontologia e sua história é o esquecimento do ser como lugar de questionamento. Ora, o ser como questão define um ente particular, que é o ser-aí, o Dasein. Este Dasein é o homem. Ora, o ser-aí é aquele que pode

os precursores da filosofia pós-moderna. Somente com a contestação nietzschiana do eterno retorno e, com a provocação heideggeriana da superação da metafísica, adquiriram vigor e dignidade filosófica as teorizações do pensamento pós-moderno. Os motivos principais, pelos quais Nietzsche e Heidegger são considerados os «pais» do pensamento pós-moderno tem a ver, sobretudo, com o fato de que para ambos, desaparece a idéia de fundamento, que foi essencial ao longo da história ocidental. E não somente desaparecem os fundamentos metafísicos, mas todo e qualquer fundamento. Em Heidegger, por exemplo, o fundamento é substituído pelo evento (*Ereignis*). Em Heidegger e Nietzsche, portanto, a idéia de uma história como processo unitário se dissolve. Ocasionalmente, segundo Vattimo, a debilitação do ser e a fragilidade da razão.

IHU On-Line - Qual é a relação entre pensamento fraco e niilismo hermenêutico?

Evilázio Borges Teixeira - Vattimo caracteriza o *pensiero debole* por meio de quatro idéias principais: a primeira é levar a sério a idéia nietzschiana e talvez marxista do nexos existente entre evidência metafísica e relações de domínio dentro e fora do sujeito; a segunda busca um “olhar amigo” e sem “angústias” metafísicas em relação ao mundo das aparências, dos procedimentos discursivos e das formas simbólicas, vendo nessas o lugar de uma possível experiência do ser; uma terceira,

ao mesmo tempo existir e saber, a todo momento e ao mesmo tempo, que deixar de existir: é um “ser-para-a-morte”. Aceitar esta situação é o sinal da autenticidade, para o homem. Colocar a autenticidade, para o homem, é levantar as diferentes maneiras de ser: facticidade, derrelição, historicidade. São os temas fundamentais que Heidegger aborda na sua obra máxima, *O ser e o tempo* (1927). A problemática heideggeriana é ampliada em *Que é Metafísica?* (1929), *Cartas sobre o humanismo* (1947), *Introdução à metafísica* (1953). Sobre Heidegger, a *IHU On-Line* publicou na edição 139, de 2 de maio de 2005, o artigo *O pensamento jurídico-político de Heidegger e Carl Schmitt. A fascinação por noções fundadoras do nazismo*. (Nota da *IHU On-Line*)

que diz respeito a anterior, chama a atenção de não cair na glorificação de Deleuze⁸, que equivaleria a voltar a um *ontos on*; por último, uma quarta idéia entende que a identificação de ser e linguagem, que a hermenêutica toma de Heidegger, não como um modo de reencontro do ser originário e verdadeiro, do qual esqueceu a metafísica, mas sim como uma via para encontrar o verdadeiro e novamente o ser como “pegadas”, “recordação”, ser fragilizado. Para Vattimo, o surgimento do niilismo é condição ou mesmo efeito da desconstrução que atingiu o pensamento ocidental com base no pensamento de Nietzsche. Esta postura questionadora perante o estabelecido ocasiona outros desdobramentos, chegando até Heidegger e aos demais pensadores do movimento existencialista. Para Heidegger, o humanismo entrou em crise porque traz em seu bojo a manifestação da metafísica. O humanismo, para o filósofo, nasceu da idéia, já presente em boa parte da metafísica, de que o homem é o centro da vida e das relações na realidade. Este pressuposto ligaria o humanismo a uma parte da metafísica tradicional. Entretanto, ao proceder na redução extrema e clara desse componente da metafísica – o homem como “vontade de poder” em Nietzsche – a consequência será a derrocada do humanismo como suporte da metafísica.

IHU On-Line - Como podemos pensar a ética na pós-modernidade?

Evilázio Borges Teixeira - A hermenêutica apresentada por Vattimo não pode permanecer confinada no jogo das interpretações, correndo o risco de transformar-se numa espécie de metafísica camuflada. A via percorrida será aquela de uma *hermenêutica niilista*,

⁸ Gilles Deleuze (1925-1995): filósofo francês. Com Félix Guattari, demonstrou a importância do desejo e seu aspecto revolucionário ante qualquer instituição, inclusive a psicanalítica. Sua principal obra, de 1972, escrita em parceria com Guattari, intitula-se *O Anti-Édipo e tornou-se* um dos livros mais discutidos entre as décadas de 1970 e 1980. (Nota da *IHU On-Line*)

única capaz de estar aberta ao *evento* do ser, que, no acontecer histórico, se dá na forma de anúncio. Vislumbra-se, portanto, uma nova estação, na qual o pensamento se caracteriza como “pensamento da proximidade” e da “escuta crítica”. O delineamento niilista da vocação filosófica hermenêutica resulta, de qualquer modo, problemático, de modo especial, devido a sua inclinação a um relativismo ético-gnoseológico. Contudo, o que conta realmente, para Vattimo, é o saber se habituar com a *cultura do nada*, símbolo crítico daquilo que vem depois, com respeito a um saber rigidamente metafísico. Para Vattimo, o fim da filosofia fundacional é também o fim de uma visão progressiva dos eventos com uma ênfase sobre o “novo” que dominou a modernidade. Para Vattimo, ao contrário do que se poderia pensar, o niilismo hermenêutico não é destrutivo, e sim, *edificante*, ao menos no sentido kierkeggardiano da destruição que edifica. A interpretação da ontologia ocidental à luz do niilismo oferece, de acordo com Vattimo, uma oportunidade ético-prática, e permite resolver alguns pontos nodais da filosofia contemporânea em geral e da tradição hermenêutica em particular. Em primeiro lugar, a visão do processo de debilitação progressiva do ser permite conservar o sentido tradicional de fazer filosofia, mesmo se exclua o caráter “fundador” e as pretensões de universalidade e necessidade. Em segundo lugar, a relativização hermenêutico-niilista da verdade aparece para Vattimo como pressuposto essencial para restabelecer a ética. O que emerge da história do niilismo, do processo de debilitação das estruturas estáveis do ser é precisamente o valor evangélico da *caritas (pietas)*. Na renúncia ao mito absoluto da verdade, e na abertura aos inúmeros mitos que constituem o ser-linguagem-tempo, segundo o filósofo torinense, ressoa a prescrição evangélica do amor.

IHU On-Line - Qual é o lugar da religião após as críticas de Nietzsche e Heidegger à metafísica ocidental?

Evilázio Borges Teixeira - O ponto decisivo da questão sobre Deus perpassa o território da teologia contemporânea, tornando-se paradigma de uma necessidade e de uma instância. Esta necessidade tem a ver com o enrijecimento metafísico do pensamento teológico; instância de uma reflexão capaz de fazer emergir o caráter “incapturável” do conceito sobre Deus como condição do pensamento da diferença. Um elemento ainda mais contundente diz respeito ao impacto da secularização, que traz à luz a maneira como a compreensão do mistério adotado pelo objetivismo teísta, só podia cair na indeterminação antropológica da revelação e na sua indiferença em relação às questões da existência. Dito de uma outra forma, a reviravolta referencial do nome “Deus”, cuja suspeita de insignificância e de significância alienante, conduz a um esvaziamento do nome em si, emergindo a idéia que a crise da modernidade, no limiar da contemporaneidade, porta consigo, como consequência, a impossibilidade de pensar Deus. Utilizando-se uma expressão de Karl Rahner⁹, à teologia atual cabe uma nova tarefa, qual seja aquela de tomar “com extremo rigor a tragédia do homem moderno que experimenta (embora de modo errado) a *ausência de Deus*”. Acrescente-se ainda a mudança de paradigma das questões de Deus para a história e para a sociedade. Vale a pena perguntar se a necessidade de Deus no horizonte do mundo perdeu o seu destaque, que evidência, então, se pode esperar na perspectiva da experiência humana, assim que se possa e se deva falar de Deus? Que direito ainda pode ter a reivindicação da palavra Deus? O teorema da secularização pode significar o traçado e o delineamento de uma busca capaz de mostrar que o termo

⁹ **Karl Rahner** (1904-1984): teólogo alemão jesuíta que contribuiu significativamente para a teologia católica no século XX. Um dos teólogos mais influentes durante o Concílio Vaticano II, colaborou para uma compreensão moderna da fé católica. *IHU On-Line* dedicou ao teólogo a edição número 102, de 24 de maio de 2004. (Nota da *IHU On-Line*)

“Deus” se nos apresenta como proposta e como exigência de resposta às perguntas primordiais do homem sobre o fundamento e sobre o sentido último da sua existência e da sua realidade.

A perda do sentido da transcendência conduz a uma prometeica dialética de emancipação; que se torna metáfora de uma projetualidade antropocêntrica que não parece tolerar a companhia de nenhuma soteriologia. O centro da questão *desmitologizante* da secularização de certo modo desloca o interrogativo: Uma vez que o homem é aquele que auto-funda o sentido, sendo ele fonte de significado do próprio agir é ainda relevante perguntar-se sobre a renúncia a Deus? Ou trata-se somente de uma despedida do Deus da metafísica, garantidor de um *cosmos* somente aparentemente inadequado ao emergir o *caos* e o desejo criativo do homem?

De certo modo, num mundo que se tornou “adulto”, uma religião fundamentada metafisicamente e individualisticamente, é incapaz de dar conta do real e significá-lo na sua busca de sentido. A demasiada afeição à terra e à participação ao destino do mundo termina por desembocar numa interpretação não-religiosa de Deus, *atéia*. Por este motivo, um Deus concebido “religiosamente” desemboca numa religiosidade consolatória e anacrônica para um mundo adulto.

Faz parte da convicção de Gianni Vattimo que a mensagem do cristianismo é de secularização, ao menos, no que diz respeito à tomada de distância do sagrado nos termos de violência, de vítima sacrificial e de sistema de civilizações primitivas. Uma leitura autêntica do cristianismo necessariamente passará pela via da secularização. Para Vattimo, a ligação secularização-religião, e, neste caso, entenda-se cristianismo, é um ponto de não-retorno da modernidade, apesar da sua ambigüidade.

O advento do niilismo, segundo esta ótica, e o evento da “morte de Deus” cumprem o processo de secularização por meio de uma irreversível e progressiva «fragilidade-declínio» das

estruturas fortes do pensamento ocidental. O impacto da secularização, portanto, é responsável pela “despotencialização” da violência metafísica da *identidade*, permitindo emergir a *diferença* como chave interpretativa para história.

IHU On-Line - Por que afirma que a concepção de Deus em Vattimo corre o risco de ser “um existencialismo subjetivista”?

Evilázio Borges Teixeira - A secularização representa uma maneira de “contra-utopia” capaz de desmascarar as pretensões da modernidade e de exprimir e favorecer a intencionalidade da pós-modernidade. Representa ainda uma alteridade de Deus que não é uma distância aristocrática da condição humana, e sim palavra que convida a uma outra interpretação depositada no escândalo pascal. A liberdade da fé reenvia a uma “iniciativa-iniciada”. Nesse ponto, porém, a busca de Vattimo permanece suspensa ao “crer-esperar de crer”, bloqueada no fundo de um sujeito que se esforça para confiar-se ao Outro e a sua revelação. Aqui está presente a ambigüidade que emerge da insistência vattimiana de uma *revelação contínua*, que autorizaria infinitas interpretações, jogadas ao ritmo da desmitologização.

O filósofo turinense sustenta que a atualidade ontológica da salvação não nasce somente de uma necessidade, mas provém do “dom que vem de um Outro”. Permanece, no entanto a dúvida de um ceticismo aberto, presente na argumentação do filósofo, que corre o risco de minimizar a radicalidade própria do perguntar da fé, reduzindo-a a uma hermenêutica, cujo único ponto seja a circularidade infinita da decisão. Aqui está presente o risco de um existencialismo subjetivista, no qual conta somente a decisão pessoal. Vattimo assume como ponto central do confronto filosofia-cristianismo o princípio-encarnação, como lugar supremo do excedente absoluto da revelação, embora o interprete na lógica do *significado* e não do *dado*, isto é, a necessidade de uma

compreensão mais atenta à *pietas* que a dedutível exigência do cristianismo. O limite de semelhante leitura se encontra no fato de que o esquema de possibilidade gira em torno do sujeito e das instâncias de marca bultmaniana. Em síntese, é uma busca que prefere permanecer na ótica de uma fé, que chamada ao êxtase do estupor diante da revelação, contenta-se em “pensar de crer”.

Embora a posição de Vattimo, não seja aquela do confronto entre filosofia e teologia, sua formulação, porém, do *credere di credere* se fecha na necessidade de regeneração típica da concepção heideggeriana da fé como assunção de uma nova disposição em respeito a quanto precede o próprio crer. Tal concepção não permanece em uma fé meramente filosófica? Perder-se-ia de vista a característica da revelação como história da autocomunicação de Deus, com um apelo cognoscitivo que exige colocar em parêntesis a total autonomia do sujeito.

IHU On-Line - Acredita que o nihilismo é realmente inultrapassável? Quais as conseqüências desse fenômeno para a pós-modernidade?

Evilázio Borges Teixeira - A partir das bases indicadas por Nietzsche e Heidegger, Vattimo explica três características do pensamento pós-moderno: a) é um pensamento da fruição, já que o *Andenken* não se remete a nenhum *Grund* (fundamento), só resta o uso e gozo daquilo que é imediato ao homem, acarretando, pois, questões éticas ainda pendentes; b) é um pensamento da «contaminação», na medida em que se abre a possibilidade de se exercer a empresa hermenêutica não apenas para o passado, para a transmissão-recepção dos aspectos epocais do ser, mas também para uma «contaminação» em relação aos múltiplos conteúdos do saber contemporâneo, da ciência e da técnica e às artes, fragmentando assim a verdade fundacional, forte, metafísica, em várias outras verdades «fracas», regionais e portanto restritas; c) é um pensamento do

Ge-Stell, isto é, do mundo organizado pela técnica, em que a metafísica se consome em sua forma mais desenvolvida e em que a ontologia se torna efetivamente hermenêutica e onde as noções de realidade e de verdade-fundamento perdem peso.

Não se pode dizer que o niilismo seja intransponível, pois a pós-modernidade não permite a idéia de superação, de futuro. Só é possível falar do agora. Não há nada a ser ultrapassado, existe apenas o *evento*. É nessa situação, segundo Vattimo, que se deve falar de uma «ontologia fraca» como única possibilidade de sair da metafísica e pode-se que nisso resida, para o pensamento pós-moderno, a chance de um novo, fracamente novo, começo.

IHU On-Line - Com base nos pensamentos apresentados por

Vattimo, a que ficaria reduzida a filosofia?

Evilázio Borges Teixeira - A filosofia se reduziria a ensinar-nos a movermo-nos no emaranhado destas mensagens, vivendo cada mensagem singular e cada experiência singular em seu indissolúvel vínculo com todos os outros; também em sua continuidade com eles, do qual depende o sentido da experiência. Uma outra questão que não poderia ser deixada de fora seria: qual a relação entre “*pensiero debole*” e práxis? O “*pensiero debole*” não correria o risco de uma total passividade? Nosso autor se dá conta de que o problema existe. Sua resposta parece indeterminada. Sustenta que de um pensamento “ultrametafísico” pode nascer uma nova relação entre filosofia e sociedade. E acrescenta que o pensamento-recordação é “um projeto que pode justificar um compromisso”.

Teologia Pública

A controvérsia não é a última palavra

Uma entrevista exclusiva com o teólogo italiano Rosino Gibellini sobre conjuntura eclesial

Qual a importância do primeiro Sínodo do pontificado de Bento XVI? Para onde vai a teologia? O que significou o encontro entre o Papa e o teólogo Hans Küng? Qual será a postura de Bento XVI em relação aos povos do Terceiro Mundo? A *IHU On-Line* entrevistou por e-mail o teólogo italiano Rosino Gibellini sobre essas e outras questões relacionadas à conjuntura eclesial.

Rosino Gibellini, doutor em Teologia e Filosofia, dirige as coleções *Giornale di Teologia e Biblioteca de teologia contemporânea* da Editora Queriniana de Brescia, Itália. O estudioso é autor, entre outros livros, de *A teologia do século XX*, São Paulo: Edições Loyola, 1998. Ele concedeu entrevista à *IHU On-Line* sobre o teólogo Karl Rahner, com o título **Uma teologia que ajuda a entender o envolvimento de Deus na história do mundo**, na edição 102, de 24 de maio de 2004.

Confira, a seguir, a entrevista completa com o especialista:

IHU On-Line - O que sinaliza o encontro entre o Papa Bento XVI e o teólogo Hans Küng?

Rosino Gibellini - O encontro que durou umas quatro horas, incluída a ceia, foi

solicitado por Hans Küng¹⁰ por meio de uma carta, esclarecendo que não pretendia tocar em pontos teológicos controversos e que não pretendia solicitar uma reabilitação, depois das medidas de 1979, que o privavam da cátedra na Faculdade Católica de Teologia (Küng continuou, depois, a ensinar Teologia ecumênica no Instituto Ecumênico da Universidade de Tübingen). O encontro, como declarou Küng, “superou todas as expectativas”. Os dois peritos conciliares de outrora, os dois colegas da Universidade de Tübingen se reencontraram. O encontro ocorreu sem anúncio prévio, mas foi seguido de um comunicado oficial. Respeito recíproco. E, assim se prevê, futura colaboração.

IHU On-Line- Quais os caminhos que ambos os teólogos tomaram após o Concílio?

Rosino Gibellini- Os caminhos dos dois teólogos se diversificaram após 1970. A teologia de Ratzinger focalizou os conteúdos da fé cristã na versão católica. A sua obra-prima continua sendo *Introdução ao Cristianismo* (1968). Depois, o teólogo Ratzinger assumiu responsabilidades eclesiais oficiais. O caminho teológico de Küng é mais complexo, e é exemplar para o desenvolvimento da teologia nos últimos decênios: da eclesiologia, com a importante obra *A Igreja* (1967), aos grandes temas da teologia cristã, até o diálogo com as religiões. A teologia de

¹⁰ **Hans Küng** (1928): teólogo suíço. É padre católico desde 1954. Foi professor na Universidade de Tübingen, onde também dirigiu o Instituto de Pesquisa Ecumênica. Foi consultor teológico do Concílio Vaticano II. Destacou-se por ter questionado as doutrinas tradicionais e a infabilidade do Papa. O Vaticano proibiu-o de atuar como teólogo em 1979. Nessa época, foi nomeado para a cadeira de Teologia Ecumênica. Atualmente, mantém boas relações com a Igreja e é presidente da Fundação de Ética Global em Tübingen. Dedicou-se ao estudo das grandes religiões, sendo autor de obras, como *A Igreja Católica, publicada pela editora Objetiva e Religiões do Mundo: em Busca dos Pontos Comuns*, pela editora Verus. Para conhecer sua trajetória cfr. Hans KÜNG. *Libertad conquistada. Memórias*. Madrid: Trotta, 2004. (Nota da *IHU On-Line*).

Ratzinger é uma teologia da identidade católica. A teologia de Küng é uma teologia do diálogo ecumênico e inter-religioso: uma teologia exploradora que também enfrenta riscos. As duas perspectivas deveriam revelar-se complementares na época do pluralismo religioso e numa época de grandes desafios para a Igreja Católica.

IHU On-Line- Quais os principais assuntos abordados no encontro?

Rosino Gibellini- Küng declarou: “O encontro é um sinal de esperança”. Dois pontos prospectivos foram tocados: o diálogo inter-religioso e a “questão de Deus” no debate cultural contemporâneo. No diálogo inter-religioso, Hans Küng é um precursor, tendo elaborado o projeto por uma ética mundial, que obteve ressonância internacional. É o projeto de uma aliança entre as religiões, cada uma com sua específica identidade, mas unidas, como vias de salvação, a serviço da paz e da justiça no mundo. Além disso, Küng sempre esteve preocupado com a “questão de Deus”, que dá superabundância de sentido à projetividade humana, no confronto com a cultura contemporânea. A sua última obra, recém-lançada e ainda não-traduzida ao italiano, intitula-se *Nas origens de todas as coisas. Ciências da natureza e Religião* (2005).

IHU On-Line - Que surpresas podemos esperar do pontificado de Bento XVI?

Rosino Gibellini - A imprensa alemã deu muito realce ao encontro. Fez referência aos comentários positivos de um Küng “orgulhoso, contente, satisfeito” após a visita ao Papa Bento XVI. Foi um encontro, portanto, voltado ao futuro, e a uma colaboração futura. A quem lhe recordava de haver definido Ratzinger no passado como “o grande inquisidor”, Küng fazia notar que a função pode mudar o homem, como já havia ocorrido com o Papa Roncalli, e que, além disso, o Papa Ratzinger está plenamente cômico da crise atual. É preciso também dizer que uma parte da imprensa observou que permanece uma certa ambigüidade nesta

visita. O Papa teria se mostrado conciliador na forma, mas permanece inamovível nos conteúdos. Em todo o caso, a visita é uma demonstração de que a controvérsia não é a última palavra. Ali se delineou uma possível colaboração comum com a teologia crítica numa época de grandes transformações, que também envolvem a Igreja e sua missão no mundo.

***IHU On-Line* - Qual a importância deste primeiro sínodo do pontificado de Bento XVI?**

Rosino Gibellini - No que se refere ao sínodo romano sobre a eucaristia, em curso, é preciso observar que o encontro já estava em preparação há bastante tempo. Não creio que haverá decisões inovadoras sobre a práxis eucarística, sobretudo no que se refere à intercomunhão “cobiçada e proibida” como se exprimem algumas revistas ecumênicas, ou em referência aos “excluídos da comunhão”. Como notou Hans Küng, que conhece bem Ratzinger, o novo Papa “é um homem que reflete muito e necessita de tempo para tomar decisões”. Outra coisa seria saber se os sínodos se concluirão com um documento sinodal. Sente-se a necessidade de documentos sinodais. Atualmente, os sínodos romanos não se concluem com um documento firmado conjuntamente pelos padres sinodais e pelo Papa, mas se concluem com a aprovação de algumas propostas que são apresentadas ao Papa, o qual as elabora, em seguida, num documento papal. O sínodo, portanto, na atual práxis, tem valor apenas consultivo. Também sobre este ponto se esperam reformas, no sentido de um exercício mais convincente da co-responsabilidade e da colegialidade da Igreja.

***IHU On-Line* - Como o senhor avalia os resultados da viagem de Bento XVI a Colônia, na Alemanha?**

Rosino Gibellini - Também no caso da Jornada Mundial da Juventude, em Colônia, Bento XVI executou o que tinha sido projetado e organizado. É verdade

que Bento XVI não tem o carisma das massas, em particular das massas jovens, que tinha o seu predecessor João Paulo II. Em Colônia, porém, Bento XVI tinha a vantagem do idioma, de falar perfeitamente o alemão, sobretudo nos contatos com muitas personalidades católicas, ecumênicas, do mundo da política e da cultura que ele encontrou por ocasião da Jornada Mundial da Juventude. Além disso, a visita do Papa alemão à sinagoga de Colônia foi um momento de grande valor simbólico. Principalmente quando se pensa que o jovem soldado alemão Ratzinger, em fuga nos dias do desmoronamento da Alemanha, tornado Papa com um nome que recomenda a paz, entrou na sinagoga hebraica. Tratou-se de uma grande coincidência histórica, de uma “malícia” da história, para usar a expressão de Hegel¹¹, de alto valor simbólico.

***IHU On-Line* - Como o senhor vê a postura de Bento XVI em relação às grandes diferenças sociais da contemporaneidade?**

Rosino Gibellini - Talvez o Papa Ratzinger não tenha a sensibilidade social que tinha João Paulo II, o qual vinha de um país socialista. Ratzinger é um teólogo clássico, que sempre criticou a teologia

¹¹ **Friedrich Hegel** (1770-1831) - filósofo alemão. Foi um dos pensadores mais influentes dos tempos recentes. Como Aristóteles e Santo Tomás de Aquino, Hegel tentou desenvolver um sistema filosófico no qual estivessem integradas todas as contribuições de seus principais predecessores. Sua primeira obra, *A fenomenologia do espírito*, tornou-se a favorita dos hegelianos da Europa continental no séc. XX. Nesse livro, Hegel considerava uma variedade tão grande de concepções quanto os diversos estados da mente, e as encarava como estágios no desenvolvimento do espírito em direção a uma maior maturidade. Sua segunda obra, *A Lógica*, tenta fazer uma análise sistemática dos conceitos. Sua *Enciclopédia das ciências filosóficas* contém todo o seu sistema de uma forma condensada. O último livro de Hegel foi *A filosofia do direito*. Depois de sua morte, seus alunos publicaram suas conferências sobre filosofia da história, da religião e da arte, e sobre história da filosofia, usando principalmente suas anotações. (Nota da *IHU On-Line*)

política européia de Metz¹², como criticou ainda mais severamente a teologia latino-americana da libertação com os dois documentos da Congregação Para a Doutrina da Fé, de 1984 e de 1986, como também em artigos teológicos mais recentes. O problema da pobreza do Terceiro Mundo se impõe numa era de globalização excludente, que condena tantos povos à pobreza e à miséria. O problema se impõe também porque, se caiu o muro de Berlim que divide o Leste e o Oeste, aprofundou-se ainda mais o fosso que divide o Norte do Sul do mundo. Será interessante esperar a primeira encíclica social que publicará o novo Papa. Não sabemos ainda quando. Estamos esperando uma primeira encíclica sua, talvez sobre o tema do Concílio - por ocasião do 40º aniversário da conclusão do Concílio Vaticano II - ou talvez sobre a Liturgia, por ocasião da celebração do sínodo sobre a Eucaristia - um tema que está no centro da reflexão do teólogo Ratzinger.

IHU On-Line- Quais serão as próximas prioridades de Bento XVI?

Rosino Gibellini- Penso que o primeiro olhar do Papa não será para o Terceiro Mundo, mas para Jerusalém, para o diálogo com o hebraico, para Istambul (Constantinopla), para o diálogo com a ortodoxia, ou Ancara, para o diálogo com o Islã. Mas será muito interessante a primeira viagem que o novo Papa fará ao Brasil e à América Latina. Além disso, ele é sensibilíssimo ao diálogo e ao confronto com a cultura secular, com a cultura da modernidade, um tema de que também tratou no encontro com Hans Küng. A realidade do Terceiro Mundo, porém, se impõe também pela consistência numérica de suas comunidades católicas. Devemos permanecer abertos ao sopro do espírito e às surpresas que pode oferecer o novo pontificado.

¹² **Johann Baptist Metz:** teólogo alemão. Dele publicamos uma entrevista na 13ª edição, de 15 de abril de 2002 e reproduzimos um artigo escrito por ocasião do 60º aniversário de Karl Rahner, publicado como introdução, no livro *Gott in Welt. Festgabe für Karl Rahner*, na edição de nº. 102, de 24 de maio de 2004. (Nota da *IHU On-Line*).

IHU On-Line - Quarenta anos depois do Concílio Vaticano II: para onde vai a teologia? Qual é o caminho?

Rosino Gibellini - Estamos há quarenta anos da conclusão do Concílio Vaticano II, o qual assinalou uma virada na história da Igreja Católica. Pode-se dizer que o Concílio relativizou a Igreja, como se exprime um historiador francês, enquanto pôs a Igreja mais estreitamente em relação com a palavra de Deus (*Dei verbum*) e com o seu testemunho e missão no mundo (*Gaudium et Spes*¹³). E, assim fazendo, delineou o programa de uma igreja dialógica e solidária. Como observou Karl Rahner com uma representativa expressão, o Concílio representou apenas “o início do início”. Trata-se, portanto, de continuar este processo dialógico e solidário, embora estejamos sendo atropelados por novos problemas. Nisto permanece a atualidade do Concílio Vaticano II. É certo que os concílios continuam sendo apenas um instrumento. Entretanto não creio que se possa dizer “adeus ao Vaticano II” porque os processos de renovação e de reforma requerem tempo e, como se expressa o teólogo Jürgen Moltmann¹⁴, “é com pequenos passos que se vai em direção à comunidade”.

¹³ Sobre os 40 anos da *Gaudium et Spes*, constituição do Concílio Vaticano II, conferir a 157ª edição da revista *IHU On-Line*, de 26 de setembro de 2005. (Nota da *IHU On-Line*)

¹⁴ Confira a entrevista de Jürgen Moltmann, um dos maiores teólogos vivos, na *IHU On-Line* nº 94, de 29 de março de 2004. Desse autor a Editora Unisinos publicou o livro *A vinda de Deus. Escatologia cristã*, São Leopoldo, 2003. Está sendo publicado mais um livro, proximamente, do mesmo autor, na Coleção *Theologia Publica* da Editora Unisinos, sob o título *Experiências de reflexão teológica. Caminhos e formas da Teologia Cristã*. O professor Susin apresentou o livro *A vinda de Deus: Escatologia Cristã*, de Jürgen Moltmann, no evento *Abrindo o Livro* do dia 26 de agosto de 2003. Sobre o tema, os leitores e leitoras podem conferir, na *IHU On-Line* número 72, de 25 de agosto de 2003, a entrevista do Prof. Dr. Frei Luiz Carlos Susin. (Nota do *IHU On-Line*)

IHU em revista

| | |
|------------------------|---------------|
| eventos | pg. 45 |
| ihu repórter | pg. 63 |
| sala de leitura | pg. 66 |

Ciclo de Estudos Desafios da Física para o Século XXI: uma aventura de Copérnico a Einstein

A preparação de Einstein para o seu Ano Miraculoso

Desconstruir os mitos sobre a figura do físico alemão Albert Einstein. Esse foi o objetivo do Prof Dr Carlos Alberto dos Santos na palestra *A preparação de Einstein para o seu Ano Miraculoso*, ministrada em 19 de outubro, dentro das atividades do **Ciclo de Estudos Desafios da Física para o século XXI: uma aventura de Copérnico a Einstein**. O evento aconteceu às 19h45min, no Miniauditório da Biblioteca. Graduado em Física pela PUC-RJ, Carlos Alberto é mestre e doutor em Física pela UFRGS. Fez pós-doutorado no Centre d'Études Nucleaires de Grenoble, na França. Leciona no Departamento de Física da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs). É autor de, entre outros, *O plágio de Einstein*. Porto Alegre: WS Editor, 2003 e *Nitretação iônica*. Natal: Cooperativa Cultural da UFRN, 1989. Acompanhe agora a opinião de dois dos participantes da última edição do Ciclo.

Ecos do Evento

“Gostei muito da palestra do Prof Carlos Alberto dos Santos porque desmitificou opiniões equivocadas que tínhamos sobre Einstein. Fica a certeza de que não podemos acreditar em tudo que lemos. Pudemos conhecer ainda mais sobre o lado humano do cientista. O assunto sobre o suposto plágio de Einstein foi outro tema importante, que despertou interesse.”

Adriel Pereira da Silva, aluno na graduação em Física da Unisinos, 4º semestre.

“O objetivo de esclarecer os equívocos sobre a figura de Einstein foi alcançado. Achei importante a discussão sobre a falsa acusação do plágio que ele sofreu. Mas do que mais gostei foram os aspectos da vida do cientista, ligados à infância dele, como as questões que levantou sobre o campo magnético e a dedução do teorema de Pitágoras”.

Jan Torres Lima, aluno na graduação em Física da Unisinos, 8º semestre.

O universo de Einstein

Entrevista com Horácio Alberto Dottori

O Universo de Einstein. Esse é o tema da próxima edição do **Ciclo de Estudos Desafios da Física para o Século XXI: uma aventura de Copérnico a Einstein**, que acontecerá nesta quarta-feira, dia 26 de outubro. Os palestrantes são os professores Horácio Alberto Dottori, da UFRGS, e Luiz Carlos Susin, da PUCRS. A atividade inicia às 19h45min e vai até as 22h no Auditório Sérgio Concli Gomes, na Unidade de Ciências Exatas e Tecnológicas da Unisinos.

Dottori é graduado em Astronomia pela Universidad Nacional de Córdoba, Argentina, e especialista no mesmo assunto pelo Max Planck Institut Fur Physik And Astrophysik, Alemanha. É doutor em Física pela UFRGS, com a tese *Espectro de Absorção, Contínuo Óptico e Vermelhamento em Núcleos Normais e Ativos de Galáxias*. Fez três pós-doutorados: na Royal Greenwich Observatory, Inglaterra; no Centre National de la Recherche Scientifique, CNRS, França; na Ruhr Universitat Bochum, RU-BO, Alemanha. Atualmente é vice-coordenador do Observatório Educativo Itinerante, coordenador do grupo de Dinâmica de Sistemas Estelares e professor do Departamento de Astronomia dessa universidade. Confira abaixo a entrevista exclusiva que o astrônomo ofereceu à **IHU On-Line** por e-mail.

O outro palestrante, Prof Dr Luiz Carlos Susin, é professor da Pós-graduação em Teologia da PUCRS. Susin é teólogo pela PUCRS, mestre e doutor em Teologia pela Pontificia Universidade Gregoriana (PUG), Itália, com a tese *O homem messiânico em Emmanuel Levinas*, publicado em forma de livro pela EST/Vozes em 1984. De sua produção acadêmica, destacamos *Assim na terra como no céu: brevíssimo sobre Escatologia e Criação*. Petrópolis: Vozes, 1995 e *A criação de Deus*. São Paulo: Paulinas, 2003.

IHU On-Line - Quais são os maiores equívocos ligados à imagem de Einstein?

Horácio Dottori - Não conheço equívocos. Provavelmente a transformação dele num mito seja contraproducente ao desenvolvimento da ciência, embora seja um dos gigantes das ciências.

IHU On-Line - Acredita que a figura de Einstein ajude a despertar o interesse das novas gerações pela Física?

Horácio Dottori - Eu espero que sim, embora o ideal da juventude seja moldado em figuras às vezes antagônicas à de Einstein.

IHU On-Line - Einstein refletiu uma década sobre a Teoria da Relatividade Restrita. Quais são as principais contribuições dessa teoria?

Horácio Dottori - Não conheço, mesmo que Einstein tenha refletido uma década sobre a TRR. Resulta, porém, impossível de serem enumeradas as contribuições. Se pudesse sintetizar em duas palavras seria uma "crítica acertada ao comportamento da luz", que levou à unidade dos conceitos de espaço e de tempo. Daqui saem milhares de resultados.

IHU On-Line - De que modo as descobertas de Einstein contribuem para um novo entendimento do Universo?

Horácio Dottori - Aqui de novo se aprofunda a crítica ao comportamento da luz. O nascimento da Teoria da Relatividade Geral parte da crítica ao comportamento dos fótons num campo gravitacional e como o fóton é afetado pelo campo. Não é que essa idéia fosse nova. Ela já tinha sido esboçada 100 ou mais anos antes, já que na fórmula da aceleração newtoniana não entre a massa da partícula acelerada, mas somente a da acelerante, portanto um fóton também poderia ser acelerado no campo gravitacional. Todavia o limite do módulo da velocidade da luz da Relatividade Restrita se mantém na RG, e o fóton é afetado de duas maneiras: 1) o campo gravitacional curva a sua trajetória (órbita) e 2) o campo muda a energia do fóton.

IHU On-Line - Quais os aspectos que a Astronomia mais aproveita das descobertas de Einstein?

Horácio Dottori - Existem inúmeros. Um exemplo: se observamos uma fonte luminosa (por exemplo um Quasar, uma supernova etc.) que se movimenta a uma grande velocidade em relação a nós (por exemplo 299.000 km/seg), cuja luz varia no nosso relógio com um dado período, sabemos calcular qual é o período de variação num relógio instalado no objeto em questão. Dessa forma, podemos

compará-los com objetos semelhantes vizinhos da nossa galáxia.

IHU On-Line - O que seria mais importante comemorar neste Ano Mundial da Física?

Horácio Dottori - O método científico como forma de conhecimento, a regularidade dos fenômenos naturais que faz possível o seu estudo e o estabelecimento de leis (imagine se, de pronto, a assistíssemos um porco voando, como diz o meu amigo Aníbal Damasceno). Paralelamente, lamentar a pequenez desta fase da evolução do universo à que chamamos consciência, que, na sua limitação, pode chegar a autodestruir-se, ou acabar com o seu habitat.

IHU On-Line - Gostaria de acrescentar mais algum aspecto que aqui não abordamos?

Horácio Dottori - Talvez o desafio das próximas décadas seja salvar o meio ambiente. Isso é paradoxal, pois provavelmente sabemos o que deveria ser feito para compensar a agressão que ele está sofrendo, mas não tenhamos a menor possibilidade de implementá-lo. Não sei se isso tem a ver com Einstein, mas definitivamente tem a ver com um sistema físico, que é o nosso habitat.

Quarta com Cultura Unisinos – Ciclo de Estudos sobre o Brasil

O **Ciclo de Estudos sobre o Brasil**, em sua edição no evento **Quarta com Cultura Unisinos** aborda a obra ***O Continente***, de Erico Verissimo. A palestrante é a Prof.^a Dr.^a Maria da Glória Bordini. O local é a Livraria Cultura, no Shopping Burboun Country, em Porto Alegre, das 19h30min às 21h30min, nesta quarta-feira, 26 de outubro. A promoção é uma parceria entre o Instituto Humanitas Unisinos (IHU) e a Livraria Cultura, de Porto Alegre. A entrevista que segue foi concedida pela Dr.^a Bordini por e-mail.

Em 14 de setembro deste ano, a Prof.^a Bordini proferiu a conferência de encerramento do **Seminário Erico Verissimo: vida obra e atualidade**, organizado pelo IHU, de 12 a 14 daquele mês. A professora Maria da Glória Bordini concedeu entrevista à revista **IHU**

On-Line, edição número 154, de 05 de setembro de 2005, dedicada a Erico Verissimo. Bordini leciona na PUCRS. Desde 1982, coordena um grupo de trabalho responsável pela atualização e informatização do Acervo Literário de Erico Verissimo. É graduada em Letras pela UFRGS, especialista, mestre e doutora em Linguística e Letras pela PUCRS. Sua tese chama-se *Criação Literária em Erico Verissimo*. De sua produção bibliográfica, destacamos *O tempo e o vento: história, invenção e metamorfose*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, escrito em parceria com Regina Zilberman; *Criação Literária em Erico Verissimo*. Porto Alegre: L&PM, 1995; *Erico Verissimo: escritor e obra*. Porto Alegre: Shopping Center Iguatemi Porto Alegre, 1993; *Caderno de pauta simples: Erico Verissimo e a crítica literária*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 2005, os dois últimos por ela organizados.

Personagens de *O Continente* servem como parâmetro para a vida social

Entrevista com Maria da Glória Bordini

IHU On-Line - Quais os principais tópicos que irá destacar em sua palestra?

Maria da Glória Bordini - Para não repetir o que todos sabem, falarei sobre o tema da viagem em *O Continente*, tentando mostrar como os deslocamentos configuram a vastidão do espaço em que a formação do estado do Rio Grande do Sul se processa, com base nas finalidades de cada viagem em termos de busca de realização humana das personagens.

IHU On-Line - Por que a obra se chama *O Continente*?

Maria da Glória Bordini - Em primeiro lugar, porque um dos primeiros nomes do Rio Grande do Sul foi Continente de São Pedro, assim designado pelo regime colonial português. Em segundo, porque Erico Verissimo¹⁵ se vale dessa designação histórica como metáfora para um espaço selvagem, inteiriço - um continente é uma grande porção do globo

terrestre cercada de oceanos, a exemplo da América, o que o título também evoca, que, colonizado, vai adquirindo uma identidade mais tarde estilizada, na medida em que os valores que o identificavam são abandonados. Daí o último volume da trilogia chamar-se *O Arquipélago*, como se aquele espaço original, promissor na visão dos que nele se radicaram, se dividisse em ilhas e não mais fosse uma terra só.

IHU On-Line - Qual é a relação de *O Continente* com as duas partes seguintes de *O Tempo e o Vento*?

Maria da Glória Bordini - *O Continente* trata mais propriamente das origens do Rio Grande do Sul, num tempo quase mítico, ou pelo menos lendário, em que o território se delineava pelos conflitos de fronteira e de propriedade. *O Retrato* começa a estudar a espécie de líderes políticos que se produziu a partir daquele tempo imemorial de lutas, surpreendendo-os no momento em que estão surgindo como homens cidadãos, impelidos por um ideário iluminista, mas ainda fortemente vinculados à terra e à manutenção violenta de seus bens. *O Arquipélago* acompanha o desenvolvimento histórico dessas elites governantes, à medida que, seguindo

¹⁵ Erico Verissimo (1905-1975): escritor gaúcho autor de clássicos como *O Tempo e o Vento*, *Clarissa*, *Música ao Longe*, entre outros. A ele a *IHU On-Line* dedicou a edição 154, de 12 de setembro de 2005, intitulada *Erico Verissimo: vida obra e atualidade*, mencionando o título do seminário acontecido de 12 a 14 de setembro de 2005 na Unisinos. (Nota da *IHU On-Line*)

mais seus próprios fins do que os da população, vão se distanciando de seus ideais e se corrompem, transformando a vida política num arremedo e o estado num espaço recortado por interesses em conflito.

IHU On-Line - De que modo Verissimo retrata as lutas do início de República em *O Continente*?

Maria da Glória Bordini - Erico Verissimo encena os movimentos que cercam o período de proclamação e implantação da República por meio da participação das personagens, dando-lhes vida e clarificando posições ideológicas diversas, de modo que ficam aparentes as contradições em torno do que a república significava para o povo.

IHU On-Line - Gostaria de comentar alguns aspectos sobre os personagens do livro? O que esses personagens teriam a dizer para o Brasil de hoje?

Maria da Glória Bordini - As personagens de *O Continente* são as mais lembradas da obra inteira de Erico. Nomes, como Ana Terra, Pedro Missioneiro, o Capitão Rodrigo e Bibiana ficaram impressos no imaginário popular com dimensões míticas, por vezes diferentes do caráter que o autor lhe deu. Para o Brasil atual, representam um modelo de homens e mulheres que colocam a honra, a solidariedade e a bravura acima das mesquinhas e vilezas que perturbam as relações pessoais e sociais. Não são heróis perfeitos, mas sua grande humanidade e suas eventuais fragilidades servem de

parâmetro para a conduta em sociedade, defendendo valores apreciáveis, que estão hoje em infeliz degradação.

IHU On-Line - Em entrevista recente à IHU On-Line, a senhora afirmou que "Verissimo desconstruiu a máscara identitária dos gaúchos". Como isso se aplica em *O Continente*?

Maria da Glória Bordini - É justamente em *O Continente* que Verissimo constrói e desconstrói a imagem idealizada que os gaúchos fazem de si mesmos. Nos primeiros episódios, ele erige monumentos de honradez, coragem e anseio de liberdade. Nos últimos, a rigidez de Licurgo Cambará já indicia que esses valores se tornaram cristalizados e vão se distanciando da vida levada pelas personagens.

IHU On-Line - Como a trilogia de Verissimo ajuda na compreensão da formação do Estado rio-grandense?

Maria da Glória Bordini - Os historiadores dizem que Verissimo foi capaz de figurar esse processo com maior clareza do que aparecia nos livros de História, uma vez que dá carne e osso - ficcionais - a seres e eventos históricos, não preocupado com datas ou biografias, mas estudando-os em situações esclarecedoras dos momentos-chave dessa formação. O convívio entre tais homens históricos e personagens fictícios torna a representação da História mais densa, uma vez que os silêncios da historiografia são preenchidos com possibilidades verossímeis, que a enriquecem.

III Ciclo de Estudos sobre o Brasil

Nesta quinta-feira, 27 de outubro, o Prof Dr Ronaldo Vainfas, da Universidade Federal Fluminense (UFF), fala das 14h às 17h no **III Ciclo de Estudos sobre o Brasil**. Seu tema trata do livro *A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*, de sua própria autoria, editado pela Companhia das Letras em 1995. O evento acontece na Sala 1G119 do Instituto Humanitas Unisinos (IHU) e é aberto à comunidade em geral.

Vainfas é graduado e mestre em História pela UFF. Coursou doutorado na mesma área na Universidade de São Paulo (USP), com a tese *O trópico dos pecados*, publicada em formato de livro em 1989, pela editora Campus, do Rio de Janeiro. De sua produção bibliográfica, mencionamos, ainda, *Micro-história: os protagonistas anônimos da história*. Rio de Janeiro: Campus, 2002, *Brasil de todos os santos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999, entre outros. Confira a entrevista que o estudioso concedeu à *IHU On-Line* por e-mail nesta última semana.

Movimento Santidade de Jaguaripe é discutido

Entrevista com Ronaldo Vainfas

***IHU On-Line* - O que foi o movimento Santidade de Jaguaripe e por que recebeu esse nome?**

Ronaldo Vainfas - Jaguaripe era a região do recôncavo baiano onde o movimento se organizou. Um movimento messiânico em parte ancorado nas tradições tupinambás, em parte no catolicismo que os índios tinham aprendido nas missões jesuíticas da Bahia. Santidade foi o nome que Manuel da Nóbrega¹⁶ deu ao ver, espantado, o ritual indígena em que o pajé-açu conversava, em transe, com os mortos por meio do maracá. Isso foi em 1549. E o nome pegou. O movimento de Jaguaripe era dos anos 1580, mas foi chamado também de Santidade. Um paradoxo, mas assim foi. E não foi o único paradoxo desta Santidade.

***IHU On-Line* - Por que e de que forma aconteceu a repressão do movimento?**

Ronaldo Vainfas - A repressão partiu, antes de tudo, do governador-geral, pressionado pelos senhores da Bahia e pelos jesuítas. Isso porque, além de metamorfosear as crenças e ritos da Igreja, o movimento estimulava a fuga de escravos índios e de índios aldeados. Chegou a incendiar o engenho do conde

de Linhares e o aldeamento de Santo Antônio. Em 1585, o governador Manuel Teles Barreto armou tropa para destruir o movimento e teve êxito, sem encontrar grande resistência.

***IHU On-Line* - Qual é a relação entre a mitologia heróica tupinambá e o catolicismo no Santidade de Jaguaripe?**

Ronaldo Vainfas - Em princípio, nenhuma, e isso é outro paradoxo da Santidade indígena. Entretanto se lembrarmos que os jesuítas ensinaram o catolicismo para os índios na língua dos índios e usando os nomes de heróis indígenas para designar as figuras sagradas do cristianismo, o mistério fica mais desvelado. Tupã virou Deus, Tupansy, a Virgem Maria. Foram os jesuítas que urdiram, com seus métodos, a matéria-prima destes movimentos rebeldes e a morfologia destes sincretismos. Em geral, tiveram êxito e conseguiram doutrinar os índios. O processo, porém, era tortuoso e continha imprevisibilidades. A Santidade de Jaguaripe é o melhor exemplo das imprevisibilidades deste método.

***IHU On-Line* - De que modo podemos ligar as relações de poder e fé nesse episódio?**

Ronaldo Vainfas - De todos os modos, o poder dos pajés-açu sobre as comunidades indígenas, porque tinham o

¹⁶ Manuel da Nóbrega (1517-1570): padre jesuíta português, chefe da primeira missão jesuítica à América, cujas cartas que enviava para sua ordem servem como documentos históricos sobre o Brasil colonial e a ação jesuítica no século XVI. (Nota da *IHU On-Line*)

dom de se comunicarem com os mortos; o poder ainda adensado por "canibalizar" elementos religiosos cristãos - o líder da Santidade se dizia, ao mesmo tempo, encarnação do ancestral-mor tupinambá, chamado Tamandaré, e também o verdadeiro papa; o poder dos inacianos, capazes de ensinar o catolicismo na língua dos índios e mediante os valores indígenas e, ato contínuo, estimular os poderes seculares a destruir movimentos que desgarrassem de sua cartilha; o poder do senhor de engenho que abrigou a seita em sua fazenda com falsas promessas de liberdade religiosa; o poder da Inquisição, que passou a limpo tudo isso e legou aos historiadores copioso material para o estudo do sincretismo católico-indígena.

IHU On-Line - Como a documentação inquisitorial auxiliou a desvendar o caso? Onde ela está disponível e como foi possível ter acesso a ela?

Ronaldo Vainfas - A Santidade foi destruída em 1585. Mas a Inquisição chegou à Bahia em 1591. Não fosse a chegada do Visitador, mal conheceríamos este movimento. O Visitador, porém, passou a receber denúncias sem conta do que se passara alguns anos antes, sobretudo contra os colonizadores que apoiaram ou participaram daqueles ritos. As confissões e denúncias preliminares foram publicadas nos anos 1920 e 1930 e a historiografia deve isso a mestre Capistrano de Abreu¹⁷. Eu mesmo reeditei as *Confissões da Bahia*¹⁸ pela Companhia das Letras e hoje o livro está disponível, mas os processos completos estão em Lisboa, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Pesquisei isso tudo graças ao apoio do CNPq, a quem agradeço sempre e muitíssimo pelo apoio à pesquisa histórica dos brasileiros.

¹⁷ **João Capistrano de Abreu (1853-1927)**: um dos primeiros historiadores brasileiros, produziu ainda nos campos da etnografia e da linguística. A sua obra é caracterizada por uma rigorosa investigação das fontes e por uma visão crítica dos fatos históricos. (Nota da *IHU On-Line*)

¹⁸ VAINFAS, Ronaldo. *Confissões da Bahia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. (Nota da *IHU On-Line*)

IHU On-Line - Podemos comparar a perseguição à idolatria indígena à Inquisição européia?

Ronaldo Vainfas - Podemos, sim, fazer esta comparação. As justiças européias, não só a Inquisição ibérica ou a papal, perseguiram tremendamente a feitiçaria na Europa dos séculos XVI e XVII, assim como os bispos do México ou do Peru, com poderes inquisitoriais, perseguiram as idolatrias ou a Visitação do Tribunal de Lisboa devassou a Santidade tupinambá. Uma cruzada geral contra as religiosidades heterodoxas. Se falarmos, porém, de Inquisição ibérica, em particular, a perseguição às feitiçarias foi muito acanhada, se comparada à perseguição dos tribunais franceses ou alemães. A prioridade era outra: os cristãos-novos judaizantes. A ação da Inquisição Portuguesa contra a Santidade baiana foi um acidente.

IHU On-Line - Qual sua opinião sobre a catequização dos índios em relação à sua religiosidade originária? Como os índios vivem sua religiosidade hoje?

Ronaldo Vainfas - Minha opinião é a de que, por meio da linguagem indígena - verbal e imaginária - os jesuítas tiveram enorme êxito na doutrinação católica. Mesmo no caso de um movimento rebelde como a Santidade, as evidências do êxito jesuítico são eloquentes: uma verdadeira colonização dos mitos indígenas ou catolização deles. Destruíram, pois, como soldados de Cristo, a religiosidade originária dos índios, mas não completamente, e nisso residiu o segredo de seu êxito católico. Ensinar a religião cristã na língua do Outro. A América Ibérica não seria tão católica como é hoje - hoje menos que ontem, considerado o pentecostalismo atual etc. - não fosse a ação das ordens religiosas, em particular dos jesuítas. Sobre como os índios vivem sua religiosidade hoje, não sei. Os antropólogos podem responder melhor à questão. Sou historiador em grande parte tradicional, pois penso, como Carlo Guinzburg (escritor e historiador italiano,

autor de, entre outros, *O queijo e os vermes* São Paulo, Companhia das Letras,

1993), que fazer história é fazer uma viagem ao mundo dos mortos.

IHU Idéias

A cozinha temática: da tradicional à fusion

Esse foi o tópico do **IHU Idéias** de 20 de outubro, sob a responsabilidade da Prof.^a Dr.^a Maria Eunice Maciel, da UFRGS. O evento, gratuito e aberto a todos os interessados, aconteceu na Sala 1G119 do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, das 17h30min às 19h. Maria Eunice é cientista social pela UFRGS e especialista em História do Rio Grande do Sul pela mesma instituição. Coursou, ainda, uma especialização em Antropologia Social pela Université Paris V René Descartes, França, e mestrado na mesma área pela UFRGS. Seu doutorado, também em Antropologia Social, foi realizado na Université Paris V René Descartes, França. Atualmente, coordena um projeto de pesquisa na UFRGS, voltado à cultura e à alimentação. É co-autora do livro *De escravo a liberto, um difícil caminho*. Porto Alegre: IEL, 1988 e organizou *Antropologia e ética. O debate atual no Brasil*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2004. Confira abaixo a opinião de dois participantes desse **IHU Idéias**.

Ecoss do Evento

“Fiquei sabendo do evento por nossa professora de História da Gastronomia, Caren Monteiro. Tive interesse especial pelo viés antropológico do tema, porque a palestrante expôs aspectos fundamentais para os profissionais de gastronomia, como os porquês a respeito do que as pessoas comem, sobre onde vivem e até que ponto estariam abertas a experimentar coisas novas”.

Michelle Leão, estudante da graduação Gastronomia na Unisinos, Programa 2.

“Esse **IHU Idéias** foi bastante interessante pelo debate antropológico proposto. A cozinha fusion, que está em alta, é uma mistura dos alimentos orientais e ocidentais e me chamou muito a atenção. Foi uma oportunidade ótima para minha formação, um complemento que acrescentou diversos conhecimentos”.

Roberta Kunst, estudante da graduação Gastronomia na Unisinos, Programa 2.

Pecados do Brasil na mira da Inquisição

Entrevista com Ronaldo Vainfas

Dia 27 de outubro, das 17h30min às 19h, o Prof Dr Ronaldo Vainfas, da Universidade Federal Fluminense (UFF), profere outra palestra, dessa vez no **IHU Idéias**, na Sala 1G119 do Instituto Humanitas Unisinos (IHU). O tema *Pecados do Brasil na mira da Inquisição* será discutido com base nas pesquisas desse historiador.

Vainfas é graduado e mestre em História pela UFF. Cursou doutorado na mesma área na Universidade de São Paulo (USP), com a tese *O trópico dos pecados*, publicada em formato de livro em 1989, pela editora Campus, do Rio de Janeiro. De sua produção bibliográfica, mencionamos, ainda, *Micro-história: os protagonistas anônimos da história*. Rio de Janeiro: Campus, 2002, *Brasil de todos os santos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999, entre outros. A entrevista que segue foi realizada por e-mail.

IHU On-Line - Por que as fontes inquisitoriais servem para conhecer os "pecados" do Brasil?

Ronaldo Vainfas - Os pecados, no caso, se referem a desvios de conduta moral e sexual segundo as normas da Igreja Católica. Alguns eram considerados tão graves que eram associados à heresia. Por esta razão a Inquisição ficou incumbida de julgar casos de sodomia, bigamia, defesa da fornicção, magias eróticas, padres que seduziam mulheres no confessionário etc. As fontes inquisitoriais permitem, assim, perceber muitos dos padrões a este respeito nas sociedades ibéricas e coloniais.

IHU On-Line - Quais seriam os "pecados" do Brasil hoje?

Ronaldo Vainfas - Não vejo sentido em falar de "pecados", na primeira pessoa, se vocês me perguntam sobre o Brasil de hoje. Sou historiador, não inquisidor nem bispo. Aliás, se me permitem, não gosto de falar no Brasil atual. De todo o modo, para não deixar a pergunta totalmente sem resposta, diria que um traço de continuidade entre o Brasil arcaico e o atual é a combinação do individualismo aventureiro e irresponsável com a confusão entre público e o privado. No Brasil arcaico - colonial - isso era totalmente normal, até institucional, e foi

assim que se deu a colonização. Nos dias atuais, é uma aberração.

IHU On-Line - Como a sexualidade e a ausência de privacidade nas relações sexuais são abordadas por esses documentos? Por que interessava controlar esse tipo de informação?

Ronaldo Vainfas - Por meio desses documentos - que são processos judiciais contra suspeitos de heresia - o historiador pode alcançar como, em certas relações sexuais, as pessoas buscavam o prazer, em que lugares, com que palavras ou gestos. Das descrições que eles contêm pode-se muito bem inferir que não havia privacidade alguma, salvo pontualmente. Tudo muito diferente de qualquer ambiente romântico ou da cultura erótica de tempos posteriores. Por exemplo, as pessoas mal tiravam a roupa para fazer sexo. Arriavam as calças, os homens, e levantavam as saias, as mulheres. A Inquisição se debruçava sobre estes atos ou condutas porque presumia haver neles, conforme a frequência, intensidade etc., muito mais do que pecado, heresia, erro de fé. Ela não controlava as informações. Mais que isso: ela as produzia, argüindo os réus e fazendo registro minucioso do que diziam para constrangimento das pessoas na época e fortuna do historiador, que, por meio

destas fontes, pode conhecer melhor o passado.

IHU On-Line - Que relações estabeleceria entre hierarquias sociais, sexualidade e violência nesse contexto?

Ronaldo Vainfas - Estudando o Brasil Colonial com base nestas fontes, percebe-se com clareza que a vida sexual da época longe estava da "liberdade" que muitos atribuíram àquela sociedade, idéia sintetizada na frase: "não havia pecado ao sul do Equador". A documentação traz à luz a violência senhorial contra escravos e escravas, profundo machismo ou misoginia, racismo, violação de crianças.

IHU On-Line - Acredita que, em diferentes proporções, ainda vigore um espírito de inquisição na sociedade, sobretudo em relação às minorias? Se sim, de que forma?

Ronaldo Vainfas - A pergunta sugere que foi a Inquisição a responsável pelos males do Brasil ou, mais amplamente, das sociedades ibéricas, sendo elas as vítimas. Não foi bem assim. Houve estreita cumplicidade entre o Santo Ofício e a sociedade, seja em Portugal, seja no Brasil. As "minorias" mencionadas na pergunta, por exemplo os cristãos-novos, ou os sodomitas mais atirados, que meu amigo, o historiador-antropólogo Luiz Mott¹⁹ chama de antigos gays, eram

¹⁹ **Luiz Mott**: historiador brasileiro, docente na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Em 2 de junho de 2005, apresentou o livro de sua autoria *Rosa Egípcia: uma santa africana no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993, no III Ciclo de Estudos sobre o Brasil. Mott concedeu, ainda, uma entrevista à *IHU On-Line*, comentando aspectos da sua obra, na 143ª edição, de 30 de maio de 2005. É autor de mais de 15 livros e 200 artigos em revistas científicas nacionais e internacionais sobre Direitos Humanos, Aids, Inquisição, Escravidão, Sexualidade; além de fundador do Grupo Gay da Bahia e Decano do Movimento Homossexual Brasileiro. Entre seus diversos livros, destacamos *O sexo proibido: vírgens, gays e escravos nas garras da inquisição*. Campinas: Pauris, 1989; *A cena gay em Salvador em tempos de Aids*. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia/Ministério da Saúde, 2000; *Crônicas de um gay assumido*. Rio de Janeiro: Record, 2003; *Matei porque odeio gay*. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2003. (Nota da *IHU On-Line*)

denunciados por vizinhos, companheiros, parentes, amantes. A sociedade aderiu à Inquisição, em parte por convicção, em parte por medo. Devo, porém, admitir que a Inquisição foi responsável, sem dúvida, por agudizar este clima de intriga e por sua ação deletária dos laços afetivos, parentais ou de grupo. Ela precisava, para funcionar, que uns incriminassem os outros.

IHU On-Line - Quais são os aspectos ideológicos contidos por trás da denominação do Brasil como pecador?

Ronaldo Vainfas - Não chamei o Brasil de pecador! Esta era uma visão da Igreja para a qual pecadores eram todos os cristãos desde que Adão e Eva ousaram desafiar o Criador. Aos olhos da Igreja o pecado era inerente à condição humana depois do Pecado Original. Portanto, pecadores eram todos, independente da vontade de cada um, e o remédio que a Igreja previa era a confissão sacramental - obrigatória na Quaresma. Entretanto hereges nem todos eram. Só alguns, só os que, por livre arbítrio e vontade própria punham em xeque, por palavras ou atos, as verdades da Igreja. No Brasil, se pecava como em qualquer outra parte do mundo.

IHU On-Line - Como o sentimento de culpa era usado para a manutenção do poder?

Ronaldo Vainfas - Estimulando denúncias dos erros alheios ou confissão dos próprios erros. A máquina inquisitorial se nutria deste sentimento e do medo que todos sentiam da Inquisição. Nesta época inquisitorial, todos se sentiam culpados e, juridicamente, eram considerados culpados até provarem sua inocência.

Ciclo de Estudos Concílio Vaticano II: marcos, trajetórias e perspectivas

Discutir *O Concílio Vaticano II e a ação missionária da igreja*. Esse é o objetivo do palestrante Paulo Suess nesta quinta-feira, dia 27 de outubro, no **Ciclo de Estudos Concílio Vaticano II: marcos, trajetórias e perspectivas**. A atividade acontecerá na Sala 1G119 do Instituto Humanitas Unisinos (IHU) e vai das 19h30min às 22h. Alemão radicado no Brasil há mais de trinta anos, Suess é um pensador sobre diálogo inter-religioso, com base nas experiências com os povos indígenas. Atua como assessor teológico do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) para a questão indígena no Brasil. É, ainda, professor visitante de universidades da Alemanha e de Pós-Graduação em Missiologia, na Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, em São Paulo. Tem dezenas de livros publicados, incluindo de poesias.

O Vaticano II e a ação missionária da Igreja

Discutir *O Concílio Vaticano II e a ação missionária da Igreja*. Esse é o objetivo do palestrante Paulo Suess nesta quinta-feira, dia 27 de outubro, no **Ciclo de Estudos Concílio Vaticano II: marcos, trajetórias e perspectivas**. A atividade acontecerá na Sala 1G119 do Instituto Humanitas Unisinos (IHU), das 19h30min às 22h. Em entrevista concedida por e-mail, Suess disse que não há necessidade de se fazer uma releitura do Concílio, mas sim uma leitura. “A relevância histórica da missão está na sua vinculação com o projeto do Reino, que é uma proposta de ruptura com sistemas, lógicas, práticas e mentalidades, sem promessa de perfeição histórica”, afirmou. Alemão natural de Colônia, radicado no Brasil há mais de trinta anos, Suess é um pensador sobre diálogo inter-religioso, com base nas experiências com os povos indígenas. Trabalhou dez anos na Amazônia e, a partir de 1979, exerceu o cargo de secretário-geral do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) para a questão indígena no Brasil. Em 1987, fundou o Departamento de Pós-Graduação em Missiologia, da Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, em São Paulo. Atualmente, é assessor teológico do CIMI e presidente da Associação Internacional de Missiologia (IAMS). Doutorou-se em Teologia Fundamental pela Universidade de Münster (Alemanha) e leciona como professor visitante de universidades da Alemanha e no Mestrado e Doutorado em Teologia da Missão na Faculdade Nossa Senhora da Assunção, em São Paulo. Tem dezenas de livros publicados, dos quais mencionamos: *O catolicismo popular no Brasil: Tipologia de uma religiosidade vivida*. São Paulo: Loyola, 1979; *Em defesa dos povos indígenas: documentos e legislação*. São Paulo: Loyola, 1980; *Do grito à canção: poemas de resistência*. São Paulo: Paulinas, 1983; *Queimada e sementeira*. Petrópolis: Vozes, 1988; *Travessia com esperança*. Petrópolis: Vozes, 2001.

“Não precisamos nem fazer uma releitura, mas uma leitura do Concílio”

Entrevista com Paulo Suess

IHU On-Line - Como era entendida a ação missionária antes do Concílio, a partir do Concílio (décadas de 1970 e 1980) e como é entendida hoje?

Paulo Suess - Os tratados de teologia do século XIX e da primeira metade do século XX mostram pouca preocupação com a missão como tema eclesiológico ou pastoral. A afirmação da competência da Igreja em todos os domínios tinha reduzido a idéia de missão à reivindicação, por parte da sociedade eclesial, dos seus direitos e dos seus poderes. “Missão” não designava uma visão de Igreja local ou universal, mas uma atividade de resgate salvífico, por direito e dever, em terras longínquas, dirigida por centros europeus. A “missão” era considerada um território, administrado pela Congregação da Fé. O papel dos leigos estava reduzido a orações e auxílios materiais. O Concílio delineou o passo do “ter” missões” ao “ser” missionário ou missionária.

IHU On-Line - Qual é a principal inovação do Concílio em relação à missão da Igreja? Quais as principais concepções da Igreja que estavam em confronto nele?

Paulo Suess - A Igreja, que se definiu como “povo de Deus peregrino” (LG, cap. 2), é “natural” de Deus e se dirige, em Jesus Cristo, a toda a humanidade. A missionariedade da Igreja é “natural” por causa de sua origem no amor transbordante de Deus. A missão não se restringe mais a territórios ou ao clero, mas é tarefa de todo o povo de Deus. A Igreja do Vaticano II é, antes de qualquer estruturação hierárquica, povo de Deus. Como tal, todos os fiéis participam do sacerdócio comum (cf. LG 10) e da infalibilidade “no ato de fé”. “O conjunto dos fiéis, ungidos que são pela unção do Santo (cf. I Jo 2,20 e 27), não pode enganar-se no ato de fé” (LG 12). Existe

uma responsabilidade colegiada entre todos os batizados que têm um papel ativo na articulação, no desdobramento concreto e na propagação da fé (cf. LG 17). A missão visa a povos adultos na fé e livres no Espírito. Em consequência disso, o paradigma da missão não visa mais à “salvação de almas”, mas ao resgate da vida dos pobres e dos que sofrem, e o reconhecimento do outro e da outra, em sua dignidade, independente do seu credo.

IHU On-Line - No seu caso, como a experiência com os povos indígenas pode ajudar a uma nova compreensão inter-religiosa e fazer uma releitura do Concílio?

Paulo Suess - Não precisamos nem fazer uma releitura, mas uma leitura do Concílio. A relevância histórica da missão está na sua vinculação com o projeto do Reino, que é uma proposta de ruptura com sistemas, lógicas, práticas e mentalidades, sem promessa de perfeição histórica. Essa ruptura é vivida na proposta dialética de assunção e transformação do mundo (cf. GS 22b; LG 13b; AG 3b, 22a.b; Puebla 400). No caso dos povos indígenas é fácil de perceber que esperança não está na integração ao sistema, mas na possibilidade de transformar o sistema que gira em torno de custo-benefício.

IHU On-Line - Como estão contemplados os povos indígenas no Concílio Vaticano II? E os outros grupos minoritários?

Paulo Suess - A centralidade de Deus, sua proximidade com os pobres e assunção dos outros, exigem da Igreja uma natureza profética perante o anteprojecto do reino do pão não partilhado, do poder que não se configura como serviço, do privilégio que favorece a acumulação e do prestígio que organiza

eventos de ostentação em vez de articular processos de transformação. Com base nos conflitos que envolvem os povos indígenas e outros grupos minoritários no interior dos excluídos e dos que sofrem, compreende-se a missão como militância por um mundo melhor, por transformações históricas e pessoais. Missão e diálogo são expressões do bem-querer recíproco, profundo e permanente do Povo de Deus para com todos os povos e grupos sociais. A partir da universalidade da missão (até os confins do mundo), a ação evangelizadora se reveste de formas múltiplas, mas nunca isoladas ou individualistas (cf. GS 32). No interior da "Igreja-Povo de Deus" haverá, na unidade plural do Espírito Santo, uma certa comunhão e diversidade de bens, dons e metas. A presença nos povos indígenas não exige um "carinho" corporativista, mas a justiça universal.

***IHU On-Line* - Qual é a atualidade do Concílio? Há necessidade de um novo Concílio?**

Paulo Suess - A atualidade do Concílio está na compreensão da unidade como articulação da diversidade, na capacidade e no incentivo do diálogo, na produção de sinais de justiça (luta pela terra, pela redistribuição dos bens, pelo desmonte dos latifúndios) e imagens de esperança (um outro mundo é possível). Precisamos distinguir entre necessidade e

conveniência de um novo Concílio. Os pressupostos do "final feliz" do Vaticano II eram: (a) experiências pastorais novas, muito tempo antes do Concílio; (b) a coragem visionária do Papa e a conquista de uma certa autonomia dos padres conciliares durante o processo conciliar. A experiência do Sínodo Americano, por exemplo, aponta para uma falta de coragem do episcopado de romper com esquemas e procedimentos previamente determinados pela cúria romana.

***IHU On-Line* - Como o senhor entende a ação missionária e o diálogo intercultural em ambientes mais seculares como a universidade e o mundo da ciência?**

Paulo Suess - O povo de Deus como sujeito da ação missionária da Igreja tem uma missão pública, histórica e profética, a serviço dos pobres e dos desfavorecidos. Também o latifúndio do saber precisa ser repartido. Em todos os ambientes deve ser vivido e anunciado um estilo de vida compatível com um mundo para todos. Ciência e universidade, de que participam o saber elitista, precisam ser questionados. O Vaticano II respalda a possibilidade da salvação aos seguidores de outras religiões (LG 16). Nessa abertura, o diálogo faz sentido. Deixa de ser uma artimanha estratégica e se torna uma categoria transcendental de liberdade e libertação.

Ciclo de Estudos Idade Média e Cinema

Repercussões da exibição do Filme *Em nome de Deus*

Semana passada a *IHU On-Line* edição 160 entrevistou os professores Nilton Mullet Pereira e Alfredo Culetton, que, após a exibição do filme *Em nome de Deus*, fizeram comentários no **Ciclo de Estudos Idade Média e Cinema**. O encontro aconteceu sábado,

22 de outubro, das 8h30min às 12h30min, na sala 1G119 do Instituto Humanitas Unisinos (IHU). Confira o que dois dos participantes do curso acharam da atividade:

Ecos do Evento

“Já devo ter visto este filme umas quatro ou cinco vezes. É uma produção muito comovente e acredito que o diretor teve um momento de inspiração fantástico para conseguir transmitir a profundidade do amor entre Eloísa e Abelardo. Foi uma experiência produtiva discutir o filme no Ciclo. Exibi-o para meus alunos em sala de aula e fizemos uma discussão bastante interessante sobre alguns aspectos da Idade Média”.

Neuza Terezinha Leites Franco, estudante da Graduação de História, 7º semestre, na Unisinos, e professora dessa disciplina na Escola Estadual 25 de Julho, em Novo Hamburgo

“Sobre o filme, o aspecto que mais me interessou foi a respeito do sistema religioso da Idade Média. Nesse ponto, critico a igreja como instituição. Decidi participar do Ciclo porque tive meu interesse despertado na disciplina de Estudos Medievais. Penso que o Cinema ajuda na interpretação dos fatos históricos, ao seu modo, e por isso as discussões após o filme são enriquecedoras”.

Milton César Zorzi, estudante da Graduação de História, 2º semestre, na Unisinos

O nome da Rosa

Neste sábado, 29 de outubro, na Sala 1G119 do Instituto Humanitas Unisinos (IHU), o Prof Dr José Alberto Baldissera, da Unisinos, discutirá um dos mais conhecidos filmes sobre a Idade Média, *O Nome da Rosa*, dirigido por Jean-Jacques Annaud e baseado na obra de Umberto Eco, de nome idêntico (ECO, Umberto. *O nome da Rosa*. Rio de Janeiro: Record, 1986). A exibição do filme iniciará às 8h30min e será seguida de um debate.

Ficha Técnica

Título original: Der Name Der Rose

Gênero: Suspense

Tempo de duração: 130 minutos

Ano de lançamento: 1986

Local de lançamento: Alemanha

Estúdio: Cristaldifilm / France 3 Cinéma / Les Films Ariane / Neue Constantin Film / Zweites Deutsches Fernsehen

Distribuição: 20th Century Fox Film Corporation

Direção: Jean-Jacques Annaud

Roteiro: Andrew Birkin, Gérard Brach, Howard Franklin e Alain Godard, baseado em livro de Humberto Eco

Produção: Bernd Eichinger

Música: James Horner

Fotografia: Ronino Delli Colli

Desenho de produção: Dante Ferrett

Figurino: Gabriella Pescucci

Edição: Jane Seitz

Sinopse

Em 1327, William de Baskerville (Sean Connery), um monge franciscano, e Adso von Melk (Christian Slater), um noviço que o acompanha, chegam a um remoto mosteiro no norte da Itália. William de Baskerville pretende participar de um conclave para decidir se a Igreja deve doar parte de suas riquezas, mas a atenção é desviada por vários assassinatos que acontecem no mosteiro. William de Baskerville começa a investigar o caso, que se mostra bastante intrincado, além dos mais religiosos acreditarem que é obra do Demônio. William de Baskerville não partilha desta opinião, mas antes que ele conclua as investigações Bernardo Gui (F. Murray Abraham), o Grão-Inquisidor, chega ao local e está pronto para torturar qualquer suspeito de heresia que tenha cometido assassinatos em nome do Diabo. Considerando que ele não gosta de Baskerville, fica inclinado a colocá-lo no topo da lista dos que são diabolicamente influenciados. Esta batalha, com uma guerra ideológica entre franciscanos e dominicanos, é travada enquanto o motivo dos assassinatos é lentamente solucionado.

Os monges, Aristóteles e o riso na Idade Média

Entrevista com José Alberto Baldissera

Na entrevista que concedeu à *IHU On-Line*, o professor Dr. José Alberto Baldissera adianta alguns dos aspectos que serão discutidos após a exibição do filme *O nome da Rosa*. Diversas questões são levantadas pelo filme, cuja ambientação acontece numa abadia beneditina medieval, mas a mais importante trata da proibição aos monges em ler a *Poética* de Aristóteles, livro que disseminaria o riso e a ironia, o que poderia minar a supremacia da Igreja. Segundo Baldissera, “o riso mata o temor, como mais ou menos transmite o bibliotecário do filme, e sem o temor não pode haver fé”.

José Alberto Baldissera é professor no curso de História da Unisinos. Graduado em Filosofia e em Letras, é mestre e doutor em Educação pela PUCRS. O professor é autor da obra *O Livro Didático de História – uma visão crítica* 4 ed. Porto Alegre: Evangraff, 1994 e co-autor do livro *História do Pensamento Humano*. São Leopoldo: Unisinos, 1995, entre outros. Ele foi entrevistado pela *IHU On-Line* de 29 de agosto de 2005, edição nº 153, a respeito da primeira palestra do evento **Idade Média e Cinema**, em 3 de setembro, que concedeu em parceria com o Prof Dr José Rivair de Macedo, da UFRGS. Leia a entrevista exclusiva realizada por e-mail com o historiador.

***IHU On-Line* – Quais são os principais pontos de convergência entre o filme *O Nome da Rosa* e o livro que lhe deu origem?**

José Alberto Baldissera - Os principais pontos convergentes entre o filme *O Nome da Rosa* e o livro de Umberto Eco, com o mesmo título, são vários, tais como a ação se passa numa abadia medieval; há o aspecto policial dos assassinatos dos monges, que ninguém sabe o porquê e quem os cometeu, que será desvendado aos poucos pelo personagem principal William de Baskerville. Praticamente, a parte principal que o livro narra está no

filme, inclusive o roteiro contou com a participação de Umberto Eco. É claro, contudo, que entre o cinema e a literatura, há várias adaptações, pois os dois têm linguagens diferentes. Nem tudo que está em uma obra literária vai para a tela e, muitas vezes, se fazem acréscimos quanto a personagens e situações. O roteiro cinematográfico é mais conciso. Ele também se desenvolve durante um certo tempo, que não pode ser muito extenso, devido a vários fatores que não cabem aqui declinar. O “esqueleto” principal do livro está assegurado, mas também há alterações que o roteiro

cinematográfico traçou, como em relação a alguns personagens. É óbvio, como sabemos, que a literatura é mais “suculenta” do que o roteiro cinematográfico, mesmo que, como roteiro, seja excepcional. E as duas obras podem ser excelentes, mas cada uma no seu gênero.

IHU On-Line - A busca por bodes expiatórios demonstrada em *O Nome da Rosa* condiz com o que ocorria na Idade Média? E qual é a importância da Inquisição?

José Alberto Baldissera - Claro que a busca por bodes expiatórios condiz com o que ocorria na Idade Média, como em todos os tempos, inclusive atualmente. Bodes expiatórios sempre foram procurados e apontados, principalmente, por Estados e Instituições que necessitam manter uma verdade que seja indiscutível e que não permita divergências. A importância da Inquisição, que foi criada nos inícios do século XIII, é que permitiu regular melhor a atuação da Igreja na sociedade da época e perseguir os hereges, bem como impor seus dogmas de maneira indiscutível. A Inquisição, todavia, atua muito além da Idade Média, praticamente até os inícios do século XIX em várias partes da Europa. Mesmo na época do Racionalismo, do Cientificismo, que tanto caracterizaram o Renascimento posterior à Idade Média, e também na época do Iluminismo do século XVIII, a Inquisição atuou como nunca. As razões históricas são várias.

IHU On-Line - Como interpreta a afirmação do filme de que a ironia e o riso contidos no segundo livro da *Poética*, de Aristóteles, seria uma espécie de degrau para dúvida e perda de fé?

José Alberto Baldissera - A ironia é uma arma poderosíssima, inclusive eu vivenciei isso durante a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985). A ironia é uma arma da qual o poder tem pavor, pelo menos um poder autoritário, pois pode ameaçá-lo muito mais do que as armas tradicionais. A ironia desmonta, atinge o âmago da questão, torna aquilo que

ironiza frágil. Não é um deboche, é uma arma muito mais contundente. O riso mata o temor, como mais ou menos transmite isso o bibliotecário do filme, e sem o temor não pode haver fé. E aquele “debate teológico” se referindo ao fato de que Cristo não teria rido, pois isto não está no Evangelho, é completamente surrealista. E também não há no Evangelho referência a que Cristo não havia rido. Isso é simplesmente insano!!! “Parole, parole, parole...”

IHU On-Line - Como avalia a produção e retenção de conhecimento pelos monges no filme?

José Alberto Baldissera - Aqui não se trata de uma questão de avaliação, mas a produção e a retenção de conhecimentos pelos monges, durante muito tempo na Idade Média. O trabalho que nesse setor foi feito pela Igreja foi uma parte positiva da manutenção da cultura no tempo medieval, se bem que com certas restrições à maneira de fazê-lo. Sem dúvida, a Igreja foi a principal responsável, no Ocidente da Europa, pela guarda do conhecimento e pelo estudo, mesmo que apontasse e veiculasse, principalmente, pelo menos a Igreja oficial, aquilo que lhe interessava e servia de suporte e argumentação para suas verdades.

IHU On-Line - Poderiam ser estabelecidas algumas relações entre o personagem William de Baskerville e o filósofo medieval William de Ockham?

José Alberto Baldissera - Primeiramente, a relação que se pode estabelecer entre os dois é que o trabalho deles era solitário, de investigação. Um trabalho em que se quer ir até as últimas conseqüências. Este método, proveniente da Lógica aristotélica e mais toda parte da *Poética*²⁰ não interessava à Igreja oficial, mas o que mais interessava era o

²⁰ *Poética* - Dessa obra de Aristóteles, conservaram-se apenas os tratados sobre a tragédia e a poesia épica. (Nota da *IHU On-Line*)

Aristóteles²¹ da Ética e da Política. Um ponto de contato seria a interferência da Igreja, ou pelo menos de seus representantes oficiais, de forma a atrapalhar as investigações realizadas pelos dois, pois o que acontecia, o que era mais caro a ela não era a “verdade”, mas preservar a “doutrina”. E, nem sempre, as duas necessariamente andam juntas. O professor Alfredo Culetton²² lembra que “Ockham²³ não foi fazer este trabalho de investigação em um mosteiro,

²¹ Aristóteles de Estagira (384 a. C. – 322 a. C.): filósofo grego, um dos maiores pensadores de todos os tempos. Suas reflexões filosóficas – por um lado originais e por outro reformuladoras da tradição grega – acabaram por configurar um modo de pensar que se estenderia por séculos. Prestou inigualáveis contribuições para o pensamento humano, destacando-se: ética, política, física, metafísica, lógica, psicologia, poesia, retórica, zoologia, biologia, história natural e outras áreas de conhecimento. É considerado, por muitos, o filósofo que mais influenciou o pensamento ocidental. (Nota da *IHU On-Line*)

²² Alfredo Culetton – Graduado, mestre e doutor em Filosofia, a primeira pela UNIJUI, a segunda pela UFRGS e a terceira pela PUCRS, com a tese *Fundamentação Ockhamiana do Direito Natural*. Atualmente, leciona nos cursos de graduação e mestrado em Filosofia, na Unisinos. O filósofo concedeu à *IHU On-Line* nº 160, de 17 de outubro de 2005, uma entrevista sobre o filme *Em Nome de Deus*, comentado por ele junto com o Prof Dr Nilton Mullet Pereira, e exibido em 15 de outubro de 2005. (Nota da *IHU On-Line*)

²³ William de Ockham (1285-1350): filósofo lógico, teólogo escolástico inglês, frade franciscano e criador da teoria conhecida como Navalha de Ockham (em inglês, *Ockham's Razor*), que dizia que as “pluralidades não devem ser postas sem necessidade”. Considerado um dos fundadores do nominalismo, teoria que afirmava a inexistência dos universais, que seriam apenas nomes dados às coisas, e portanto produto de nossa mente sem uma existência prática assegurada. Por causa de suas idéias foi excomungado pela Igreja. O conceito, bastante revolucionário para a época, defende a intuição como ponto de partida para o conhecimento do universo. Ockham foi discípulo do filósofo Duns Scotus e precursor do empirismo inglês, do cartesianismo, do criticismo kantiano e da ciência moderna. Sobre Ockham, algumas boas fontes de pesquisa são *A compendium of ockham's teachings*. New York: The Franciscan Institute, 1998; *Ockham's theory of terms*. South Bend: St. Augustine's, 1998; DUNS SCOTUS, John. *Scotus vs. Ockham: a medieval dispute over universals*. Lewiston: Edwin Mellen, 1999. (Nota da *IHU On-Line*)

como Baskerville. Ele foi perseguido e morreu excomungado”.

São palavras do próprio Eco, no seu pós-escrito²⁴ ao *O Nome da Rosa*, onde ele discute as origens e o processo de criação do livro, “(...) que, a princípio, eu tinha decidido que o investigador devia ser o próprio Ockham, depois abandonei a idéia (...)”. Portanto, William de Baskerville não representa o filósofo Guilherme de Ockham, apesar de alguns pontos de contato tanto no livro, quanto no roteiro cinematográfico.

***IHU On-Line* - Como o nominalismo é discutido no filme? E de que forma o título O Nome da Rosa demonstra essa problemática entre os universais e os particulares?**

José Alberto Baldissera - Devemos lembrar que o nominalismo é uma postura filosófica crítica perante as idéias do platonismo, que é um dos pontos principais da filosofia escolástica na Idade Média. Do platonismo se deriva a filosofia dos “universais”, que defende a idéia de que, em um mundo ideal perfeito, existe a realidade das coisas com todos os atributos e perfeição de seu gênero e de cuja perfeição participam, em maior ou menor grau, as coisas particulares. Por exemplo, homem, bondade e beleza existiriam de forma que todos os conceitos que temos sobre eles participassem dessas idéias puras; porém, para os nominalistas, essas palavras são somente nomes sem substância, não são seres concretos, mas meras abstrações, que se podem atribuir para vários indivíduos indistintamente. E, portanto, existem intelectualmente e não na realidade. Os nominalistas defendem que existe uma realidade lógica, e não uma realidade ontológica (ser, existir), como pretendiam os universalistas. Conforme os nominalistas, supor a existência desses “universais” significava limitar o pensamento. É claro que a posição nominalista propõe discussões, investigações e a tendência de não aceitar

²⁴ ECO, Umberto. *Pós-escrito a O Nome da Rosa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. (Nota do entrevistado)

verdades já impostas e conceituadas genericamente. Aliás, este é o caminho que, a partir de então (séculos finais da Idade Média), tenta seguir a ciência moderna. Esse posicionamento dos universalistas e nominalistas gera também dilemas teológicos, portanto, a ortodoxia da Igreja se opôs de maneira praticamente radical ao nominalismo. Os universalistas defendem que, com base nos conceitos universais, era possível impor leis gerais a todos, assim como a lei divina. Logo, todo caráter investigativo que punha em dúvida essas verdades pré-estabelecidas das quais se derivariam as outras colocavam em perigo aqueles que defendiam idéias universais indiscutíveis e já pré-estabelecidas. Tanto no livro quanto no filme, em dimensões menores, este posicionamento de defender a investigação do particular para se chegar a uma “verdade” (Guilherme de Baskerville) se opõe ao raciocínio do inquisidor (Bernardo Gui, que chega à Abadia), que defende “verdades” indiscutíveis e universais, o que alguém pensasse ou fizesse seria contra essas “verdades”, ou estaria de acordo com elas. Nada havia a investigar. Sobre o título *O Nome da Rosa*, diz o próprio Eco, no seu já citado pós-escrito ao *O Nome da Rosa*, que “a idéia de *O Nome da Rosa* veio-me quase por acaso e agradou-me porque a rosa é uma figura simbólica tão densa de significados que quase não tem mais nenhum (...)”. Ainda vislumbra “as possíveis leituras nominalistas”, tendo como referência o próprio título. E diz também que “um título deve confundir as idéias, nunca discipliná-las”.

IHU On-Line - Qual o significado dos embates entre os franciscanos e os dominicanos para o contexto do filme?

José Alberto Baldissera - No filme, o monge franciscano William de Baskerville representa o ideal renascentista que, nessa época (início do século XIV), já delineava características importantes que se cristalizaram de uma maneira mais importante nos séculos XV e XVI. Essa postura do monge franciscano

é mais humanista e racional, portanto. Na história de Eco, consegue desvendar a verdade por trás dos crimes cometidos no mosteiro e relacionados com a proibição para os monges de chegar até a *Poética* de Aristóteles. Sobre a *Poética* de Aristóteles, alguns lembram que ela já estaria perdida nessa época. Lembramos que os dominicanos foram, em princípio, encarregados da Inquisição. Portanto, aqui a questão se reduz mais a guardar a doutrina e a defendê-la.

IHU On-Line - De que modo as minorias são encenadas nessa obra? Qual é a relação que essas minorias têm com o que acontecia na época?

José Alberto Baldissera - As minorias aqui são minorias em relação ao mosteiro, mas são a maioria da sociedade da época, isto é, o povo comum. E, dessas “minorias”, quem mais aparecem no filme são os aldeões que moram na aldeia vizinha ao mosteiro, que dependem, inclusive, para subsistir de uma troca que fazem com o mesmo. Como todas as “minorias”, eles também são alijados da igualdade social e da própria liberdade. Aliás, como em qualquer época, inclusive no século XXI, resguardando as peculiaridades de cada época e o seu imaginário. É claro que não temos este alijamento social exatamente da mesma forma, mas ele sempre existiu. É um dos “pecados” o qual a sociedade não resolve e também não se livra dele. Por quê? Bem, aqui a resposta é bem clara (interesses), mas também bastante complexa.

IHU On-Line - Em termos de produção, fotografia e enredo, o que destacaria no filme?

José Alberto Baldissera - É um filme que considero bem realizado. Se bem que não consiga abranger todo universo proposto por Umberto Eco em sua obra. Contudo seria impossível, como já apontei, transferir todo universo da literatura para o cinema. A fotografia é belíssima. A produção é bem cuidada na pesquisa histórica feita para a época. É claro que sempre há algumas adaptações,

mas que, nesse caso, não chegam a embaçar a “reconstituição histórica” pretendida. E o enredo, como já apontei também, consegue extrair muitos pontos importantes da história que o livro traz e também das idéias que expõe. É um filme

que merece ser visto como bom cinema baseado em uma grande obra da literatura. É uma síntese bem construída de uma época histórica, se bem que as sínteses, como sabemos, têm suas limitações.

IHU Repórter

Luiz Henrique Machado



“Pra trabalhar em rádio tem que gostar. Se não houver amor à camiseta nem adianta entrar porque não vale a pena, não compensa”. Os 26 anos dedicados a esse veículo de comunicação lhe conferem autoridade e experiência para falar com tanta desenvoltura sobre a profissão. O perfil dinâmico e a capacidade de executar várias tarefas ao mesmo

tempo foram decisivos durante sua vida profissional. Quem conhece Luiz Henrique Machado, operador do laboratório de Rádio, do Curso de Comunicação da Unisinos, sabe que uma de suas características mais marcantes é este jeito elétrico de ser. Vamos conhecer um pouco mais das histórias de vida e de carreira de Luiz “Café”, como carinhosamente é chamado por alguns alunos e colegas mais próximos que sabem de sua paixão por esta bebida. “Mas existe uma técnica para melhorar seu sabor, o repouso. O copo fica esquecido em um canto, até que fique bem frio. Esta é a melhor forma para realçar o paladar”, afirma. Há quem duvide.

Origens - Tenho 41 anos, nasci e moro em São Leopoldo. Meu pai trabalha em rádio há 37 anos. Estou no rádio desde 1979, há 26 anos. Meu filho, Paulo Henrique, tem 18 anos e já começou em rádio, pra ver como está no sangue. Comecei com 14 anos a trabalhar na Rádio Progresso, em São Leopoldo. Naquele tempo era brabo, o operador ganhava um salário mínimo, e o locutor ganhava pouca coisa a mais. Ganhava-se muito mal. Ainda hoje, no interior, se ganha muito mal. Quem depende só disso pra viver passa mal. Não daria para estudar numa universidade. Tenho sorte de ser funcionário da Unisinos. Meu filho estuda jornalismo aqui. Está no segundo semestre.

Família - Meus pais, Paulo Machado e Edi Kich, se separaram quando eu tinha 11 anos. Tenho três irmãs por parte de pai e mãe. Só por parte de pai, tenho mais uma irmã e, por parte de mãe, tenho mais um irmão. Quando meus pais se separaram, fui morar com uma tia. Fiquei com ela durante quatro anos e depois, por mais quatro, com meus avós. Eu já era um rapazinho e entendi a situação um pouco melhor, já

minhas irmãs, não. Quem ficou com a responsabilidade dos filhos foi meu pai. Estou casado há dezenove anos com a Sirlei Zanin Machado. Antes de conhecer a minha esposa, eu era um pouco conquistador. Depois que a conheci, entre namoro, noivado e casamento, foram sete meses. Eu era noivo e ela também. Desmanchamos os noivados e casamos. Hoje temos o nosso filho, com dezoito anos e a nossa filha, com 14, Paula Tairiny Zanin Machado. Ela quer ser dentista, mas puxou por mim. Está na sétima série e rodou o ano passado. Desde a 5ª série eu sou cadeira cativa no Serviço de Orientação Escolar - SOE. Reclamam que ela é muito prepotente, “bate de frente” com os professores, a mesma coisa que eu fazia.

Trajetória – Meu filho começou este semestre a trabalhar na Rádio ABC 900, do Grupo Sinos. Meu pai é repórter e apresentador noticiário. Como ele já estava na profissão há muito tempo, conseguiu o registro profissional. Ele é jornalista e hoje trabalha na rádio Progresso. É chefe dos operadores e locutores e responde por toda a parte técnica e operacional da rádio. Meu pai não me levava muito para o estúdio, na maioria das vezes, eu ia era levado pela minha tia para ouvir os xingamentos do pai por não ir à escola. Na quinta série, já passei arranhando, na sexta repeti dois anos e tive que sair do colégio. Foi quando meu pai me levou para trabalhar na rádio. Lembro que tinha um radinho e, ao invés de ir ao colégio, convidava mais quatro ou cinco colegas e íamos passear no centro ouvindo rádio. Quando eu disse que não ia mais, precisei trabalhar, por exigência de meu pai. Trabalhei em uma farmácia, mas não deu certo, não era o que eu queria. Saí e fui para a rádio São Leopoldo. Fiquei lá dois anos e meio. Posteriormente fui para um banco, mas agüentei três meses. Trabalhei também como cobrador de ônibus. Voltei para a rádio Progresso e fiquei mais dez anos lá, até 1994, quando surgiu uma vaga aqui na rádio Unisinos. O Paulo Torino²⁵, na época gerente de programação e conteúdo, convidou um colega meu para vir, ele não passou no exame médico e me indicou.

O rádio – Peguei o rádio da “Era da Pedra”. Quando comecei, o locutor tinha que ler os comerciais, a cada 15 minutos, ao vivo. Depois disso veio a fita cassete. Trabalhávamos com duas casseteiras para podermos largar um comercial de cada vez. Depois veio o cartucho, gravador de rolo, minidisc, computador com toque digital, enfim, todas estas tecnologias já muito ultrapassadas. A evolução acontece de forma muito rápida e temos que estar ligados. Hoje trabalho com um programa de edição que engloba todos os outros. Durante este tempo, ensinei, no mínimo, uns 80 profissionais. Destes, só uns cinco ainda estão no mercado.

Fiz dez anos de locução. Segurava um programa de 1h30 no ar sem intervalo. Na decisão de 1996, Grêmio e Portuguesa, eu fiquei 5h no ar. Deu problema na linha, e os repórteres que teriam que entrar de 10 em 10 minutos não conseguiram. Tive que “segurar”. No final, eu não sabia mais nem o que estava lendo.

Filhos – Praticamente não vi os meus filhos crescerem. Em 1995, a minha filha tinha quatro anos e eu comecei a trabalhar, também, na Rádio 1470, do Grupo Sinos. Trabalhava de segunda a sexta, do meio-dia à meia-noite. Aqui trabalhava na rádio Unisinos e no laboratório. Aos sábados e domingos, trabalhava só seis horas, mas comecei a achar muito pouco. Comecei a fazer plantão esportivo na rádio 1470, trabalhando sábado e domingo. Durante a semana, meus filhos estudavam de manhã, eles saíam e eu estava dormindo. Eles voltavam, e eu já tinha ido trabalhar. Eu só os via dormindo, e eles só me viam dormindo. Sábado, eu trabalhava das 5h da manhã às 11h da noite. Isso durante quatro anos e meio. Nas férias, eu passava um mês com eles e aproveitava tudo o que dava. Não me arrependo de nada que eu fiz, não

²⁵ **Paulo Torino:** Jornalista, foi professor das Ciências da Comunicação na Unisinos e diretor da Rádio Unisinos. Atualmente leciona na Ulbra. (Nota da *IHU On-Line*)

adianta, não vai mais voltar. Estou tentando recuperar o tempo perdido. Minha esposa e eu pensamos que o que não tivemos queremos dar aos filhos. Talvez este seja o erro. Eles ganham tudo muito fácil. O filho queria um celular novo, compramos. Queria uma moto, compramos. A menina vai fazer 15 anos e não sei se dou uma moto ou faço a festa. Já avisei, se ela rodar novamente não ganha nada.

Valores – Principalmente a sinceridade. Tento passar para os meus filhos que eles devem ser sinceros, honestos e não mentirem e que é preciso trabalhar. Para conseguir alguma coisa na vida tem que trabalhar e estudar. Eu sou exemplo para eles, não tenho sábado, não tenho domingo e não tenho feriado. Minha esposa e eu damos muito valor ao respeito. Não fazemos nada sem consultar um ao outro. Dou muito valor ao que ela faz, sei que cuidar de casa não é fácil. Se tiver que lavar a louça ou limpar a casa eu faço e não falo nada. Eu sei que serviço de casa não é barbada.

Sonho – Dar tranquilidade para minha família, meus filhos e minha esposa.

Livro – Não leio muito. Não tenho paciência. A leitura obrigatória é a coluna de esportes dos jornais.

Mania - Detesto acordar cedo. Fico muito mal-humorado, mas se tiver que trabalhar até as 6h da manhã, é tranquilo.

Um presente - Calça , camisa, sapato etc

Unisinos – Mudou bastante. Logo que entrei terceirizaram os bares, estão terceirizando tudo. Não sei se daqui a um ano não terá um robzinho aqui, respondendo por mim. Gosto daqui, não posso me queixar. No meu setor, não houve alterações.

Instituto Humanitas Unisinos – Conheço muito pouco. Algumas vezes, tenho olhado a revista *IHU On-Line*.

Sala de leitura



“Moça com brinco de pérola. Um livro ou pinturas que se sucedem? Uma pintura ou um texto cultural? A leitura do livro de Tracy Chevalier (Editora Bertrand Brasil, 2002), jogou-me no século XVII, levando-me a viajar entre ruelas onde o trote dos cavalos e a gritaria das crianças faziam coro ao murmúrio das águas do rio que corria. Essas cenas, que “via” ao ler, eu já as havia “lido” quando, pela primeira vez, me defrontei com o quadro de Vermeer *Moça com brinco de pérola*. E ali, no livro, eu “vi” o quadro desde o começo da pintura: a imagem da filha do padeiro com uma camada de cinza claro sobre a tela branca. Depois, marcas marrom-avermelhadas sendo feitas para indicar onde ficariam a moça, a mesa, o jarro, a janela e o mapa. Pinceladas de cor sendo jogadas: preto para a saia, ocre para o corpete e o mapa na parede, vermelho para o jarro e a bacia... Noutro dia, e noutros mais, a saia ganhou diferentes tons de azul, enquanto o jarro com a bacia recebiam pinceladas de amarelos, marrons, verdes, azuis e mesmo assim os dois pareciam como eram, um jarro com uma bacia. Deixei-me carregar por essas e outras imagens, que misturadas delineavam o momento em que o pintor dissera: “Solte a boca!” E a criada, espantada com o pedido sentiu sua boca entreabrir-se, contendo as lágrimas. Mulheres honradas não ficavam de boca aberta nos quadros. Uma cena que me tocou. Serei a mesma depois dessa leitura?”

Prof.ª. Dra. Cecília Irene Osowski, doutora em Educação e professora na Área Ciências Humanas da Unisinos.



“Religião como tradução: missionários, Tupi e “Tapuia” no Brasil Colonial, de Cristina Pompa, Bauru, SP: EDUSC, 2003. Já há alguns anos que o fenômeno do crescimento demográfico das populações indígenas no Brasil, e sua crescente visibilidade política, vêm apontando para a necessidade de reconsiderar a maneira indígena de pensar (e fazer) a história do contato estabelecido entre elas e a sociedade ocidental, a partir de finais do século XV. A atenção a este imperativo da agenda historiográfica contemporânea é o primeiro mérito deste livro, originalmente uma tese de doutorado premiada pelo Concurso CNPq-ANPOCS de Obras Científicas e Teses Universitárias em Ciências Sociais. Outra qualidade da obra, e que vale a recomendação de sua leitura, reside na refinada condução da análise pela qual a autora estuda a produção de discursos sobre as sociedades indígenas, bem como a maneira pela qual estes foram devolvidos (em um processo mediado pelo que ela chamou de “tradução”) aos europeus”.

Prof.ª. Dra. Maria Cristina Bohn Martins, doutora em História e professora na Área de Ciências Humanas da Unisinos.



“De caráter mais científico, estou (re)lendo ***A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência,*** de Boaventura de Souza Santos. São Paulo: Cortez, 2000. O autor avança na sua crítica ao modo de racionalidade que tem “preguiça” de imaginar novas alternativas para o conhecimento e para a sociedade, propondo o modelo de razão cosmopolita: aquela que se esforça por imaginar e validar alternativas diversas e plurais. Sua crítica da razão hegemônica na modernidade ocidental é contundente e vem sendo elaborada ao longo de seu trabalho como intelectual e cientista social. Sustenta que vivemos, na contemporaneidade, uma transição paradigmática societal e epistemológica - práticas sociais e conhecimento em crise -, a qual possui muitas vertentes e contradições (políticas, institucionais, culturais, jurídicas etc)”.

Prof.ª. Dra. Marília Veríssimo Veronese, doutora em Psicologia, professora na Área de Ciências Humanas da Unisinos.